

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – MESTRADO

Valéria Brandão Pereira

SOLIDÃO E REINVENÇÃO:
A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL

Maceió
2018

Valéria Brandão Pereira

SOLIDÃO E REINVENÇÃO:
A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Heliane de Almeida Lins
Leitão

Maceió
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

- P436s Pereira, Valéria Brandão.
 Solidão e reinvenção : a experiência da maternidade após a separação
 conjugal / Valéria Brandão Pereira. – 2018.
 122 f.
- | Orientadora: Heliane de Almeida Lins Leitão.
 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
 Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió,
 2018.
- Bibliografia: f. 108-112.
 Apêndices: f. 113-117.
 Anexos: f. 118-122.
1. Maternidade. 2. Separação conjugal. 3. Relações mãe-filho – Processos
 psicossociais. I. Título.

CDU: 159.964.2:36



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

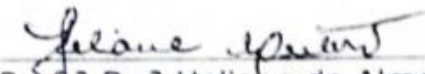
TERMO DE APROVAÇÃO

VALÉRIA BRANDÃO PEREIRA

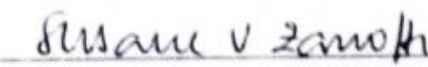
Titulo do Trabalho: **“Solidão e reinvenção: a experiência da maternidade após a separação conjugal”**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof.^a Dr.^a Heliane de Almeida Lins Leitão (PPGP/UFAL)

Examinadoras:


Prof.^a Dr.^a Susane Vasconcelos Zanotti (PPGP/UFAL)


Prof.^a Dr.^a Hulda Helena Coraciara Stadtler (UFRPE)

Maceió-AL, 29 de janeiro de 2018.

DEDICATÓRIA

À todas as mães participantes dessa pesquisa, pela disponibilidade
e confiança na realização deste trabalho.

À minha mãe, Ana Mércia, por ser o meu maior exemplo de
superação.

À minha irmã, Vanessa Brandão, pela cumplicidade e o
companheirismo de sempre.

Ao meu esposo, Edeildo Ferreira, pelo cuidado e incentivo
constantes.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Heliane Leitão, minha orientadora, um agradecimento especial por toda a atenção que me dedicou durante o período do mestrado. Suas contribuições foram fundamentais para a minha formação acadêmica. Sou-lhe eternamente grata por ter sido tão presente em todas as atividades do curso. Sigo tendo-a como um exemplo de responsabilidade e profissionalismo.

Às professoras Dr^a. Adélia Augusta Souto de Oliveira e Dr^a. Maria Consuelo Passos pelas contribuições na banca de qualificação em março/2016.

Às professoras Dr^a Suzane Vasconcelos Zanotti e Dr^a. Hulda Helena Coraciara Stadtler por terem aceitado fazer parte da minha banca examinadora. Tenho certeza que suas contribuições elevarão a qualidade desta pesquisa.

À professora Dr^a. Elaine Cristina Pimentel Costa pela disponibilidade em ocupar o posto de suplente dessa banca.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL, por terem sido fundamentais durante a minha formação, sempre estimulando a reflexão e o raciocínio crítico.

Às amigas e parceiras de orientação: Anielly Oliveira e Marianna Figueirêdo, pela amizade construída e por todas as alegrias e angústias compartilhadas durante a trajetória do mestrado.

À amiga Gline Costa, que tão próxima à mim esteve durante o período do mestrado, sempre me incentivando e sendo companheira nos momentos difíceis.

Aos amigos que me ajudaram no recrutamento das participantes dessa pesquisa. Sou grata por toda disponibilidade, carinho e atenção em prontamente me ajudar quando precisei de indicações para compor o meu grupo de estudo.

Às mães participantes do estudo, por tão carinhosamente terem aceitado participar desta pesquisa, encarando o desafio de expor experiências tão íntimas, e por vezes tão dolorosas. Confesso que aprendi muito com cada uma, sou-lhes muito grata.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e à Fundação de Amparo e Pesquisa de Alagoas – FAPEAL, pelo investimento nesta pesquisa através da concessão da bolsa CAPES/FAPEAL.

À minha família, por ter me incentivado desde o começo, principalmente nos momentos em que eu mesma não acreditei que conseguiria. Vocês sempre são fundamentais em tudo que eu faço.

À minha irmã Vanessa Brandão, pelo apoio incondicional que me dedicou. Pela presença constante em todos os momentos da minha vida, não só neste.

À minha mãe Ana Mércia, por ser o meu principal exemplo de força e superação. A você eu devo tudo que sou hoje, e serei no futuro.

Ao meu esposo Edeildo Júnior, por me acompanhar desde o ensino médio. Por ser o meu maior parceiro, e por estar sempre ao meu lado. Pelo cuidado e pelo conforto nos momentos em que o caminho pareceu árduo. Por todo amor que me dedica e que me torna uma pessoa melhor em tudo que faço.

RESUMO

Este trabalho busca analisar e compreender a experiência da maternidade para mães separadas que residem com seus filhos. Justifica-se pelo número crescente de separações conjugais na atualidade, as quais implicam na reorganização da família e no desenvolvimento de novas formas de parentalidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou entrevistas semiestruturadas como meio de conhecer e compreender as vivências pessoais das mães entrevistadas. De forma específica, o estudo pretendeu: a) apreender como mães separadas percebem o exercício da maternidade após a separação conjugal; b) conhecer, a partir do relato das mães, a relação entre mães e filhos após a separação conjugal; c) investigar, a partir do relato das mães, a relação da mãe separada com seu ex-companheiro, considerando a permanência do laço parental entre eles. A pesquisa tomou como fundamentação os estudos sobre família, apoiando-se também no aporte teórico de Donald W. Winnicott, o qual permite pensar a maternidade como um processo psicossocial, indissociável do ambiente relacional e sociocultural no qual as mulheres estão inseridas. As 6 participantes da pesquisa encontravam-se na faixa etária entre 25 e 37 anos, com escolaridade variando entre ensino médio e superior completo. As mães estavam separadas há menos de 5 anos, tinham entre 1 e 2 filhos, os quais apresentavam idades entre 1 e 13 anos. A metade das participantes era a principal provedora da família, enquanto as outras declararam ser dependentes financeiramente de suas famílias de origem. Os resultados mostram que a separação conjugal é uma experiência complexa que afeta o exercício da maternidade, produzindo sofrimento e vulnerabilidade, assim como possibilidades de desenvolvimento emocional. Solidão e liberdade impulsionaram essas mulheres para maiores responsabilidades, dedicação e apego aos filhos, buscando autonomia pessoal. Observou-se que as mães, frequentemente, contam com uma rede de apoio constituída por familiares, amigos ou vizinhos, atuando como importante suporte financeiro, emocional e compartilhamento do cuidado com os filhos. O estudo sugere a ampliação das possibilidades de holding do ambiente psicossocial, através de políticas e programas de assistência que ofereçam suporte às mães, especialmente as menos escolarizadas e mais pobres. Destaca-se a necessidade de outros estudos sobre o assunto, possibilitando compreender mais a fundo os impactos da separação conjugal na experiência de pais, mães e filhos nesse contexto.

Palavras-chave: maternidade; mães separadas; separação conjugal; processos psicossociais.

ABSTRACT

This work aims to analyze and understand the experience of maternity for separated mothers who live with their children. It is justified by the increasing number of conjugal separations in the present, which imply in the reorganization of the family and in the development of new forms of parenthood. This is a qualitative research, which used semi-structured interviews as a means of knowing and understanding the personal experiences of the mothers interviewed. Specifically, this study aimed: a) to learn how separated mothers perceive the exercise of motherhood after marital separation; b) to know, from the mothers' report, the relationship between mothers and children after the marital separation; c) to investigate, from the mothers' report, the relationship between separated mother and her ex-partner, considering the permanence of the parental bond between them. The research was based on family studies, as well as on the theoretical contribution of Donald W. Winnicott, which allows thinking the motherhood as a psychosocial process, inseparable from the relational and sociocultural environment in which women are inserted. The 6 participants were found in the age group from 25 to 37 years old, with school level between high school and university. The mothers were separated for less than 5 years, with 1 or 2 children, who had ages between 1 and 13 years. Half of the participants were the main provider of the family, while the others stated that they were financially dependent on their families of origin. The results show that marital separation is a complex experience that affects the exercise of motherhood, producing suffering and vulnerability, as well as possibilities for emotional development. Solitude and freedom led these women to greater responsibilities, dedication, and attachment to their children, searching for personal autonomy. It was observed that mothers often have a furtherance network made up of family members, friends or neighbors, acting as important financial support, emotional and sharing care for their children. The study suggests the expansion of the holding possibilities of the psychosocial environment, through policies and assistance programs that support mothers, especially the less educated and the poorest. The need for other studies on the subject is emphasized, allowing a deeper understanding of the impacts of the marital separation on the experience of parents, mothers, and children in this context.

Keywords: maternity; separate mothers; marital separation; psychosocial processes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O QUE ACONTECE COM AS MÃES QUANDO SE SEPARAM DO PARCEIRO CONJUGAL E PERMANECEM COM OS FILHOS?	15
2.1 A separação conjugal e a família	15
2.2 A maternidade após a separação conjugal	18
3 A MATERNIDADE E A FAMÍLIA NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE WINNICOTT	27
3.1 O conceito de ambiente.....	27
3.2 A mãe como primeiro ambiente do bebê	32
3.3 O ambiente da mãe	38
3.4 A família e os fatores de integração e desintegração familiar	41
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	46
4.1 Local.....	46
4.2 Participantes.....	46
4.3 Referencial teórico-metodológico	49
4.4 Instrumentos.....	49
4.5 Procedimentos	50
4.6 Análise de dados.....	51
5 A MATERNIDADE APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL: UM OLHAR SOBRE EXPERIÊNCIA DAS MÃES.....	53
5.1 A mulher e a separação conjugal: da desilusão ao amadurecimento pessoal	61
5.2 Sobrecarga e aumento das responsabilidades	74
5.3 A relação com o pai da criança: distanciamento, animosidade e abandono	82
5.4 A rede de apoio: o holding do ambiente familiar.....	91

5.5 A relação com os filhos: apego e abdicação	95
5.6 Projetos de vida	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES.....	116
 APÊNDICE A – MODELO TCLE.....	117
 APÊNDICE B – ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA	119
ANEXOS	120
 ANEXO 1 - PARECER CONSUBTANCIADO DO CEP.....	121
 ANEXO 2 –DECLARAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DA UFAL	124

1 INTRODUÇÃO

O problema que guiou a elaboração desta pesquisa pode ser enunciado pela seguinte questão: como é a experiência da maternidade para mães separadas que ficaram com os filhos após a separação conjugal? A partir dessa indagação, a pesquisa teve como objetivo geral analisar e compreender a experiência da maternidade para mães que permaneceram com os filhos após a dissolução. Através da realização de um trabalho de campo, as mães foram convidadas a fazer um relato sobre suas experiências, assim como falar sobre os seus sentimentos e as suas percepções a respeito da temática em foco.

Como objetivos específicos, a pesquisa pretendeu: a) apreender como mães separadas percebem o exercício da maternidade após a separação conjugal; b) conhecer, a partir do relato das mães, a relação entre mães e filhos após a separação conjugal; c) investigar, a partir do relato das mães, a relação da mãe separada com seu ex-companheiro, considerando a permanência do laço parental entre eles.

A pesquisa justifica-se pelo número crescente de separações conjugais e divórcios na atualidade, os quais implicam na necessidade de se refletir sobre os processos de reorganização da família e modificação das formas de exercício parental. Além disso, esta necessidade se torna ainda mais evidente quando se observa um aumento da complexidade desses casos quando o casal tem filhos pequenos (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

Segundo o IBGE, o número de dissoluções conjugais no Brasil tem evoluído progressivamente com o passar dos anos. Em 1984, por exemplo, que se constituiu como o primeiro ano em que este órgão começou a contabilizar o número de separações e divórcios no país, identificou-se o número de 30.847 casos de divórcios concedidos no Brasil. Em 1994 contabilizaram-se 94.126 casos de dissoluções conjugais, representando um aumento de 205,1 % em dez anos. Em 2004, por sua vez, esse número chegou à casa dos 130.527 casos, representando um acréscimo de 38,7% em relação ao decênio anterior. Em 2014 foram registrados 341.181 casos de divórcio concedidos, o que representou um aumento de 161,4% em relação a 2004. Juntos, estes dados apontam que o número de divórcios aumentou cerca de 1.007%, em três décadas (IBGE, 2010, 2014, 2015).

Em Alagoas, mais especificamente, o número de divórcios registrados entre os anos 2000 e 2010 passou de 1.057 para 2.174, representando um aumento de 105,7% neste período. Já no

ano de 2015 foram registrados 3.666 casos de divórcio no estado, sendo que em 1.805 (49,2%) destes os casais tinham pelo menos um filho menor de idade, na faixa entre os 0 e os 6 anos. Desse total, a guarda permaneceu com a mãe em 1.503 casos (83,2%), contra 78 casos em que a guarda foi deferida para o pai (4,3%), e 197 a ambos os pais (10,9%). Em 17 casos a guarda ficou com ‘outros’ (0,9%), e em 10 casos não houve declaração a respeito da guarda (0,5%) (IBGE, 2000, 2010, 2015).

Vale salientar que estes números se referem às separações e divórcios declarados oficialmente pelos Cartórios de Registro Civil, Varas de Família, Foros ou Tabelionatos de Notas do país, ao passo que as separações ocorridas sem registro oficial não estão inclusas nessas estatísticas. Diante disso, é possível conjecturar que estes números são ainda maiores, principalmente quando se observa a crescente opção pela união estável, a qual tem como marca a convivência conjunta entre os parceiros, sem a necessidade de haver um documento de registro oficial.

Contudo, ainda que os números supracitados não contemplem o registro das separações não oficiais, eles retratam um panorama geral acerca das mudanças ocorridas na contemporaneidade, onde o divórcio passou a ser um episódio comum na realidade das famílias. Além disso, observa-se uma alta prevalência de mulheres que ficam com a guarda dos filhos após a separação, ainda que exista, nos dias de hoje, um incentivo maior pela guarda compartilhada (IBGE, 2010, 2015).

Esse panorama chamou a atenção para a necessidade de realizar mais pesquisas sobre o assunto, principalmente no que concerne às consequências deste episódio para a reorganização do exercício parental. Neste contexto, situa-se a realização desta pesquisa, que tem como foco o estudo da experiência das mães, partindo-se do pressuposto que a separação conjugal implica em mudanças no campo da parentalidade (GRZYBOWSKI, 2007).

Assim, no primeiro capítulo do estudo promoveu-se uma discussão teórica sobre a separação conjugal e os seus reflexos na família, bem como foram apresentados os principais aspectos encontrados na literatura sobre a experiência de mães separadas que ficaram com os filhos após a separação.

Como referencial teórico-metodológico, no segundo capítulo promoveu-se uma discussão sobre as principais ideias de Winnicott, focando, mais precisamente, nas suas concepções de família e maternidade, e tendo como base fundamental o seu conceito de ambiente. Tal discussão

foi necessária à compreensão da maternidade como um fenômeno que se dá na interlocução com os processos psicossociais, sendo este um pressuposto que norteia todo o andamento da pesquisa.

O terceiro capítulo descreve a metodologia que foi utilizada, situando o local da pesquisa, as participantes, o referencial teórico-metodológico, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, os procedimentos para a composição do grupo de estudo, a realização das entrevistas propriamente ditas e, finalmente, a exposição sobre o modo como foi procedida à etapa de análise de conteúdo.

No quarto capítulo são expostos os resultados e discussões da pesquisa, apresentadas sob a forma de seis categorias, onde foram ressaltados os aspectos mais comuns e significativos da fala das participantes.

Ao final, são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa, situando as suas principais contribuições, bem como sugerindo alternativas de cuidado e assistência às mães e suas famílias. Além disso, nesta etapa, sugere-se o desenvolvimento de mais pesquisa sobre o assunto, no intuito de ampliar o olhar sobre os efeitos da separação na experiência de pais, mães e filhos nesse contexto.

2 O QUE ACONTECE COM AS MÃES QUANDO SE SEPARAM DO PARCEIRO CONJUGAL E PERMANECEM COM OS FILHOS?

Estudar os efeitos da separação conjugal no exercício do papel materno implica em adentrar na realidade das famílias que são afetadas pela ruptura do núcleo conjugal. Neste contexto, o presente capítulo pretende problematizar os efeitos desse episódio na dinâmica familiar, bem como situar os aspectos mais relevantes que a literatura aponta sobre a experiência das mães, assim considerando as implicações da separação no campo da parentalidade.

2.1 A separação conjugal e a família

Juridicamente, o divórcio, ou separação conjugal, oficializa a dissolução do casamento, bem como confere às partes o direito de vincular-se novamente através da possibilidade de uma nova união civil. No Brasil, foi regulamentado a partir do ano de 1977, através da Lei nº 6.515, tornando possível a descontinuidade da sociedade conjugal (BRITO; PEÇANHA, 2006).

Tratou-se, seguramente, de um marco para as relações afetivas, pois possibilitou a ruptura com antigas concepções que evocavam sobre a indestrutibilidade do matrimônio. Este acontecimento gerou implicações importantes, não só para a dinâmica dos vínculos conjugais, como também para a própria família, que começou a apresentar-se de modo diverso, conforme foi se dando o aparecimento de novos arranjos familiares e a reformulação de antigos modelos parentais (CANO et al., 2009).

De modo geral, pode-se dizer que a ruptura do núcleo conjugal agencia transformações significativas para a família. Para muitos autores, trata-se de um fenômeno complexo, pois implica na emergência de um conjunto de mudanças, que incluem alterações de ordem estrutural, subjetiva, econômica e social para todos os envolvidos (CANO et al., 2009; FÉRES-CARNEIRO, 2003; GZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

Especificamente, as repercussões familiares que a separação promove inclui: a saída de um ou de ambos os cônjuges do ambiente doméstico, a reformulação de hábitos e rotinas, mudanças no padrão financeiro, novos relacionamentos dos pais, divisão das responsabilidades parentais, estabelecimento de um calendário de visitação, entre outras mudanças.

Para Cano et al. (2009), a separação é um processo que ocorre no ciclo de vida da família,

marcando um ponto de transição entre um estágio e outro no desenvolvimento da mesma. Nesta perspectiva, não seria possível afirmar que a família se desintegra após o desenlace conjugal, mas que tende a passar por um efetivo processo de reformulação, afinal mantendo-se enquanto instituição fundamental.

Ainda de acordo com os autores citados acima, o impacto da separação tende a ser maior ou menor a depender dos fatores econômicos, sociais, culturais e religiosos que caracterizam a realidade da família. Além disso, a rede de suporte que se estabelece – ou não- também será determinante para o modo como a família é afetada pela quebra do núcleo conjugal.

O momento do ciclo de vida familiar em que ocorre a separação, por sua vez, também será determinante para o modo como a família é afetada pela dissolução do casal. Neste contexto, cônjuges recém-casados, casal com filhos pequenos, com filhos adolescentes ou adultos ou casais que se encontram numa fase mais madura do seu ciclo de desenvolvimento, apresentariam diferenças significativas quanto aos impactos da separação, devendo, inclusive, serem estudadas conforme as suas especificidades (CANO et al., 2009).

Como exemplo, no caso de casais recém casados, estes tenderiam a sofrer menos com os impactos da separação, se comparado aos demais, uma vez que a união envolve menos tempo de convivência, bem como os cônjuges ainda não possuem laços familiares bem desenvolvidos. No caso de casais que têm filhos pequenos, por sua vez, a separação tenderia a impactar com mais ênfase a dinâmica familiar, bem como implicaria em maiores dificuldades quanto ao modo de lidar com os filhos após a separação (CANO et al., 2009).

Na visão de Grzybowski e Wagner (2010), a separação do casal que tem filhos marca o início de uma nova parentalidade, onde os genitores vivenciam um aumento da complexidade no desempenho de suas tarefas desenvolvimentais. Nesse percurso, o principal desafio que se coloca aos pais é a distinção entre as dimensões conjugal e parental, sendo esta uma tarefa fundamental para garantia da continuidade da responsabilização mútua pela criação dos filhos. Para Soares (2009), inclusive, esta é uma tarefa marcada pela contradição e/ou paradoxo, onde o desejo de afastar-se do outro é impossibilitado pela permanência do laço parental, bem como pelas necessidades desenvolvimentais dos filhos.

Para Lamela, Figueiredo e Bastos (2010), a dissolução conjugal implica no desafio de cada um dos adultos conciliarem suas próprias necessidades emocionais decorrentes do processo de separação e de adaptação ao divórcio, com as necessidades desenvolvimentais dos filhos.

Segundo os autores, o fato de permanecerem ligados pelos laços parentais exige a necessidade de construção de relacionamentos mais harmoniosos, com baixos níveis de conflito, onde a coparentalidade possa ser exercida de modo regular, apesar da ruptura do vínculo conjugal.

No campo relacional, Villas-Boas e Bolsoni-Silva (2009) afirmam que a separação implica em mudanças na relação entre os cônjuges e na relação destes com os filhos. Sobre isso, os autores afirmam que existe uma associação direta entre a qualidade do relacionamento mantido entre os pais e o bem estar das crianças. Para além disso, na visão dos autores, o modo como o ex-casal se relaciona gera implicações diretas sobre a relação entre pais e filhos após a separação. Neste contexto, características como cooperação, diálogo e suporte mútuo tenderiam a facilitar, não só o compartilhamento das funções parentais, como também o desenvolvimento de relações mais saudáveis entre pais e filhos. Ao contrário, relações marcadas pela animosidade, por exemplo, dificultariam o relacionamento dos filhos com o genitor que não possui a guarda, bem como sobrecarregaria o genitor guardião, dada a dificuldade dos genitores em compartilharem das tarefas referentes à criação dos filhos.

Para Brito e Peçanha (2006), por sua vez, não existe um roteiro quanto ao modo como pais e mães devem se comportar no exercício dos seus papéis após a separação. Contudo, neste contexto, deve prevalecer a compreensão de que a dissolução não representa uma ruptura dos vínculos parentais, de modo que os genitores deverão continuar a exercer as suas funções no que se refere à criação dos filhos.

Sobre a responsabilidade parental, a separação do casal comumente implica numa subdivisão da guarda dos filhos. No Brasil, existem dois tipos de guarda possíveis: a unilateral e a compartilhada. No primeiro caso, os filhos ficam sob os cuidados do genitor guardião, o qual se responsabiliza pela maior parte das tarefas referentes à criação e o cuidados dos filhos. Nestes casos, os filhos residem com o genitor guardião, devendo receber visitas daquele genitor que não possui a guarda. Na guarda compartilhada, por sua vez, ambos os genitores ocupam o cargo de guardiões, bem como assumem conjuntamente todas as responsabilidades no que diz respeito à criação dos filhos. Esta é uma modalidade de guarda em ascensão na atualidade, tendo em vista o incentivo a convivência dos filhos com ambos os genitores (SCHNEEBELI; MENANDRO, 2014; SOARES, 2009).

Na prática, porém, o que se vê é uma predominância pela implementação da guarda unilateral, mais comumente direcionada à figura da mãe. Esta é uma realidade que aponta para a

necessidade de se estudar a experiência materna, no intuito de compreender as suas especificidades quanto ao exercício da maternidade no contexto da família que passa por uma separação.

Neste contexto, a título de esclarecimento, vale salientar que esta pesquisa deverá priorizar o estudo de mães que permaneceram com os filhos após a separação, independentemente do fato destas disporem ou não da guarda legal da(s) criança(s). Neste sentido, ao referir-se as ‘mães guardiãs’ no decorrer da pesquisa, tem-se em mente aquelas genitoras que, efetivamente, permaneceram com os filhos após a separação, independente desta condição ter sido fruto de uma determinação judicial ou não.

2.2 A maternidade após a separação conjugal

Um dos primeiros aspectos relacionados a experiência da maternidade após a separação conjugal retratados pela literatura refere-se a sensação de sobrecarga referida por muitas mulheres que ocupam o posto de guardiãs. Essa sobrecarga estaria associada ao acúmulo de tarefas e atribuições, as quais incluem, frequentemente: os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, o trabalho fora de casa, a vida pessoal, os estudos, entre outros (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010; CÚNICO; ARPINI, 2014a; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010; GRZYBOWSKI, 2007; PAIVA, 2011; ROSADO et al., 2011).

Sobre isso, dados da literatura mostram que o acúmulo de responsabilidades atrelado ao exercício do cargo de guardiã constitui-se como uma queixa comum na experiência de muitas mães. Neste sentido, numa pesquisa realizada por Grzybowski e Wagner (2010), que objetivou analisar o exercício dos papéis parentais após a separação em um grupo de 13 pais e mães separados, demonstrou que um dos aspectos da fala dos genitores guardiões referiu-se à aquisição de um maior número de atribuições após a separação, principalmente ao estabelecer um comparativo entre a função de genitores guardiões e não guardiões.

Já no estudo desenvolvido por Brito, Cardoso e Oliveira (2010), que objetivou analisar as dificuldades quanto ao exercício da parentalidade após a separação conjugal através da utilização de grupos de reflexão com pais separados, observou-se, no relato dos participantes, que o fato de deter a guarda dos filhos implicou na necessidade de conciliar um conjunto de tarefas relacionadas ao trabalho, a casa, a vida pessoal e os filhos. Em ambas as pesquisas, para tanto, o

aumento do número responsabilidades pareceu estar mais associado ao exercício do cargo de guardião, do que mesmo pelo fato de ser mãe ou pai neste contexto.

Ainda sobre a sobrecarga vivenciada pelo genitor guardião, Gorin (2015, p.27) acrescenta que:

[...] o acúmulo de funções se agrava quando o casal parental não divide o tempo e as tarefas ligadas aos filhos, de forma que um precisa assumir tudo que antes, durante o casamento, era dividido pelos dois.

Relacionando tal afirmativa com a experiência das mães, é possível dizer que se o pai se ausenta da responsabilidade parental, ou mesmo fornece um tipo de suporte insuficiente quanto à criação dos filhos, estas tendem a sentir tal sobrecarga de modo mais intenso, necessitando, muitas vezes, se empenhar para exercer os dois papéis no que se refere ao cuidado dos filhos (CÚNICO; ARPINI, 2014b). Isso permite ainda pensar que a presença paterna, somada à atitude de compartilhamento das funções parentais, por sua vez, facilitaria a diminuição da sensação de sobrecarga referida por muitas mães guardiãs.

De modo mais específico, a pesquisa de Rosado et al., (2011) buscou analisar o modo como se dá a administração dos diferentes domínios da vida pelas detentoras da guarda dos filhos após a separação conjugal. Neste sentido, foram entrevistadas 18 mulheres, com status de separadas ou divorciadas, e pôde-se observar que várias mudanças podem ocorrer na vida dessas mulheres/mães, tal como se pôde observar na seguinte descrição:

As mulheres, ao vivenciarem o processo de separação/divórcio, passam, naturalmente, por mudanças em suas vidas. Estas são advindas do acúmulo de tarefas e responsabilidades outrora desempenhadas pelo cônjuge. Além disso, a redução da renda familiar ainda as faz ter que ampliar a carga horária de trabalho, o que contribui para aumentar a dificuldade em administrar suas diferentes demandas e exercer seus papéis (ROSADO et al., 2011, p.384-385).

Com isso, além da sobrecarga referida anteriormente, a diminuição da renda familiar também se constitui como um aspecto importante a ser evidenciado na experiência dessas mães, e o qual parece repercutir em outras implicações de ordem social.

Neste sentido, Grzybowski (2007, p.23) salienta:

Pesquisadores da temática familiar demonstram que, após o divórcio, geralmente é a mulher que cai para o nível da pobreza, pois ela sofre uma queda média de 40% nos rendimentos e assume quase integralmente o cuidado dos filhos (as).

Também na pesquisa de Rosado et al. (2011, p.381) é possível observar uma correlação com a afirmativa anterior:

[...] em decorrência do divórcio, a situação econômica familiar muitas vezes se deteriora, porque o que outrora supria as necessidades de uma família, agora é dividido para duas famílias. Contudo, o padrão de vida declina mais para as mulheres do que para os homens, principalmente para aquelas que detêm a guarda dos filhos, que podem, inclusive, passar por sérias dificuldades financeiras.

Assim, frente ao impacto financeiro acarretado pelo divórcio, muitas mães têm que se reorganizar frente a uma nova realidade, muitas vezes se reinserindo no mercado de trabalho ou buscando uma melhoria em suas qualificações, no intuito de buscar alternativas para complementar a renda familiar (PAIVA, 2011; ROSADO et al., 2011). Neste contexto, frequentemente, são chamadas de ‘chefes de família’, tanto por assumir a provisão financeira do lar após o divórcio/separação conjugal, como também por assumir um papel de principal referência para os filhos após a separação (CÚNICO; ARPINI, 2014a; CÚNICO; ARPINI, 2014b; COSTA; MARRA, 2010; ISOTTON; FALKE, 2014).

Ainda sobre isso, Isotton e Falcke, (2014, p.100) acrescentam:

A necessidade de buscar uma renda para a manutenção do lar costuma sobrecarregar a mulher responsável pela família, considerando que, muitas vezes, recebe baixos salários, em função da discriminação no mercado de trabalho.

No caso das mulheres pobres, esta realidade se mostra de forma ainda mais intensa, pois elas tanto parecem ter mais dificuldades de se reinserir no mercado de trabalho, como também, quando se inserem, muitas vezes se inserem pela via dos trabalhos informais (COSTA; MARRA, 2010). Segundo Isotton e Falcke (2014, p.100), “o mesmo fato não ocorre com as mulheres que têm renda garantida e alta escolaridade”, uma vez que apresentam mais condições para a superação das dificuldades emergentes.

Em todos os casos, a diminuição da renda familiar se constitui como um aspecto relevante na discussão desse estudo, principalmente no que se refere às classes mais pobres, pois isto parece gerar implicações significativas para o exercício da maternidade pós-divórcio.

A implicação para o fato de as mães serem as principais detentoras da guarda dos filhos é o desenvolvimento de relações mais próximas entre mães e filhos após a dissolução. Este achado foi evidenciado pela pesquisa de Grzybowski e Wagner (2007) que, inclusive, demonstrou em quais aspectos existe um maior envolvimento da mãe com os filhos após a dissolução, os quais estiveram relacionados às áreas de suporte afetivo, acompanhamento escolar e atividades disciplinares. Por outro lado, viu-se que o pai apresentava um maior envolvimento somente no campo das atividades sociais, incluindo aí, predominantemente, as atividades de lazer e entretenimento. Neste percurso, as autoras salientam que o fato de deter a guarda, coabitar junto aos filhos, assim como a influência das prerrogativas de gênero construídas socialmente a respeito do papel materno, por sua vez, funcionam como elementos potencializadores do maior envolvimento da mãe com os filhos após a separação. Além disso, as autoras acrescentam que, pelo fato das mulheres se recasarem menos após a separação, se comparado aos homens, também poderia ser este um elemento indicador de uma maior dedicação aos filhos, e conseqüentemente, o desenvolvimento de relações mais íntimas, ainda que isso não seja determinante.

Assim, um aspecto associado à experiência das genitoras guardiãs refere-se ao fato destas poderem estar mais presentes na vida dos filhos, desempenhando um papel mais ativo quanto à educação dos mesmos, e assim exercendo um papel de maior autoridade. Nestes casos, o que pode ocorrer é um fortalecimento da autoridade materna com a saída do pai do ambiente doméstico, o qual é favorecido pela ausência mais constante do pai e pela convivência diária com as crianças (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010; ROSADO et al., 2011).

Neste contexto, trazendo um pouco da perspectiva dos pais, é possível observar que estes muitas vezes se queixam quanto à presença mais ativa da mãe na vida da criança, assim como denunciam a perda da autoridade paterna e o excesso de controle exercido por muitas mães após a separação, principalmente quando os filhos são pequenos. Esta realidade aponta, por outro lado, para as implicações da guarda unilateral no exercício dos papéis parentais, onde mães e pais situam as suas queixas quanto ao impacto da separação na dimensão parental (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010).

Outro aspecto associado à experiência das mães no contexto da família pós-divórcio refere-se ao fato de que a separação pode intensificar o foco materno nos cuidados com os filhos, tal como foi possível observar na pesquisa empreendida por Brito (2008, p.32), onde se lê que:

Para algumas mulheres, parecia que, após a separação conjugal, firmava-se uma equiparação entre identidade feminina e maternidade, quando voltam toda a sua energia para o papel de mães. Nesses casos, chegaram a verbalizar que após a separação entendiam que o filho era de responsabilidade delas, mostrando-se surpresas, no grupo, com a possibilidade de homens sofrerem por não estarem com seus filhos (p.32).

Com isso, é possível conjecturar acerca da potencialização do senso de responsabilidade materna, representada pelo direcionamento das energias para o cuidado com os filhos após a separação.

Ainda sobre o fato de muitas mães se sentirem como as principais responsáveis pelos filhos após a quebra do núcleo conjugal, Brito, Cardoso e Oliveira (2010, p.815) acrescentam:

Ao longo das discussões, foi consenso entre pais e mães o fato de muitas mulheres se sentirem como as únicas responsáveis pelos filhos ao considerarem que, apesar da sobrecarga, podem cuidar e educar suas crianças sozinhas [...].

A explicação para esta realidade poderia estar associada à própria representação social acerca do papel de mãe, onde muitas mulheres “não conseguem se desvencilhar do modelo que lhes aprisiona, de mãe dedicada e principal responsável pelos filhos, ainda que se descubram sobrecarregadas” (CÚNICO; ARPINI, 2014b, p.45).

Outro aspecto observado, que pode gerar influências sobre o exercício da maternidade após a separação, refere-se à qualidade do relacionamento mantido entre os genitores. Neste sentido, a manutenção de relações amigáveis tende a facilitar o exercício dos papéis, assim como a permanência de conflitos tende a dificultar compartilhamento das tarefas parentais. Nestes últimos casos, para tanto, é frequente a associação entre a animosidade que caracteriza o relacionamento entre os pais e a presença de ressentimentos advindos da separação.

Como forma de lidar com isso, Lamela, Figueiredo e Bastos (2010) alertam sobre a importância dos genitores manterem um padrão de boa convivência após a separação, para que ambos consigam desempenhar os seus papéis parentais em face do cumprimento das necessidades dos filhos.

Contudo, apesar disso, são comuns os casos em que se mantém ou mesmo se potencializam os conflitos no relacionamento entre os genitores, realidade esta que interfere diretamente na dimensão parental. Como retrato disso, lê-se na pesquisa de Brito, Cardoso e Oliveira (2010, p.815):

Nos primeiros encontros dos grupos, os participantes demonstraram grande necessidade de relatar o difícil relacionamento que mantinham com o ex-cônjuge, seus descontentamentos e frustrações e o quanto essas dificuldades acabavam relacionadas ao exercício da maternidade e da paternidade. Sobressaía, em seus discursos, a expressão das relações conflituosas entre o ex-casal.

De forma parecida, também na pesquisa de Brito (2008, p.25), foi possível observar um consenso entre pais e mães separados, onde se viu que “apesar de extinta a conjugalidade, os embates com o ex-cônjuges permaneciam por longo período, com repercussão na convivência com a prole”.

Com frequência, essa realidade tem a ver com a capacidade de cada genitor em elaborar a quebra do vínculo conjugal, evitando que as relações parentais sejam prejudicadas. Para muitos autores, inclusive, trata-se da difícil tarefa de separar os aspectos da conjugalidade e da parentalidade (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010; GORIN, 2015; SOARES, 2009).

Sobre isso, Gorin (2015, p.45) pontua:

Acredita-se que a elaboração do fim da conjugalidade, em vez de seu recalçamento, permite aos pais exercer a parentalidade de maneira mais saudável, evitando que os filhos ocupem posições difíceis diante dos conflitos e se sintam divididos entre seus genitores.

A idade dos filhos também se mostrou como um aspecto importante a ser evidenciado na experiência de muitas mães. Neste sentido, Brito (2007), salienta que o desenvolvimento de relações mais próximas entre o genitor guardião e os filhos parece ocorrer de modo mais intenso quando os filhos são caçulas, conforme pôde-se perceber no seguinte trecho:

Nesses casos, o vínculo entre mãe e filho se estreitava, com a genitora jogando toda a sua afetividade para o pequenino, a quem, pela idade, só era permitido visitas esparsas ao pai. Ao longo do desenvolvimento, muito apegada à mãe, a

própria criança não conseguia se afastar para visitar o pai, iniciando-se uma série de justificativas que, prontamente, eram defendidas pela mãe. Uma das entrevistadas, cujos pais se separaram quando ela nasceu, disse, por exemplo, que possuía um ótimo relacionamento com a mãe, sentindo que o mesmo não ocorria com o pai, de quem se sentia um pouco afastada (p.41).

A partir desse trecho, é possível dizer que uma das causas possíveis para a potencialização do vínculo com os filhos mais novos refere-se as próprias necessidades emocionais da mãe após a separação, as quais podem gerar reflexos na sua relação com os filhos.

Neste sentido, um aspecto interessante é trazido pela pesquisa de Medeiros et al. (2013) onde, através da descrição de um caso clínico, os pesquisadores evidenciaram uma mudança na relação entre a mãe e a criança, na medida em que tanto a criança tentava ocupar o lugar do pai ausente, amadurecendo precocemente, como também a mãe buscava no filho apoio emocional para lidar com a dor da recente separação. Deste modo, após a busca por psicoterapia para o filho, o que se constatou foi a necessidade latente da mãe em elaborar a perda do vínculo afetivo, demanda esta que estava implícita na procura por psicoterapia para o filho.

Sobre este caso, os pesquisadores afirmam:

Percebe-se, então, uma confusão entre as necessidades da criança e da mãe, fazendo entender que o motivo latente da procura por psicoterapia para o filho pode representar uma percepção da mãe que precisava ser ouvida, podendo elaborar a sua separação (MEDEIROS et al., 2013, p.72).

Uma outra explicação para esta ocorrência, por sua vez, poderia ser mencionada a partir das ideias de Isotton e Falcke (2014, p.100), quando estes afirmam que o que pode ocorrer nos casos de separação é que “a criança venha a ocupar o lugar do genitor que saiu, como parceiro com quem o genitor divide seus sentimentos”. Neste sentido, poder-se-ia conjecturar que a criança pode passar a ser alvo das demandas afetivas não resolvidas da mãe no que concerne à separação.

Já em uma pesquisa realizada por Lopes (2008), pôde-se, ainda, salientar acerca da ocorrência de um fenômeno interessante na experiência de muitos pais e mães recém-divorciados. Este refere-se ao acontecimento que a autora chamou de ‘arranjos de dormir’, onde, após a separação, os genitores que detinham a guarda dos filhos passavam a dormir com os filhos após o divórcio. Na visão da autora, esta ocorrência poderia estar associada a uma tentativa do pai, ou da

mãe, de preencher o espaço vazio deixado pelo ex-cônjuge, o qual se materializa mais fortemente na hora de dormir, no leito que antes era do casal.

Em todos esses casos, para tanto, o que parece se destacar são as necessidades emocionais da mulher após a separação, as quais ocorrem como consequência do impacto emocional gerado pela ruptura. Nesse sentido, Féres-Carneiro (2003) aponta que a dissolução da conjugalidade representa um evento predominantemente doloroso, em que se faz necessária a elaboração de um luto referente à perda do vínculo afetivo.

Ainda associado as implicações subjetivas da separação, Parisi (2009) evidencia os principais sentimentos que podem emergir no caso específico de mulheres recém-divorciadas, a saber: a presença de sentimentos de tristeza, solidão, desamparo, raiva, desejos de vingança, sensação de vazio, desorganização e perda da identidade. Em última instância, conjectura-se que todos estes estados emocionais podem coincidir com o processo de reformulação da maternidade, a qual se dá na interface com todas as transformações de ordem subjetiva e emocional agenciadas pela quebra do núcleo conjugal.

O apego ao modelo de família nuclear, por sua vez, também se mostra como um aspecto que pode estar presente na experiência de muitas mães separadas. Este é um fenômeno que pôde ser observado na pesquisa de Cúnico e Arpini (2014b, p.42), onde se lê que, “para muitas das mães entrevistadas, a separação se configurou como sendo um marco, o qual estabeleceu o ‘fim’ da família com a qual idealizavam” (grifo dos autores).

Neste cenário, estaria circunscrito tanto as expectativas da mulher quanto ao casamento e a constituição da família ideal, como também a frustração por ter passado por uma experiência de separação muitas vezes inesperada, tendo como resultado a constituição de um novo modelo familiar, em que a figura do pai passa a ser ausente (CÚNICO; ARPINI, 2014b).

Diante de todos esses achados, é possível conjecturar que a separação conjugal certamente afeta toda a dinâmica familiar, bem como tende reestruturar o exercício dos papéis parentais de maneira geral. No que se refere à experiência materna, mais especificamente, é certo que este episódio desafia a capacidade da mãe em conduzir as transformações ocasionadas pela dissolução, dentre as quais puderam se destacar os aspectos práticos e mais subjetivos desse processo.

Neste cenário, aprofundamentos sobre a compreensão da experiência materna após a quebra do núcleo conjugal constituem-se como o alvo principal desse estudo, onde se espera

poder contribuir com o avanço da discussão sobre o tema. Neste percurso, a seguir, apresenta-se a fundamentação teórico-metodológica que norteia as noções de família e de maternidade utilizados no decorrer da pesquisa.

3 A MATERNIDADE E A FAMÍLIA NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE WINNICOTT

3.1 O conceito de ambiente

Winnicott foi um pediatra, psiquiatra infantil e psicanalista inglês que se dedicou ao estudo do processo de maturação do ser humano. Dentre suas várias contribuições, ele desenvolveu o conceito de ambiente, que se constitui como uma noção fundamental dentro de sua teoria. Partindo da sua experiência clínica com crianças, ele buscou evidenciar a relação de interdependência entre o indivíduo e o ambiente desde a fase mais primitiva do desenvolvimento. Ele se utiliza do protótipo da relação mãe-bebê para demonstrar que não há como se referir ao indivíduo sem considerar o seu ambiente, uma vez que este funciona como um elemento constituinte da própria subjetividade. Sua concepção se alia a uma visão de homem relacional, tomando como fundamento básico a ideia de que o ser humano só se constitui a partir da influência dos relacionamentos intersubjetivos, os quais se dão no ambiente desde a fase mais primitiva do desenvolvimento.

Segundo Araújo (2007), ao desenvolver o conceito de ambiente, Winnicott diferencia-se de grandes autores da corrente psicanalítica tradicional, contrapondo-se à valorização de elementos puramente intrapsíquicos e concebendo ao ambiente e aos fatores externos um lugar primordial dentro de sua teoria.

Nesta perspectiva, a ligação que se estabelece entre o indivíduo e o ambiente, desde o momento da concepção, é mais do que somente uma relação de contato entre o sujeito e a realidade externa do mundo, trata-se de uma condição de mutualidade, em que o ambiente participa diretamente da constituição subjetiva dos seres. Neste contexto, é a condição de dependência ao nascer que cria a demanda em relação ao ambiente, sendo esta uma premissa que se mantém durante a vida. Assim, nesta perspectiva, o ambiente funciona como um suporte a partir do qual o indivíduo se constitui, assim como sustenta a sua continuidade de ser ao longo do desenvolvimento (ARAÚJO, 2007).

Segundo Araújo (2007), ao se utilizar do termo ambiente, Winnicott enfatizou o conjunto de condições físicas e psicológicas disponíveis para o indivíduo em seu processo de construção de si mesmo. Tal concepção se alia a ideia de que o indivíduo demanda do ambiente a satisfação de inúmeras necessidades desde a mais tenra idade, no intuito de assim poder se

constituir enquanto um sujeito saudável e criativo, sendo que o ambiente, por sua vez, deve ser capaz de responder suficientemente a tais solicitações.

Sobre o conceito de ambiente desenvolvido por Winnicott, Araújo (2007) salienta:

Winnicott propiciou a valorização das condições humanas, não- humanas, objetivas, subjetivas, externas e internas que envolvem o indivíduo em sua luta para se constituir como um si mesmo individual, até então não reunidas em um conceito capaz de abarcar de forma integrada todas essas condições (p.16).

Ainda na perspectiva da autora citada, ao desenvolver o conceito de ambiente, Winnicott considera um elemento novo para a compreensão do modo como se dá o desenvolvimento humano, contrariando, inclusive, conceitos tradicionais dentro da corrente psicanalítica. A exemplo disso, tem-se o fato de que Winnicott discordou claramente das ideias de Freud quanto à priorização do complexo de Édipo enquanto elemento constituinte primordial do psiquismo. Neste percurso, Freud, ainda que tivesse reconhecido a importância do ambiente no que diz respeito à dependência que o indivíduo sustenta ao nascer, principalmente no sentido biológico, não teria sido capaz de tomar-se deste conceito mais a fundo, a fim de explorá-lo com mais propriedade. Do mesmo modo, outros autores como Melanie Klein, Anna Freud, Lacan e Françoise Dolto também não teriam abordado com tanta ênfase a noção de ambiente tal como o fez Winnicott (ARAÚJO, 2007).

Assim, de modo inovador, Winnicott colocou em evidência o papel do ambiente na constituição subjetiva dos seres, fato que inaugurou uma nova forma de conceber o ser humano. Para ele, o ambiente, composto primeiramente pelas figuras parentais e posteriormente, por toda conjuntura das interações sociais e culturais, representa um elemento indissociável de toda experiência humana, uma vez que o estabelecimento da própria subjetividade só é possível na interlocução indivíduo-ambiente (ARAÚJO, 2007).

Com isso, Winnicott não prioriza somente a dimensão intrapsíquica no que diz respeito à compreensão dos seres, mas, antes, enfatiza o papel das interações e dos processos intersubjetivos, os quais se dão no âmbito do ambiente externo ao sujeito. Para ele, a suficiência desse ambiente em promover as condições facilitadoras para o desenvolvimento emocional do indivíduo é que caracteriza um ambiente facilitador, já que tende a contribuir para a concretização das suas potencialidades vitais (ARAÚJO, 2007).

Neste sentido, vale mencionar que Winnicott concebe que o ser humano é naturalmente dotado de uma tendência inata ao crescimento, a qual se traduziria como um tipo de força interior, segundo a qual o indivíduo caminha rumo à evolução do seu processo de desenvolvimento. Contudo, para que isto ocorra, o ambiente terá um papel fundamental, pois deverá funcionar como um elemento facilitador, favorecendo a provisão das condições necessárias para que sejam colocadas em marcha os seus potenciais de vida.

Com isso, Winnicott reafirma a noção de que o indivíduo depende do ambiente para dar curso a sua continuidade de ser. Tal concepção se aplica à todas as etapas do desenvolvimento pessoal que o indivíduo se encontra. Na infância, o papel desse ambiente adquire um valor central em decorrência da vulnerabilidade do bebê, mas mesmo após esta fase, o indivíduo estará sempre ocupando um lugar de interdependência para com o ambiente, na medida em que este continua a influenciá-lo continuamente durante toda a sua trajetória de vida.

No início, este ambiente é representado pela figura da mãe e pelos cuidados que esta empreende. A partir da inserção nesse ambiente inicial o bebê tem acesso ao atendimento das suas necessidades básicas, as quais se traduzem em necessidades físicas e psicológicas, ao mesmo tempo em que começa a dar início ao seu processo de amadurecimento pessoal, estabelecendo assim as raízes para a sua inserção em outros ambientes, os quais compõem o ambiente social mais amplo.

Diante disso, vê-se que a mãe inaugura a inserção do indivíduo no ambiente, assim como lança as sementes da maturação emocional dos seres humanos. A importância deste primeiro ambiente, dentro da teoria Winnicottiana, adquire uma relevância central, pois é através do protótipo da relação mãe-bebê que o autor vai evidenciar o papel do ambiente na constituição psíquica do ser humano.

Para o autor, não existe o que se chama de bebê sem o ambiente. Na sua concepção, é o ambiente inicial - representado inicialmente pela figura da mãe - que possibilita ao bebê a satisfação das suas necessidades básicas, a fim de garantir a sua sobrevivência. Nesta fase, o bebê é totalmente dependente do meio ambiente, necessitando de alguém que se coloque à frente da promoção das condições ideais para o seu desenvolvimento. Por tal motivo, Winnicott chega a conceber que tal é o nível de ligação entre o indivíduo e o ambiente nesta fase do desenvolvimento primitivo, que não se pode ainda referir-se ao ser enquanto uma unidade, mas sim em termos de conjunto indivíduo-ambiente. Com isso, Winnicott destaca que já no início

da vida o que se estabelece é uma íntima relação entre o indivíduo e o ambiente externo, sendo este último representado por aquilo Winnicott denominou de mãe-ambiente.

Com o tempo e com o crescimento, o indivíduo poderá alcançar tal status de unidade pessoal, saindo da fase de dependência absoluta e alcançando certo nível de autonomia, mas mesmo assim, mesmo chegando a fase adulta, ele será sempre um indivíduo no ambiente, continuando a manter para com este uma relação de interdependência. Isto significa que o indivíduo sempre estará relacionado ao ambiente, pois suas ações, comportamentos e experiências terão sempre como base o elemento contextual. Na perspectiva de Araújo (2007), inclusive, o ambiente sempre se traduz como aquilo que envolve o ser humano e o influencia continuamente.

Neste percurso, pode-se dizer que Winnicott desenvolveu uma nova versão da psicanálise, ancorada numa perspectiva relacional acerca da compreensão do ser humano. Ao focar no ambiente, incluindo neste a dinâmica das relações intersubjetivas, o autor acaba por evidenciar uma teoria que se fundamenta na relação entre os seres, e no modo como estes se constituem dialogicamente (LEITÃO, 2017; LEITÃO, SANTOS, MENDONÇA, não publicado).

Acerca disso, Leitão, Santos e Mendonça (p.03, não publicado) acrescentam:

A ênfase na relacionalidade, inicialmente enfocando experiências na esfera microssocial, especialmente as relações mãe-bebê e analista - analisante, produziu elementos para discutir relações sociais mais amplas.

Assim, ao compreender que o ser humano só se constitui a partir da relação com o ambiente, assim como continua a manter para com este uma relação de interdependência e indissociabilidade fundamental, o conceito de ambiente permite que se ampliem os olhares para a dinâmica das interações sociais. Neste sentido, trata-se de um conceito que muito tem a contribuir para o estudo dos processos psicossociais dentro do campo da psicologia, na medida em que permite pensar a subjetividade como algo indissociável das questões sociais e dos fenômenos intersubjetivos.

A respeito da abordagem focada nos processos psicossociais, Alves e Francisco (2009) compreendem que esta perspectiva consiste na articulação entre a dimensão social e intrapsíquica, concebendo o sujeito em suas múltiplas dimensões. Em suas palavras, os autores salientam:

A abordagem psicossocial contempla [...] articulações entre o que está na ordem da sociedade e o que faz parte do psíquico, concebendo o sujeito em suas múltiplas dimensões. Assim, ela considera a multidimensionalidade da clínica, em que estão envolvidos aspectos de interação entre o físico, o psicológico, o meio ambiente natural e o social. Em outras palavras, essa abordagem compreende que a nossa história de vida é marcada pelas relações em rede, cujas estruturas social e familiar, bem como as experiências culturais, se manifestam no dia a dia; concebe, pois, o sujeito como um todo que afeta e é afetado no mundo, enfatizando a interação e a interdependência dos fenômenos biopsicossociais e buscando pesquisar a natureza dos processos dinâmicos subjacentes que compõem o homem em sua vivência. (ALVES; FRANCISCO, p.769).

Acerca da contribuição do pensamento de Winnicott no que se refere à abordagem de estudo dos processos psicossociais Leitão, Santos e Mendonça (p.07, não publicado) colocam:

Afirmando a interdependência das dimensões micro e macrosociais, o pensamento de Winnicott lança luz na compreensão das experiências humanas na sociedade. Partindo de um modelo mais dialógico do que a psicanálise clássica, ele avança na compreensão da subjetividade enquanto constituída a partir e através de relacionamentos interpessoais inseridos e atravessados por contextos socio-histórico-culturais e por marcadores de classe, gênero, etnia, etc (não publicado).

Ainda de acordo com as autoras, ao se adotar uma perspectiva psicossocial apoiada nos fundamentos da psicanálise Winnicottiana, não se pretende reduzir o estudo dos fenômenos à dimensão individual ou social, partindo de uma modalidade de pensamento dualista, mas antes enfatizar a interlocução entre ambas as dimensões. Neste viés, trata-se de considerar interligados os campos interno e externo, subjetivos e objetivos, assim como a relação destes com a história da sociedade e da cultura, os quais antecedem a existência do sujeito e naturalmente também fazem parte da sua constituição subjetiva (LEITÃO; SANTOS; MENDONÇA, não publicado).

Deste modo, ao referir-se aos processos psicossociais enquanto uma modalidade de compreensão do ser humano e de sua subjetividade, a concepção de ambiente desenvolvida por Winnicott fornece um aporte teórico significativo neste contexto. A partir desta perspectiva, é possível ater-se a uma visão de homem ancorada na dinâmica inter-relacional entre os sujeitos, considerando a influência dos aspectos sociais, históricos e culturais que permeiam a vida e as experiências humanas.

Sua teoria traz como diferencial a ênfase no fator ambiental, o qual parte de uma dimensão microssocial, representada, primeiramente, pelas figuras parentais, evoluindo para uma dimensão macrossocial, referindo-se à inclusão no campo social mais amplo. Além disso, pode-se dizer que este conceito prega por uma visão psicossocial em sua essência, ao enxergar o sujeito enquanto um ser atravessado pelas relações intersubjetivas, as quais se dão num ambiente sócio-histórico-cultural e sendo as experiências humanas atravessadas por todas essas dimensões.

Partindo disso, tem-se que a maternidade pode ser considerada como um fenômeno psicossocial, que se dá na interface com o ambiente relacional e sociocultural no qual as mulheres estão inseridas. Neste sentido, ao se estudar a experiência subjetiva das mães, sob quaisquer circunstâncias, deve-se ter em mente a influência dos fatores sociais, históricos, econômicos, culturais e políticos que advém com o ambiente .

3.2 A mãe como primeiro ambiente do bebê

Para Winnicott, é inconcebível referir-se ao indivíduo sem considerar o seu ambiente, isto porque o indivíduo só existe na relação que estabelece com o meio. Esta relação, a princípio, se traduz na relação do bebê com a figura materna, a partir da qual ambos sustentam uma relação fusional, uma vez que o bebê ainda não estabeleceu a distinção fundamental entre o EU e o não EU (WINNICOTT, 1963/1983). Para o autor, a relação inicial entre a mãe e o bebê é tão fusional que faz com que se estabeleça, inicialmente, o que ele chama de conjunto ambiente-indivíduo (ARAÚJO, 2007).

Tal concepção se sustenta na condição própria que o bebê apresenta ao nascer. Ele nasce como um ser totalmente dependente do meio ambiente, necessitando de alguém que se coloque à frente do atendimento de suas necessidades físicas e emocionais, já que sozinho ele não poderia sobreviver. Neste momento, se sobressai a figura da mãe, que representa o seu primeiro e o mais fundamental ambiente ao nascer. É através dela que serão fornecidos os cuidados essenciais para a sua sobrevivência, assim como, é a partir da relação com esta que o bebê dará início ao seu processo de desenvolvimento emocional (ARAÚJO, 2007; LEJARRAGA, 2012).

Diante da condição de dependência absoluta que o bebê sustenta após o nascimento, a mãe se destaca com a figura principal que, além de sustentar uma relação fusional fundamental,

também promove o atendimento das necessidades do bebê. Essas necessidades são predominantemente físicas no início, contudo se estendem para as necessidades de cunho psicológico, as quais instauram as bases do psiquismo. Algumas dessas necessidades referem-se à: “necessidade de comunicação com outro humano, de ser visto e ser cuidado, de contato íntimo, corporal e afetivo” (LEJARRAGA, 2012, p.23).

A capacidade da mãe em suprir estas necessidades tem origem a partir do seu próprio processo de identificação com o bebê, o qual se inicia antes mesmo do nascimento, e que deve perdurar até meados dos seis meses de vida da criança. Nesta fase, a mãe se encontra mais profundamente ligada ao bebê, estando mais atenta para a satisfação de suas necessidades (WINNICOTT, 1987/2006, 1965/2011).

Winnicott (1965/2011) chamou esse fenômeno de ‘preocupação materna primária’. Nesse estado, a mãe vivencia uma experiência de maior sensibilidade no que diz respeito às necessidades do bebê, o que a faz ocupar-se mais diretamente dos seus cuidados. Isto ocorre porque, nessa fase, a mãe desenvolve “uma capacidade especial de abdicar do próprio self em favor da criança” (WINNICOTT, 1965/2011, p.22), voltando-se quase que exclusivamente para o atendimento de suas necessidades.

Em outras palavras, Winnicott (1987/2006, p.30) afirma:

Neste estado, as mães se tornam capazes de colocar-se no lugar do bebê, por assim dizer. Isto significa que elas desenvolvem uma capacidade surpreendente de identificação com o bebê, o que lhes possibilita ir ao encontro das necessidades básicas do recém-nascido, de uma forma que nenhuma máquina pode imitar, e que não pode ser ensinada.

Trata-se de uma vivência comum dentro do processo de concepção da maioria das mulheres, e que diz respeito ao modo como a mãe se identifica com o seu bebê, tornando-se capaz de auxiliá-lo em seu processo de desenvolvimento. Para Winnicott (1965/2011), inclusive, é justamente o alcance desse estado psicológico subjetivo que confere à mãe uma capacidade especial para que ela possa se adaptar às necessidades do seu bebê, fazendo-a colocar-se como um suporte fundamental para o seu desenvolvimento.

Quando a mãe, por sua vez, não alcança esse estágio de preocupação materna primária, o ambiente tende a fracassar na tarefa de se adaptar às necessidades emocionais do bebê, promovendo um conjunto de cuidados que podem ser considerados falhos. Tal situação promove

uma interrupção na continuidade do processo de desenvolvimento do bebê, produzindo o que ele chama de agonias impensáveis, as quais podem reverberar no desenvolvimento de sintomas posteriormente (LEJARRAGA, 2012).

Isto pode ser evitado quando o bebê integra um ambiente inicial que, diferentemente daquele, promove a satisfação de suas necessidades fundamentais, tanto físicas, como também emocionais. Ele é representado pela presença de uma mãe viva e pessoal (WINNICOTT, 1965/2011), que o ama profundamente (LEJARRAGA, 2012), e que se coloca como uma facilitadora em seu processo de desenvolvimento pessoal, a partir dos cuidados que empreende (WINNICOTT, 1987/2006).

Tais cuidados adquirem um valor fundamental na teoria do amadurecimento pessoal de Winnicott. Isto porque, quando há qualidade nos cuidados oferecidos pela mãe-ambiente, quando estes cuidados se traduzem em cuidados sensíveis e consistentes, isso permite que o bebê possa “conservar um sentimento de continuidade do ser” (WINNICOTT, 1965/2011, p.40), ou seja, isso permite que o bebê não seja assaltado por possíveis intrusões ambientais, ou que estas se coloquem como obstáculo ao seu desenvolvimento. Isto vai permitir, acima de tudo, que o bebê tenha acesso a um ambiente inicial que inspira confiabilidade, e que colabora com o seu processo de crescimento (WINNICOTT, 1987/2006).

Neste percurso, a presença de uma ‘mãe suficientemente boa’ se coloca como uma condição essencial para a constituição de um ambiente primário que seja confiável para o bebê. A qualidade da sua presença e dos seus cuidados serão determinantes para a constituição psíquica e pessoal do bebê e futuro adulto.

Para Winnicott, é a mãe que se constitui como a figura ideal para suprir as necessidades do bebê no estágio de desenvolvimento inicial (WINNICOTT, 1954/1990), uma vez que existe uma continuidade de ser entre o bebê e a mãe desde o útero materno, e que faz com que esta esteja mais inclinada para fornecer os cuidados necessários ao bebê (ARAÚJO, 2007).

Essa tendência a uma maior entrega por parte da mãe estaria circunscrita como um tipo de devoção, onde se compreende que a mulher, naturalmente, possui a capacidade para acompanhar as necessidades do bebê. Em outra passagem, Winnicott (1987/2006) se refere a esta mãe como a ‘mãe dedicada comum’, referindo-se à maioria das mães que, de forma comum e natural, desempenham o papel materno. Por outro lado, este atributo não estaria restrito à figura da mãe,

mas se ampliaria para qualquer pessoa que, não sendo a mãe, fosse capaz de se colocar em seu lugar, apresentando o mesmo tipo de devoção (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT, 1965/2011).

Em todos os casos, o provimento de um ambiente inicial facilitador para o bebê se inicia com o protótipo da figura da mãe, no exercício de uma maternagem pautada na devoção. Esta se caracterizará como uma mãe ‘suficientemente boa’ se for capaz de fornecer os cuidados adequados ao bebê, criando condições para que este se desenvolva de modo apropriado. Se isto não ocorre, a maternagem será permeada por cuidados falhos, que ao invés de promoverem a continuidade do desenvolvimento do bebê, se colocarão como obstáculos para que isto aconteça.

Assim, quando há falha no ambiente inicial, isso acaba por se constituir como uma falha, fazendo com que o bebê não encontre suporte para o atendimento das suas necessidades, tendo ele mesmo que lidar com esta falha sozinho. Diante disso, o bebê tende a reagir, instaurando determinados mecanismos de defesa precoces, como forma de atender as suas próprias necessidades, as quais não puderam ser supridas pelo ambiente inicial. Em última instância, estas falhas comprometem o estabelecimento de um self verdadeiro, e em seu lugar instala-se o falso self (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT, 1965/2011).

Acerca disso, Winnicott (1965/2011,p.24) afirma:

Só na presença dessa mãe suficientemente boa pode a criança iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real. Se a maternagem não for boa o suficiente, a criança torna-se um acumulado de reações à violação; o self verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um falso self que a um só tempo quer evitar e compactuar com as bofetadas do mundo.

Assim, se o ambiente de sustentação inicial do bebê é inadequado, ou não favorece a satisfação das necessidades da criança nesta fase, o bebê fica sob a ameaça do caos e, como consequência, tende a se colocar dentro de uma postura de prontidão defensiva, como uma forma de se proteger e de lidar com esta falha do ambiente. Posteriormente, se esta deficiência ambiental persiste, isto pode reverberar no desenvolvimento de patologias ou de desordens psíquicas, como é o caso da psicose (ARAÚJO, 2007).

Por outro lado, uma explicação para a dificuldade da mãe em atender às necessidades do bebê pode estar relacionada a fragilização do seu próprio ego, durante o seu próprio processo de desenvolvimento emocional primitivo. Nestes casos, a mãe pode refletir as defesas e as falhas da sua própria relação originária, deixando de fornecer o suporte necessário para o bebê (ARAÚJO,

2007). De outro modo, quando a mãe teve acesso ao apoio necessário durante a sua trajetória de vida primitiva, isso a torna mais apta para se constituir enquanto uma mãe suficientemente boa.

A presença de uma mãe suficientemente boa durante a fase de desenvolvimento primitivo do bebê, por sua vez, faz com que o lactante tenha acesso às condições adequadas para poder se constituir enquanto um sujeito único e integrado, sendo o alcance de integração um passo importante dentro do seu processo do desenvolvimento.

Neste ponto, vale salientar que, para Winnicott, o bebê nasce num estado de não integração, no qual ele ainda não conseguiu se estabelecer enquanto uma unidade. Nas palavras de Winnicott (1965/2011, p.17), nesta fase, “o indivíduo é um conjunto não organizado de fenômenos sensório-motores contidos pelo ambiente externo”, necessitando assim de alguém que o auxilie na tarefa de alcançar o estágio da integração. Este papel, mais uma vez, é desempenhado pela mãe-ambiente, que com o apoio do seu próprio ego, irá facilitar a organização do ego do bebê.

Neste contexto, é a mãe suficientemente boa quem presta o apoio necessário ao bebê através do seu ego. Neste caso, o ego da mãe se harmoniza com o ego do bebê, facilitando para que este último finalmente se estabeleça. Do contrário, “se o apoio do ego da mãe não existe, ou é fraco, ou intermitente, a criança não consegue desenvolver-se numa trilha pessoal” (WINNICOTT, 1965/2011, p.24).

Este desenvolvimento, por seu turno, caminha de um estado de dependência absoluta, perpassando por uma fase de dependência relativa, e irá reverberar no estágio de independência do sujeito na idade adulta (WINNICOTT, 1963/1983). Este último tem a ver com a construção de um self verdadeiro na vida futura do bebê, e mantém as suas principais raízes nos cuidados oferecidos pela mãe na provisão ambiental primitiva.

Assim, se essa provisão é adequada, o bebê terá mais probabilidade de construir um self verdadeiro, o qual se pauta, principalmente, nas concepções de criatividade, liberdade e espontaneidade (PLASTINO, 2014).

Ainda a respeito da mãe, Winnicott resume o papel da mãe em três funções fundamentais básicas, as quais foram denominadas de *holding*, *handling* e *apresentação de objetos*.

A primeira delas diz respeito ao *holding*, e se traduz num termo de uso geral dentro da teoria Winnicottiana, para denominar a sustentação fornecida pelo ambiente inicial ao bebê. Este conceito gira em torno na ideia de “segurar” satisfatoriamente o bebê, considerando-se a

amplitude que deve ser atribuída ao termo ‘segurar’ neste contexto. Aqui, este termo abrange tanto a ação de segurar o bebê nos braços de forma correta, como também a atitude de ‘segurá-lo’ emocionalmente, no sentido de se fazer como um suporte confiável, segundo o qual o bebê possa se desenvolver de maneira saudável, estabelecendo as bases fundamentais para a constituição do seu psiquismo (WINNICOTT, 1987/2006).

De outro modo, o ato de segurar mal o bebê pode se constituir como uma falha ambiental, e implicar na interrupção do seu processo de maturação. Isso ocorre devido às reações que o bebê empreende na tentativa de lidar essa falha, implicando num comprometimento da sua linha contínua de desenvolvimento.

Nas palavras de Winnicott (1987/2006, p.54), tem-se que:

Segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significa uma incessante interrupção desses processos, devido as reações do bebê às quebras de adaptação.

A segunda função refere-se à função de *handling*, e está diretamente relacionado ao aspecto psicossomático da criança, através do manejo cuidadoso do corpo do bebê. Trata-se de uma especificação do conceito de holding, onde o foco se coloca sobre a importância da manipulação do bebê, a qual facilita para o assentamento da psique no corpo, a partir da construção do tônus muscular, da coordenação e da experiência corporal como um todo (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT, 1965/2011).

A terceira função se associa a ‘apresentação de objetos’, que se dá no campo das relações objetais. Ela se inicia com a amamentação, quando a mãe oferece o seio no momento em que o bebê necessita. A princípio, o bebê sustenta a ilusão de que cria o seio materno quando assim o solicita, porém, passado algum tempo ele vive um processo de desilusão, descobrindo que o objeto, na verdade, não representa uma extensão sua, nem tão pouco está sob o seu controle. Tais experiências representam, por um lado, a instalação da base do viver criativo do sujeito (a partir da experiência da ilusão de onipotência), bem como representa a instauração do princípio da realidade - a partir da experiência da desilusão. (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT, 1987/2006).

A mãe suficientemente boa, neste contexto, diz respeito à mãe que permite que a ilusão de onipotência ocorra naturalmente na experiência do bebê. Quando isso ocorre, é possível então se instaurarem as bases para o viver criativo, e os fundamentos para o estabelecimento do contato

com o mundo real e partilhado, o qual passa, finalmente, a ser percebido objetivamente (ARAÚJO, 2007).

Além dessas funções, Winnicott também pontua o terceiro papel da mãe, que se trata da função de espelho ou função especular. Ela ocorre durante a fase de dependência absoluta, quando o bebê se identifica com a figura materna. Nestas circunstâncias, o que prevalece, por um lado, é a necessidade do bebê de ser visto pelo olhar da mãe, e por outro lado, a capacidade da mãe em fornecer este olhar necessário para que o bebê, de fato, exista e constitua a sua identidade (LEJARRAGA, 2012).

Todas essas funções, por sua vez, adquirem um valor fundamental dentro da teoria do amadurecimento pessoal de Winnicott, pois são elas que participam diretamente do processo de constituição psíquica dos seres. Além disso, pode-se dizer que elas se configuram como as principais incumbências da mãe suficientemente boa, mas que só poderão ser concretizadas se houver, antes de tudo, um ambiente que também auxilie essa mãe, fornecendo a sustentação necessária para que esta possa exercer a maternagem adequada para a criança.

3.3 O ambiente da mãe

Como visto anteriormente, a existência do bebê ao nascer depende diretamente dos cuidados que lhes são fornecidos por outras pessoas. Esta primeira referência refere-se à figura da mãe, pois é a partir da relação com esta que o bebê começa a existir. Contudo, há de se mencionar que a mãe também precisa de uma sustentação por parte de seu meio ambiente imediato, para que tenha condições de proporcionar a satisfação das necessidades do bebê (ARAÚJO, 2007).

Nas palavras de Winnicott (1965/2011,p.03) lê-se que:

A mãe é capaz de desempenhar esse papel se se sentir segura; se se sentir amada em sua relação com o pai da criança e com a própria família; e ao sentir-se aceita nos círculos cada vez mais amplos que circundam a família e constituem a sociedade.

Com isso, pode-se dizer que o ambiente imediato da mãe é representado pela figura do pai, da família e dos demais grupos que compõem a sociedade. São estes que irão proporcionar a segurança e os cuidados necessários à mãe, no sentido de garantir a tranquilidade para que esta

possa exercer a sua função de um modo suficientemente bom. Na fase de maior dependência do bebê, inclusive, esta sustentação por parte do ambiente se faz especialmente importante, pois é através deste apoio que a mãe não será absorvida por outras intercorrências, podendo dedicar-se suficientemente ao seu bebê (ARAÚJO, 2007).

Acerca da necessidade de suporte à mãe, Safra (2002, p.23) salienta:

A ‘mãe suficientemente boa’ também não existe sem os outros. Ela não existe sem um campo sociocultural que lhe dê possibilidades de exercer suas funções. A boa maternagem, assim como suas falhas, têm origem na mãe, no pai, nos ancestrais, na situação social em que a mãe se encontra, nas características da sua cultura e de sua época (*grifo do autor*).

Neste contexto, pode-se dizer que a mãe também necessita de um ambiente de holding, o qual facilite o exercício da sua maternagem. Este ambiente de sustentação, por sua vez, poderia ser representado pelo suporte oferecido pelo contexto sociocultural da mãe, incluindo-se aí todos os atores e grupos sociais que, direta ou indiretamente, influenciam a sua função maternal.

Assim, nesta perspectiva, o que se evidencia é a relação de indissociabilidade que a mãe sustenta para com o seu ambiente sócio-cultural, na medida em que tanto ela contribui para a constituição dessa esfera, como também demanda deste o atendimento de suas necessidades básicas para poder se constituir enquanto uma mãe suficientemente boa.

Segundo Araújo (2007, p.41), o que se observa é que:

A mãe é, pois, para o bebê, o ambiente total, tudo que ele necessita. Entretanto, o que, geralmente, é pouco considerado e, até mesmo ignorado, é o fato de que, para que ela seja essencialmente suficiente ao bebê, ela também é totalmente dependente de que seu meio ambiente imediato – o pai do bebê, sua própria família, seu meio ambiente social – lhe dê a sustentação necessária.

Neste contexto, poder-se-ia falar das necessidades da mãe, que podem ser sintetizadas nas necessidades de segurança, apoio e sustentação, principalmente na fase que compreende o estágio da preocupação materna primária. Para o autor, até certo ponto, a mãe se constitui como um ser vulnerável, só sendo possível perceber o seu grau de vulnerabilidade quando se rompem as suas redes de sustentação. Em suas palavras, ele afirma: “é no caso de uma ruptura das forças protetoras naturais que se constata o quão vulnerável é a mãe” (WINNICOTT, 1965/2011, p.23).

Além disso, o autor sugere que o motivo pelo qual frequentemente não se percebe a vulnerabilidade da mãe é porque, de maneira geral, sempre há “algum tipo de proteção estendida em torno da mãe, proteção organizada talvez por seu marido” (WINNICOTT, 1965/2011, p.23).

Neste ponto, o autor salienta o papel do pai enquanto uma figura que promove e organiza o ambiente em favor da mãe (WINNICOTT, 1965/2011). A sua principal função, a princípio, seria a de sustentar a relação mãe-bebê logo após o nascimento, impedindo que outras intercorrências a impeçam de viver plenamente essa fase com o recém-nascido (ARAÚJO, 2007). Numa fase posterior, por sua vez, a presença do pai se mantém como uma presença essencial no que diz respeito à criação dos filhos, assim como no que diz respeito ao compartilhamento das responsabilidades para com a mãe. Neste ponto, o autor chama atenção para o fato de que, “o cuidado materno transforma-se num cuidado oferecido por ambos os pais, que juntos assumem a responsabilidade por seu bebê e pela relação entre todos os filhos” (WINNICOTT, 1965/2011, p.130).

Neste sentido, salienta-se que o papel do pai complementaria o papel da mãe, no sentido de facilitar para que esta exerça a sua função adequadamente. Do mesmo modo, o contexto social que envolve a figura da mãe, representado pela própria família, amigos, rede comunitária, instituições e a própria sociedade de maneira geral, também funcionam como um suporte para essa mãe, na medida em que funcionam como elementos que facilitam ou dificultam o exercício de sua função. Neste ponto inclusive, Winnicott chega a mencionar que, quando a mãe se encontra sozinha por algum motivo, é a própria sociedade que deve assumir o papel de prestar apoio a essa mãe, no sentido de funcionar como um ambiente de holding para a experiência materna.

Acerca disso, Araújo (2007) salienta:

Os membros da sociedade, em grupo ou individualmente [...] tornam-se responsáveis pelo fornecimento de condições que facilitem à família o seu papel de sustentar as experiências de seus membros individuais.

Neste sentido, ao se referir à experiência materna, o ambiente exerce um papel fundamental quanto à constituição subjetiva da maternidade. É ele que aponta para as condições físicas, sociais, históricas e culturais que sustentam essa mulher no exercício de sua função parental. Esta concepção se torna especialmente importante nos casos em que a mulher se

encontra sozinha, e por algum motivo, não conta com a presença mais ativa da figura paterna. Esse é o caso das mulheres separadas, divorciadas, solteiras ou viúvas que apresentam um formato específico de família, a qual parece depender mais claramente do suporte desse ambiente.

3.4 A família e os fatores de integração e desintegração familiar

Para Winnicott, a família constitui-se como um grupo fundamental para o desenvolvimento individual, uma vez que ela protege a criança do mundo, ao mesmo tempo em que proporciona condições para que esta seja inserida no ambiente externo. Para o autor, o cuidado materno vai aos poucos se transformando no cuidado oferecido por ambos os pais, ao assumirem conjuntamente a responsabilidade pelo cuidado da criança. Este, por sua vez, evolui para os cuidados oferecidos pela família, incluindo assim outros membros familiares, tais como tios, tias, primos, avós, etc (WINNICOTT,1965/2011).

Esta evolução, por sua vez, tem a ver com as próprias necessidades crescentes da criança ao longo de sua trajetória de vida, que inclui a necessidade de ser inserida em círculos sociais cada vez mais amplos. A família, neste percurso, representa o primeiro grupo social no qual o indivíduo se insere ao nascer. Ela deve ser capaz de receber as contribuições pessoais da criança, assim como deve ser capaz de fornecer um tipo de cuidado análogo ao cuidado materno, no intuito de facilitar o seu desenvolvimento (WINNICOTT,1965/2011).

Para Winnicott, a família se constitui como a principal entidade capaz de dar continuidade ao trabalho iniciado pela mãe e pelo pai, uma vez que, naturalmente, ela se mostra como uma estrutura capaz de se adequar suficientemente as necessidades da criança. Isto inclui a capacidade da família de permanecer disponível e intacta, tanto nos momentos em que a criança ou adolescente se mostra mais dependente, como também nos momentos de maior rebeldia, em que estes começam a empreender o estabelecimento da própria identidade. Assim, para Winnicott, a função da família é de suporte, cuidado e tolerância em todas as fases do desenvolvimento, constituindo-se como um ambiente seguro, que inspire confiabilidade e segurança (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT,1965/2011).

Para o autor, a família se constitui como uma plataforma, a partir da qual o indivíduo pode se lançar rumo ao seu próprio crescimento. Através dela, a criança vai sendo gradualmente inserida no ambiente externo, sendo esta, inclusive, a melhor maneira de a criança começar a

fazer parte do mundo social mais amplo, já que a vida em família funciona como um treino para a vida em sociedade (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT, 1965/2011).

A respeito da unidade familiar composta por pais e filhos, Winnicott destaca alguns fatores de integração e de desintegração que podem interferir na formação e na manutenção da vida familiar, os quais se apresentam sob a forma de tendências positivas ou negativas advindas tanto dos pais como também das próprias crianças.

Enquanto elemento positivo advindo dos pais, Winnicott elenca acerca da importância da chegada oportuna dos filhos em determinada fase do relacionamento dos pais. Ele mostra que, quando os filhos surgem como uma consequência natural da relação entre os pais, os filhos tendem a ser bem vindos e esta situação, em si mesma, facilitaria o desenvolvimento da relação entre os pais, e conseqüentemente, a relação destes com os filhos. Mas se chegarem num momento indevido, poderão se constituir como um aborrecimento que interfere na relação dos pais, principalmente por suscitarem a imaturidade destes (WINNICOTT, 1965/2011).

Winnicott ressalta ainda acerca de determinadas forças que podem facilitar a criação e a conservação da família. A primeira delas refere-se à relação que os pais estabelecem com o grupo social mais amplo, na medida em que o exercício de suas funções parentais depende, em grande parte, do relacionamento que estabelecem com o seu contexto social mais amplo e imediato. A segunda refere-se à existência de determinadas forças, conscientes e inconscientes, que permeiam a relação dos pais e que estão atreladas à dinâmica das fantasias sexuais, considerando-se o sexo não somente uma questão de satisfação física. Para Winnicott, a busca por prazer puramente físico através da atividade sexual estaria associada a ideia de amor romântico e este, a seu ver, nem sempre se constitui como a melhor base para a construção de um lar. Esta base estaria localizada, mais especificamente, na maturidade dos pais e na capacidade destes em “gozar da potência que deriva da maturidade emocional individual” (WINNICOTT, 1965/2011, p.62), na medida em que consigam estabelecer relacionamentos agradáveis, os quais contribuam para o seu crescimento e a sua saúde mental, sendo a família um reflexo desta conquista do desenvolvimento pessoal.

Winnicott ressalta o significado que a criança passa a ter para os pais em termos de fantasias conscientes e inconscientes. A seu ver, o surgimento de uma criança necessariamente altera a relação entre os cônjuges, e a gravidez pode ocasionar vários efeitos para o homem e para a mulher. Para o homem, em casos extremos, pode ocorrer deste se desapegar da mulher quando

esta engravida, ou de forma contrária, pode se aproximar mais desta, assumindo a responsabilidade por aquilo que fizeram juntos. A mulher, por sua vez, pode começar a desejar viver um novo amor, o qual não pôde viver devido ao fato de estar procurando inconscientemente um pai ideal para os seus filhos. O ideal, por sua vez, seria que esta alteração na dinâmica conjugal assumisse “a forma de um grande enriquecimento e um aprofundamento do sentido de responsabilidade de um para com o outro” (WINNICOTT, 1965/2011,p.63), pautados no alcance conjunto de um nível de maturidade suficiente para prover um ambiente adequado para os filhos.

Para o autor, nem sempre o casamento e a formação de uma família são sinônimos da maturidade emocional dos pais e, diante disso, é fato que muitos pais e mães que não alcançaram um nível suficientemente bom de maturidade emocional casam-se e constituem uma família. Muitos destes conseguem encontrar na família uma fonte de alívio e satisfação, mas em outros casos a criação dos filhos desafia os pais a dar continuidade ao seu próprio crescimento pessoal, o qual deveria ter se dado numa fase anterior do desenvolvimento (WINNICOTT,1965/2011).

Para Winnicott, um outro fator que interfere negativamente na vida familiar ocorre quando os pais esgotam a sua capacidade de se sacrificar em favor dos filhos. Esta realidade, a seu ver, seria mais comum no caso dos pais, visto que no caso das mães, a própria maternidade impulsionaria uma responsabilização maior para com os filhos (WINNICOTT,1965/2011).

Para além disso, na visão do autor, a capacidade de se sacrificar pelos filhos advém do próprio processo de maturação desenvolvido ao longo da trajetória de vida de cada um dos pais, assim como do próprio desejo de serem iguais ou até melhores do que os próprios pais (WINNICOTT,1965/2011).

Sobre o casamento, Winnicott pontua que este é sujeito à instabilidades, uma vez que nem sempre os pais eram suficientemente maduros à época da união. Além disso, Winnicott salienta que o casamento tanto pode representar uma fonte de crescimento pessoal, como também pode representar um passo para a degeneração pessoal, e a família pode então ficar passível de desintegração. A seu ver, no caso dos filhos, seria ideal que estes, num momento de desintegração familiar, já tivessem desenvolvido a capacidade de se adaptar a uma possível ruptura familiar, tendo alcançado um nível de maturação suficiente para lidar com a situação (WINNICOTT,1965/2011).

Por outro lado, Winnicott salienta que, mesmo quando os pais sentem a necessidade de desfazer a estrutura matrimonial, muitos pais são capazes de conduzir os filhos até um estágio

satisfatório de desenvolvimento sadio, pois muito disso irá depender da própria maturidade dos pais (WINNICOTT,1965/2011). Ou seja, neste ponto, a maturidade dos pais abordada por Winnicott parece remeter mais a capacidade destes em continuar se sacrificando em favor dos filhos, mantendo um padrão de cuidados suficientemente bons, independente destes estarem ligados por laços matrimoniais ou não.

Assim, para o autor, uma família não resulta de um caso natural de amor romântico. A dinâmica permeia pelo campo da maturidade emocional dos pais, incluindo o modo como estes se mostram capazes de se responsabilizar pelos filhos e continuar tendo a família como uma fonte para o seu próprio crescimento e continuidade pessoal.

Winnicott ainda pontua que a própria criança contribui para a integração da família, através de sua tendência inata a integração. A seu ver, cada criança cria a família ao seu redor, pois ainda que a maior responsabilidade fique a cargo dos pais, estes precisam de algo fornecido pelos filhos, que se traduz numa contribuição pessoal ao promover um efeito de conexão dentro do ambiente familiar. Segundo Winnicott (1965/2011,p.72), observa-se que:

A força desse grupo advém do fato de ser um ponto de encontro de forças que se originam do relacionamento do pai e da mãe e forças que derivam dos fatores inatos ligados ao crescimento de cada criança — fatores estes que agrupei sob a denominação geral de “tendência para a integração” (grifos do autor).

Ademais, salienta-se que, para Winnicott, a maturidade é sinônimo de saúde. Um adulto sadio seria aquele que foi capaz de transpor todas as etapas anteriores de imaturidade, e conseguiu alcançar um estágio suficientemente adequado de maturidade, autonomia e independência. Aí o sujeito estaria apto para ocupar o lugar de genitor, ocupando a posição dos próprios pais.

Para Winnicott, o protótipo que marca a interação entre o sujeito e o mundo encontra-se na relação primitiva entre o bebê e a mãe, por via do modo como este mundo foi apresentado inicialmente ao bebê, assim como do modo como este ambiente inicial foi capaz de facilitar ou dificultar as suas tendências inatas de crescimento. Esta relação representa o aspecto embrionário da formação do psiquismo, e será determinante para o modo como o ser irá estabelecer contato com a realidade posterior, ocupando o ambiente de forma mais ou menos criativa.

Assim, ao nascer, a criança necessita do amor dos pais e da oferta de um ambiente que inspire confiabilidade, onde estes possam ter as suas necessidades atendidas, para poder se

desenvolver de modo criativo e espontâneo. Quando os pais conseguem, por sua vez, compor um ambiente suficientemente adequado para o desenvolvimento infantil, ainda que não estejam juntos, acabam por contribuir para que a criança se sinta segura e posteriormente desenvolva um sentimento de segurança próprio, o qual se traduz naquilo que ele chama de autoconfiança, elemento imprescindível para a vida adulta.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Sendo o objetivo principal deste estudo analisar a experiência da maternidade para mães que passaram a residir com os filhos após a separação, utilizou-se a pesquisa qualitativa com a finalidade de compreender os sentimentos e as percepções subjetivas das mães acerca do fenômeno em foco (FLICK, 2004). Participaram do estudo 6 (seis) mães, finalizando um total de 6 (seis) entrevistas realizadas, respectivamente.

4.1 Local

A pesquisa foi realizada na cidade de Maceió- AL. O local onde as entrevistas foram realizadas foi flexível, atendendo à disponibilidade das participantes. A princípio, tinha-se como referência a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, mas somente duas das participantes apresentaram disponibilidade para se deslocar até a instituição. Nos demais casos, obstáculos como distância, transporte e falta de tempo das participantes fizeram com que a pesquisadora sentisse a necessidade de ir ao encontro das participantes. Neste contexto, além das duas entrevistas realizadas na UFAL, três foram realizadas na casa das participantes e uma no local de trabalho.

4.2 Participantes

Os principais critérios de inclusão das participantes nesta pesquisa foram: que as mães tivessem mais de 18 anos, que tivessem pelo menos um filho na faixa de 0 (zero) a 12 anos de idade, que a separação conjugal do pai do(s) seu(s) filho(s) tivesse ocorrido num período de até 5 anos, que não estivesse recasada, que tivessem passado a residir com os filhos após a separação, independente desta condição ter sido fruto de uma determinação judicial ou não, e que aceitassem participar da pesquisa voluntariamente.

A justificativa para a delimitação da idade dos filhos entre 0 (zero) e 12 anos se deu com base no conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, onde, para os efeitos da lei, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Além disso, compreende-se que, nesta fase, as crianças são mais dependentes, necessitando de maiores cuidados se comparado às crianças maiores e adolescentes.

Já a justificativa para a demarcação do tempo de separação se deu pelo fato de a literatura apontar para o período médio de 5 anos para que a família se reestruture após a separação (PAIVA, 2011). Contudo, é válido mencionar que não há um consenso quanto ao tempo que família leva para se reorganizar após a dissolução do casal, sendo comum se observar na literatura uma ampla variedade de discriminações quanto a este tempo. Para Grzybowski e Wagner (2007), por exemplo, o tempo médio de 4 anos se constitui como o tempo suficiente para que a família consiga superar os momentos mais difíceis após a separação. Já no trabalho de Rosado et al. (2011), observa-se o relato de uma média de um a três anos para os envolvidos lidarem com o processo de separação, tendendo a se restabelecer somente após este período. Já em outras pesquisas, o tempo de separação dos indivíduos estudados não foi determinado previamente como uma pré-condição para a seleção dos participantes, tais como as pesquisas empreendidas por Cúnico e Arpini (2014a), Cúnico e Arpini (2014b), e Brito, Cardoso e Oliveira (2010). Assim, levando em consideração tais achados, optou-se pela adoção do período de separação de até 5 anos como critério para inclusão das participantes nesta pesquisa.

No total, foram selecionadas 6 mulheres que corresponderam aos critérios descritos acima. Com cada uma destas foi realizada uma entrevista, contabilizando ao final um total de 6 entrevistas.

Na ocasião da realização das entrevistas, constatou-se que as mães participantes da pesquisa encontravam-se na faixa etária entre 25 e 37 anos. Quanto à escolaridade, três possuíam curso superior completo, uma estava cursando o ensino superior e duas possuíam o ensino médio completo. Em relação à ocupação, duas eram funcionárias públicas, uma era técnica de enfermagem, uma era psicóloga e duas eram donas de casa. Deste total, três participantes possuíam vínculo empregatício regular, advindo daí suas principais fontes de renda familiar. Uma delas fazia “bicos” para auxiliar na renda doméstica e duas não trabalhavam à época da entrevista. Estas três últimas, por sua vez, recebiam o auxílio financeiro de suas famílias, tendo em vista o fato de não possuírem uma fonte de renda regular. Das três participantes que possuíam vínculo empregatício regular, duas declararam renda acima de 4 salários mínimos e uma renda de até 2 salários mínimos. Somente uma participante declarou renda de até um salário mínimo, sendo este rendimento fruto de trabalho informal. Quanto ao estado civil, todas estavam separadas, independente de se tratar de separações oficializadas ou não. O tempo de separação variou entre 7 meses e 4 anos e 8 meses. Em relação a quantidade de filhos, duas participantes

tinham dois filhos e as demais apenas um filho. A idade das crianças variou entre 1 ano e 5 meses e 13 anos de idade.

A seguir, todos os dados sociais das participantes foram sintetizados sob a forma de uma tabela, como forma de situar as condições de vida em que as mães se encontravam à época da entrevista. Estes dados incluem informações como: nome (fictício), idade, escolaridade, profissão, estado civil, tempo de separação, quantidade de filhos e renda mensal.

TABELA 1 – Dados Sociodemográficos das participantes.

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	TEMPO DE SEPARAÇÃO	FILHOS	IDADE DAS CRIANÇAS	RENDA (Em salários mínimos)
PRISCILA	37	Superior Completo/ Especialização	Professora e funcionária pública	Separada de união estável	3 anos	1 menina	6 anos	Acima de 4
LAURA	29	Superior Completo	Psicóloga (Não atuante)	Divorciada	4 anos e 8 meses	1 menina	6 anos	Não possui renda pessoal
JOYCE	25	Superior (cursando)	Técnica de enfermagem	Divorciada	2 anos	1 menino	1 ano e 5 meses	Até 2
JÚLIA	32	Superior completo	Funcionária Pública	Separada	7 meses	1 menino	8 anos	Acima de 4
LORENA	32	Ensino Médio	Trabalho informal	Separada	1 ano e 2 meses	2 meninos	6 anos e 13 anos	Até 1
FÁTIMA	28	Ensino médio	Não trabalha	Separada	1 ano	2 (1 menina e 1 menino)	6 anos e 2 anos e 8 meses	Não possui renda pessoal

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

4.3 Referencial teórico-metodológico

A presente pesquisa tem como principal referencial teórico-metodológico a psicanálise Winnicottiana, mais especificamente, as suas contribuições a respeito do conceito de ambiente. (ARAÚJO, 2007). Tomando como base este referencial, é possível compreender a subjetividade como algo que se constitui a partir das relações intersubjetivas e dos processos psicossociais.

Para Leitão, Santos e Mendonça (não publicado), Winnicott é um autor que desenvolveu uma versão da psicanálise, onde a perspectiva relacional está na base da compreensão de ser humano. Nesta lógica, a perspectiva dialógica de constituição dos seres traduz uma ênfase na relacionalidade, partindo da análise das relações mais primitivas do desenvolvimento humano, até a análise das relações sociais mais amplas. Na visão das autoras, tal perspectiva pode contribuir com a psicologia, principalmente no campo do estudo dos fenômenos e processos psicossociais.

Deste modo, pretendeu-se compreender a experiência subjetiva das mães enquanto um fenômeno que se dá na interface com a dinâmica relacional que se estabelece no contexto social em que a mulher está inserida, considerando a ideia de ambiente como um pressuposto fundamental neste sentido.

4.4 Instrumentos

Para a coleta das narrativas procedeu-se à realização de entrevistas individuais semiestruturadas. A escolha por tal instrumento se deu pela possibilidade de contemplar tanto a obtenção de respostas às perguntas previamente elaboradas, como também permitir a abertura de um espaço dinâmico, onde a pesquisadora pudesse elaborar novas questões a partir da fala das participantes (FLICK, 2004).

O roteiro de perguntas utilizado foi construído com base na revisão de literatura realizada na fase inicial da pesquisa, contendo somente questões abertas. Além disso, destaca-se que esse roteiro era composto, inicialmente, por um questionário sociodemográfico e, posteriormente, por um conjunto de perguntas sobre a experiência das mães propriamente ditas. Todas as temáticas abordadas neste roteiro, por sua vez, atenderam para os objetivos da pesquisa em foco (Apêndice B)

4.5 Procedimentos

Esta pesquisa respeitou todos os princípios éticos pertinentes à realização de pesquisas que envolvem seres humanos, tendo sido devidamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, obtendo aprovação na data de 01.06.2016, com o número de parecer 1.568.571 e CAAE: 56502116.1.0000.5013 (Anexo 1).

Após a devida aprovação, as participantes da pesquisa foram selecionadas conforme o método de amostragem intencional, proposital ou deliberada, no qual:

[...] o autor do projeto delibera quem são os sujeitos que comporão seu estudo, segundo seus pressupostos de trabalho, ficando livre para escolher entre aqueles cujas características pessoais (dados de identificação biopsicossocial) possam, na sua visão enquanto pesquisador, trazer informações substanciais sobre o assunto em pauta (TURATO, 2011, p.357).

Ainda segundo Turato (2011), na pesquisa qualitativa, não há um modo certo ou errado para o recrutamento de participantes, sendo que o pesquisador deve optar por um tipo de seleção que esteja adequada a sua pesquisa, tendo em mente o respeito aos critérios de inclusão previamente estabelecidos para a composição do grupo de pessoas a serem estudadas.

Deste modo, o procedimento adotado para a seleção das participantes desta pesquisa foi a indicação de mulheres separadas por meio de pessoas próximas à pesquisadora. Estas pessoas, por sua vez, funcionaram como um elo, através das quais um convite inicial era feito às mulheres em potencial de inclusão na pesquisa, e somente após este momento inicial a pesquisadora estabelecia o primeiro contato. Vale salientar, que todas as pessoas que fizeram ponte entre a pesquisadora e as participantes, por sua vez, foram antecipadamente informadas quanto aos objetivos e critérios de inclusão na pesquisa, de modo que isto facilitasse a indicação de mulheres que estivessem mais próximas das condições ideais para inclusão na pesquisa.

Após a aceitação do convite inicial feito pela pessoa em comum, a pesquisadora entrava em contato telefônico com a participante. Neste momento, estabelecia-se o primeiro contato entre pesquisadora e participante em potencial, onde se fazia o convite formal para fazer parte da pesquisa, sendo esclarecidas todas as informações em relação à pesquisa, tais como: objetivos, procedimentos, critérios de inclusão, a necessidade de gravação da entrevista e a garantia do anonimato. Após a confirmação do interesse em participar da pesquisa, agendavam-se os dias e

os horários para a realização das entrevistas, conforme a disponibilidade de cada uma das participantes.

Vale salientar que, em nenhum dos casos, a pesquisadora tinha qualquer vínculo ou intimidade com as mulheres selecionadas, tendo somente como ponto em comum o conhecimento de uma mesma pessoa, a qual, como mencionado, funcionou como uma ponte entre a pesquisadora e a participante.

Ainda como justificativa para a escolha desse método, salienta-se que esta mesma modalidade de seleção, realizada por meio de indicação, foi utilizada em outras pesquisas que também tratavam sobre a temática da parentalidade pós-divórcio, como é o caso das pesquisas empreendidos por Isotton (2011) e Brito (2007). Estes, por sua vez, serviram de inspiração para a realização desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas logo após a leitura, confirmação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) por parte das participantes, cujo procedimento se constituiu como uma condição fundamental para a inclusão das participantes na pesquisa. As entrevistas foram gravadas em equipamento de áudio, para em seguida serem submetidas à etapa de transcrição e análise do conteúdo.

4.6 Análise de dados

As narrativas das participantes da pesquisa foram gravadas em equipamento de áudio, a fim de que se pudesse proceder com o processo de transcrição e posterior análise do conteúdo das entrevistas. Para Bardin (2009, p.44), a análise de conteúdo significa:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens.

Para esse autor, o objeto da análise de conteúdo é a fala, levando-se em consideração as significações trazidas pelos sujeitos, na busca por compreender aquilo que está por trás das palavras. Além disso, na visão do autor, a análise de conteúdo visa conhecer as dimensões psicológicas, sociológicas e históricas, através de mecanismos de dedução (BARDIN, 2009).

Deste modo, inicialmente, as entrevistas foram submetidas à um processo de transcrição, sendo reproduzidas em sua totalidade e sem cortes, a fim de facilitar a compreensão e organização do material colhido. Este procedimento foi realizado concomitantemente à fase de realização das entrevistas, pois à medida em que cada entrevista era finalizada, a transcrição era feita logo em seguida, no intuito de não perder de vista os detalhes e as especificidades de cada caso.

Posteriormente, procedeu-se à leitura flutuante das transcrições, ação esta que facilitou a emergência das primeiras impressões da pesquisadora, assim como favoreceu a melhor visualização dos achados. Tal procedimento, por sua vez, consistiu naquilo que Bardin (2009) nomeia como a fase de pré-análise, onde o pesquisador dá início sistematização da pesquisa, através da realização de recortes do material em unidades de registro à serem categorizadas.

A etapa seguinte foi a de exploração do material, que consistiu na fase mais longa da pesquisa, onde foram elaborados quadros com os conteúdos de cada entrevista. Através da análise dessas tabelas é que se procedeu ao processo de categorização, onde foi possível identificar as similaridades e os aspectos mais relevantes das falas do grupo de participantes.

Na etapa de tratamento dos resultados, fez-se a análise e interpretação do material colhido e sistematizado, levando-se em consideração os objetivos propostos pela pesquisa, bem como a abertura para a exploração de novas descobertas.

Deste modo, a construção das categorias teve por base a fala das participantes, sendo selecionados os aspectos mais frequentes e significativos da experiência das mães. Deste modo, as categorias finais elaboradas foram: 'a mulher e a separação conjugal: da desilusão ao amadurecimento pessoal; sobrecarga e aumento das responsabilidades; a relação com o pai da criança: distanciamento, animosidade e abandono; a rede de apoio: o holding do ambiente; a relação com os filhos: apego e abdicção; e projetos de vida.

A apresentação destes resultados, finalmente, foi feita em conjunto com a discussão, no intuito de possibilitar a articulação entre os dados encontrados e as referências que fundamentam a pesquisa. Deste modo, pretendeu-se responder aos objetivos da pesquisa, permitindo que a criatividade e a imaginação da pesquisadora representassem a sua contribuição pessoal no que se refere à interpretação dos dados (TURATO, 2011).

5 A MATERNIDADE APÓS A SEPARAÇÃO CONJUGAL: UM OLHAR SOBRE EXPERIÊNCIA DAS MÃES

Inicialmente, será apresentada uma síntese das histórias de vida de cada participante, no intuito de situar as especificidades de cada caso em torno da maternidade pós-divórcio. Salienta-se que todos os nomes mencionados são fictícios, sendo este um procedimento necessário para garantir o anonimato das participantes e seus familiares. Destaca-se ainda que cada história foi nomeada a partir de uma frase mencionada pela própria participante no momento da entrevista; frase esta escolhida como forma de sintetizar o conteúdo de suas falas em relação ao tema estudado. Todas as entrevistas realizadas, por sua vez, evidenciaram a diversidade e singularidade das experiências das mães participantes.

1- PRISCILA: *”(...) financeiramente que a gente passa a ter apertos... a gente passa a viver com limitações né...”*

Priscila tem 37 anos, possui curso superior completo e especialização. É professora e funcionária pública, possuindo assim dois vínculos empregatícios. É separada de uma união estável, com tempo de separação ocorrida há três anos. Sua relação durou 3 anos. Tem uma filha de 6 anos de idade, que tinha 3 anos à época da separação. Possui a guarda unilateral da criança, sendo tal determinação expedida pelo juiz após briga em âmbito judicial. A renda familiar situa-se na faixa acima de 4 salários mínimos, incluindo-se nesta soma o valor dos seus salários e a pensão alimentícia que recebe do seu ex-companheiro para a manutenção dos cuidados com a criança. Priscila relata que partiu dela a decisão de se separar, após ter se dado conta que o seu relacionamento *“não tinha estrutura”*, e que não tinha mais interesse em continuar com o parceiro. Para Priscila, a separação já era algo esperado, tendo em vista ela *“não tinha planos de viver com ele o resto da vida”*. Somado a isso, Priscila confessa que já não gostava mais do companheiro à época da separação. Priscila relata ainda que a participação do pai nos cuidados com a criança, tanto antes da separação, como também depois, sempre foi *“mínima”*, cabendo sempre a ela a maior a responsabilidade parental. Essa maior responsabilidade, por seu turno, sempre foi potencializada pelo fato do ex-companheiro ficar mais tempo fora do que dentro de casa, uma vez que o mesmo possuía um segundo vínculo empregatício em outro estado. Devido a

isso, afirma que não sentiu tanto os impactos da separação em sua vida, uma vez que ela sempre foi a principal referência nos cuidados com a filha, e após a separação isso não mudou. Sobre isso ela afirma: *"Eu poderia estar com ele, ou estar sem ele, pra mim ia ser do mesmo jeito"*. Por outro lado, no quesito econômico, ela admite que o principal impacto que sentiu após separação foi em relação a questão financeira, uma vez que a renda familiar diminuiu, gerando como consequência uma queda na qualidade de vida da criança. Sobre isso ela afirma: *"só financeiramente que a gente passa a ter apertos... a gente passa a viver com limitações né..."* Além disso, em certo trecho, Priscila também admite que, por vezes, sente a falta da figura paterna para poder compartilhar das questões relativas a criação da filha. Sobre isso ela afirma: *"Porque às vezes eu tô assim sozinha com ela... e tipo, eu quero dividir alguma coisa que seria com o pai, mas eu não posso né, porque ele tá lá!"* (refere-se ao fato do pai da criança morar longe). Apesar disso, afirma que o seu ex-companheiro raramente se nega a prestar assistência ou dar alguma coisa que a criança esteja precisando. Contudo, neste ponto, afirma que não é de *"abusar"*, e que somente solicita a ajuda do ex-companheiro ou pede por algo em casos extremos, caso contrário, tenta resolver sozinha a maioria das questões referente ao cuidado e a criação da filha. Ainda segundo Priscila, no processo de decisão da guarda foi reservado ao pai o direito de ver a criança a cada 15 dias, mas na prática, este somente vai vê-la na média de uma vez por mês ou uma vez a cada dois meses, sendo o contato por telefone também escasso. Priscila, por sua vez, afirma que opta por não estar cobrando a visita do pai da menina, e também evita *"tá passando problemas pra ele"*, pois sabe que este mora longe. Por outro lado, também confessa que tem medo de deixar a filha ir à casa do pai, pelo fato deste ter se casado novamente e a sua nova mulher não lhe inspirar confiança. Nas palavras de Priscila, ela relata: *"Eu não vou mentir, de mandar a minha filha pra lá e ela fazer alguma coisa com a minha filha..."* Priscila afirma ainda que a relação com a sua filha não mudou após a separação, uma vez que estas sempre foram muito apegadas e que isto não mudou com a separação. Além disso, ela afirma que o seu papel de mãe também não mudou porque, segundo ela: *"eu já fazia tudo mesmo"*. Sobre a sua relação com o pai da criança, Priscila define esta relação como uma relação *"fria"* e *"distante"*, uma vez que ambos quase nunca se veem ou se falam.

2- LAURA: *"Tive que meter a cara no mundo."*

Laura tem 29 anos, possui curso superior completo. É psicóloga recém formada, e não trabalhava à época da entrevista. Seu status civil é divorciada, estando separada do seu ex-companheiro há 4 anos e 8 meses. Seu casamento durou 2 anos. Possui uma filha de 6 anos, que tinha um ano e meio na época da separação. Reside com a filha atualmente na casa dos pais. Não possui renda pessoal, mas afirma receber o auxílio financeiro dos pais que, segundo ela, somam uma renda familiar acima dos 4 salários mínimos. Laura relata que não recebe pensão do ex-marido, mas que na audiência de separação ficou acordado que o mesmo se responsabilizaria por todos os gastos referentes à educação e a saúde da criança, ficando os demais gastos a seu cargo. Ainda nas circunstâncias do divórcio, Laura relata que também ficou acordado que ela ficaria com a guarda unilateral da criança e que ao pai seria reservado o direito a visitação. Laura descreve o processo de divórcio como um processo “*terrível*”, “*a coisa mais traumática da minha vida*”, referindo-se ao fato deste ter se dado em âmbito litigioso. Laura ainda relata que partiu dela a decisão de se separar após descobrir que foi traída pelo ex-companheiro, e aponta que o período logo após a separação se constituiu como um período “*difícil*”. Em suas palavras, ela afirma que “*não foi fácil*”, “*foi muito complicado*”, “*doloroso*”, pois teve que aprender a se virar sozinha numa cidade que era bem maior do que aquela em que nasceu e que vivera até antes de casar. Segundo ela, o fato de morar em uma cidade grande não era um problema enquanto estava casada, já que tinha um companheiro que funcionava como o seu “*suporte*”. Afirma que depois que se separou, porém, tal fato se tornou um obstáculo a mais em sua vida, principalmente pelo fato de estar longe da sua família de origem. Laura relata que após separar-se, de repente se viu sozinha para dar conta da casa, da faculdade e da filha e que, sem ter com quem contar, teve que “*meter a cara no mundo*”. Laura ainda afirma que após a separação, sua filha teve vários episódios de choro compulsivo e que, na opinião dela, isso estava relacionado à falta que a criança sentia do pai, bem como aos impactos da recente mudança na estrutura da família, já que segundo ela, de repente eram só elas duas, sem a presença da figura paterna. Laura relata que as suas obrigações aumentaram com a separação, mas que no sentido do cuidado ela continuou sendo a mesma mãe de sempre. Relata que uma grande responsabilidade que assumiu após a separação foi quanto ao modo como se referia ao pai frente à criança. Sobre isso ela afirma: “*Eu tinha que ter esse cuidado dela, da imagem que eu ia fazer do pai dela pra ela, porque o pai dela podia ser o super herói ou eu podia fazer a imagem dele de um bicho, como ele podia ser um bicho e eu podia fazer a imagem dele de um herói e eu não queria que Luana*

passasse por isso [...] ela não tinha nada a ver com eu e ele não ter dado certo, nós somos os pais dela, independente de estarmos juntos ou não”. Laura afirma que, mesmo que tenha sofrido muito com o processo de separação, amadureceu com a experiência. Descreve a relação atual com o ex-companheiro como uma relação “*maravilhosa*”, uma vez que passado algum tempo depois da separação, ambos conseguiram estabelecer uma relação amigável, onde ambos frequentemente se falam e compartilham as tarefas referentes aos cuidados da criança. Sobre o apoio que recebe do ex-companheiro, ela assegura: “*Quando eu preciso eu posso contar com ele*”.

3- JOYCE: “[...] *o meu desejo era curtir a minha gestação com ele, ao lado do pai né, claro... de ter minha família, de tá na minha casa [...]*”

Joyce tem 25 anos, está cursando o ensino superior na área de enfermagem. Trabalha atualmente como técnica de enfermagem. Está divorciada há 2 anos. Seu casamento durou dois anos e meio. Tem um filho com 1 ano e 5 meses de idade, com o qual reside na casa da mãe. Sua renda está na faixa de até dois salários mínimos, incluindo-se neste valor a soma do seu salário e a pensão alimentícia que recebe do ex-companheiro. Relata que o seu trabalho representa a principal fonte de renda da família, uma vez que a sua mãe de 52 anos não possui atividade remunerada. Joyce relata que o seu grande sonho sempre foi mãe, mas que tinha dificuldades para engravidar. Relata que o seu ex-companheiro também sustentava um grande desejo por ser pai durante o período em que estavam juntos, mas que sempre partiu dela o maior interesse em tornar-se mãe. Em três ocasiões chegou a engravidar, mas naturalmente abortou, e somente na quarta tentativa foi que finalmente realizou o seu sonho. Relata que descobriu que estava grávida poucos dias após o seu ex-companheiro ter saído de casa, quando já estava com três meses de gestação. Sobre o fato de a sua separação ter ocorrido no período em que estava gestante, Joyce afirma: “*A gente não entende o trabalhar de Deus né... porque enquanto eu tava casada eu não segurava uma gestação, e depois que eu separei aconteceu né*”. Joyce afirma que a sua gravidez foi de risco e que precisou ficar em absoluto repouso nesta fase, tendo sido necessário, inclusive, afastar-se do trabalho e trancar a faculdade. Relata que a separação foi um processo difícil, principalmente porque aconteceu durante o período da sua gestação, momento em que esperava poder contar com o apoio do pai da criança. Joyce ainda relata que o pai nunca demonstrou

interesse pela criança, tanto antes do nascimento como também depois, e que não compreende ao certo o motivo para tal desinteresse. Joyce afirma não guardar mágoas do pai da criança, mas que se sente triste pelo fato deste não dar a devida atenção ao filho. Relata que a principal mudança que sentiu após a separação foi quanto ao fato de se sentir sozinha, remetendo-se ao fato de sentir a falta de ter alguém ao seu lado, tanto para fazer-lhe companhia como também para dividir a responsabilidade parental. Nesse contexto, Joyce afirma: *“O meu desejo era curtir a minha gestação com ele, ao lado do pai né, claro... de ter minha família, de tá na minha casa, e de também assim... em relação a responsabilidade, de não arcar com tudo sozinha... eu não digo arcar assim, só com o financeiro, mas a responsabilidade assim da criação, de educação mesmo entendeu?!”*.

4- JÚLIA: *“(...) o sentimento de paz que eu senti, só que junto vem muita responsabilidade né... “*

Júlia tem 32 anos e possui curso superior completo. É funcionária pública, possuindo dois vínculos empregatícios em instituições distintas. Relata que o seu processo de divórcio se encontra em andamento, mas que já está separada do seu ex- companheiro há 7 meses. Sua relação teve uma duração de 10 anos. Tem um filho com 8 anos de idade. Sua renda situa-se na faixa acima dos 4 salários mínimos, incluindo-se neste valor os seus dois salários e a pensão que recebe do ex-companheiro para a manutenção dos cuidados com a criança. Júlia relata que após decisão judicial, permaneceu com a guarda da criança, mas que permite que o filho veja o pai e a família deste a cada 15 dias. Júlia relata que partiu dela a decisão de se separar, após ter se dado conta que vivia ao lado de alguém com o qual não podia contar. Além disso, entre outras razões, ela afirma que deixou de gostar do seu ex-companheiro e que tirou um peso das costas quando, finalmente, tomou coragem para se separar. Júlia relata que após a separação o seu sentimento foi de paz, mas que, ao mesmo tempo, também começou a sentir o peso do aumento das suas responsabilidades, principalmente pelo fato de ter ficado com a guarda do filho após a dissolução. Nas suas palavras ela ressalta: *“Eu fiquei cansada nessa época porque ele ficou só comigo, tudo era comigo, sobrecarregada, porque tinha o estágio, são todos os dias, no horário da manhã e da tarde... eu tinha a minha escala, era uma a cada três dias... e quando eu chego em casa ele não deixa nem eu dormir, entendeu?!”*. Júlia ainda afirma que, durante o casamento, o pai nunca

foi participativo quanto aos cuidados da criança, e que sempre ficou a seu cargo a maior responsabilidade parental. Sobre isso, ela afirma: *“Tudo do José sempre foi comigo... reunião de escola, tinha... sempre era eu. Precisa fazer não sei o quê, era eu... levar pro médico... era eu. O pai existia, o pai estava lá, em casa, mas tudo que era pra resolver com o José era eu.”* Júlia menciona ainda a respeito do impacto da separação na vida da criança, somado ao impacto do fato de ter sido ela quem saiu de casa no episódio da separação: *“Hoje tem a casa, tem o espaço dele, tem o canto pra ele brincar, mas é algo que ele ainda está se adaptando. Eu acho que se, ao invés de eu ter saído, e ele (o pai) tivesse saído [...], eu acho que o José não estaria sentindo tanto.”* Júlia ainda relata que, ao sair de casa, foi morar com a mãe, mas que logo providenciou outro lugar para morar com o filho. Júlia afirma que a separação lhe devolveu uma paz que ela já não sentia há muito tempo, e que isso a faz se sentir muito mais *“tranquila”* em relação a todos os aspectos da sua vida. No que se refere à maternidade e a relação com o seu filho, ela também afirma sentir-se melhor: *“Hoje eu tô bem mais tranquila... tanto como mãe, tanto no meu trato com ele.... porque eu acho que eu passei por um tempo quando eu tava em casa, que eu fiquei muito estressada, porque qualquer coisa eu gritava...”* Júlia afirma ainda que o contato com o ex-companheiro não existe, e que sempre que surge a necessidade de tratar de algum assunto referente à criança, geralmente, se reporta aos parentes deste, não havendo assim qualquer aproximação entre os genitores.

5 - LORENA: *“(...) a responsabilidade é redobrada... até porque eu faço o papel de pai e de mãe....”*

Lorena tem 32 anos e possui o ensino médio completo. É dona de casa, mas trabalha em serviço informal e temporário como assistente de campanha política. Declara renda de até 1 salário mínimo. Tem dois filhos, ambos meninos, sendo um com 6 anos de idade e o outro com 13 anos. Reside junto com os filhos na casa da mãe e da avó, ambas aposentadas. Relata que está separada do ex-companheiro há 1 ano e 2 meses. Sua relação teve uma duração de 17 anos. Relata que partiu dela a decisão de se separar, tendo como motivo principal o fato do ex-companheiro não prestar a devida assistência financeira aos filhos. Além disso, relata que o seu ex-companheiro era muito ciumento e que, por tal motivo, constantemente limitava a sua liberdade. Como exemplo, Lorena relata que logo após o casamento o marido a proibiu de

estudar, tendo passado um longo período fora da escola. Concluiu o ensino médio após vários anos e sem o apoio do então companheiro. Relata que após a separação sente-se mais livre, tal como pôde-se observar em uma de suas falas: *“Me sinto mais livre... hoje eu tenho minha liberdade, eu vou pra onde eu quero, sem ninguém tá me apontando, dizendo que tá errado, que não é certo.”* Declara que o suporte da sua família foi essencial para que sentisse segurança em tomar a iniciativa de se separar, principalmente pelo fato de estar desempregada naquele momento. Em suas palavras ela afirma: *“(...) eu percebi que não dava mais, aí eu tinha que tomar uma atitude... mesmo desempregada, porque eu tava desempregada... mas eu tomei uma atitude. E assim... eu tomei essa iniciativa mais confiante na minha mãe, de ela me ajudar.”* Relata que em várias ocasiões já havia pensado em se separar, mas que a questão financeira sempre foi o seu maior empecilho, já que dependia financeiramente do então companheiro. Sobre a experiência da separação conjugal e as suas implicações no exercício do papel materno, ela afirma: *“(...) a vida de uma pessoa que separa não é fácil, eu não aconselho ninguém, à não ser que viva a vida que eu vivia, porque também, só quem passa é que sabe entendeu? Mas pra aconselhar: - Olhe, separe! por conta de problemas às vezes até banais né... muitas pessoas optam pra esse lado, só que eu não aconselho, é muito difícil, e quando você tem filhos principalmente... no meu caso são dois, aí fica mais difícil ainda né.”* Ainda sobre a parentalidade pós-divórcio, Lorena afirma que, após a separação, a sua responsabilidade redobrou, uma vez que passou a passar a exercer os dois papéis parentais, o de pai e o de mãe. Lorena informa ainda que, após a separação, sente que o seu filho mais velho se distanciou dela pelo fato de não aceitar a separação, já o seu filho mais novo tornou-se uma criança mais próxima e carinhosa. Sobre a relação com o ex-companheiro, Lorena afirma que estes mantêm um trato amigável quando se veem, mas que prefere evitar uma aproximação maior devido à lembrança das experiências negativas vividas durante a união.

6 - FÁTIMA: *“(...) eu não vou dizer pra você que... é difícil... se não fosse o apoio realmente, seria muito muito mais difícil...”*

Fátima tem 28 anos e possui o ensino médio completo. Recentemente iniciou um curso técnico na área de enfermagem. Não trabalha. Reside na casa da mãe, que possui 60 anos de idade e é professora aposentada. Seus pais também são separados. Declara que a aposentadoria da

mãe representa a principal fonte de renda da família, situando-se na faixa salarial de até 3 salários mínimos. Sua relação teve uma duração total de 10 anos, sendo o último destes anos convividos na forma de união estável. Está separada há 1 ano. Tem dois filhos, uma menina de 6 anos de idade e um menino de 2 anos e 8 meses. Relata que a decisão de se separar surgiu após a ocorrência de várias situações em que se sentiu decepcionada, sendo a principal delas um episódio de traição. Além disso, Fátima relata que a ocorrência da traição foi precedida por uma fase em que, tanto ela como também o seu ex-companheiro, encontravam-se afastados um do outro, dando-lhe a impressão de que ambos já não sustentavam o interesse comum de permanecerem juntos. Relata que já havia pensado em se separar outras vezes, mas que sempre pensava nas crianças, em como elas iriam ficar se ela optasse pela separação. Tendo chegado ao seu limite, porém, ela teve a certeza de que a separação seria a melhor coisa a se fazer. Nestas circunstâncias, Fátima afirma que após a dissolução passou por vários momentos difíceis, sentido-se principalmente triste e sozinha. Contudo, relata que aos poucos foi recuperando a sua auto-estima, sendo a volta aos estudos a sua principal conquista e mudança de vida após a separação. Fátima assegura ainda, que o suporte da sua família foi essencial durante o seu processo de separação, e em suas palavras ela afirma: “(...) *eu não tenho do que reclamar... se tem uma pessoa que eu tive o apoio, com ou sem ele, foi da minha família.*” Segundo Fátima, não houve desavenças quanto à questão da guarda dos filhos, tendo o seu ex-companheiro preferido que as crianças ficassem com a mãe. Relata que o pai tornou-se pouco presente na vida dos filhos após a separação, mesmo residindo no mesmo bairro. Afirma que a ausência do pai tornou-se ainda mais expressiva quando o seu ex-companheiro assumiu um novo relacionamento, fato que, a seu ver, dificultou ainda mais o contato do pai com as crianças. Quanto a pensão, Fátima conta que foi preciso recorrer ao judiciário várias vezes para ter direito ao recebimento da pensão alimentícia, uma vez que o seu ex-companheiro não havia cumprido nenhum dos vários acordos verbais que haviam sido estabelecidos previamente. Ainda sobre a pensão alimentícia, Fátima afirma que esta “*Não dá pra nada*”, e que se não fosse a ajuda da sua mãe estaria totalmente desamparada. Relata que não observa grandes mudanças no seu exercício parental após a separação, mas que sempre se fez imprescindível o apoio da sua família, sem a qual, ela acredita, teria sido “*muito mais difícil*”. Sobre a relação atual com o seu ex-companheiro, Fátima relata que não se trata de uma relação de amizade, e que pouco pode contar com a ajuda deste quando precisa. Afirma ainda que o seu irmão (tio das crianças) é que acabou se tornando a maior

referência paterna para os seus filhos, além do seu pai (avô materno), uma vez que o pai é ausente. Quanto a relação com seus filhos, Fátima não percebe mudanças após a separação, afirmando que sempre foi muito apegada a estes e que sempre os coloca como uma prioridade em sua vida.

Após a contextualização sobre a história de vida de cada uma das participantes, será apresentado, a seguir, a análise e discussão das categorias elaboradas a partir da fala das participantes.

5.1 A mulher e a separação conjugal: da desilusão ao amadurecimento pessoal

Analisar a experiência da maternidade pós-divórcio implica, antes de tudo, em compreender o modo como a separação afeta a subjetividade da mulher, incluindo os sentimentos gerados e o modo como esta lida com as repercussões desse episódio. Tal discussão torna-se relevante diante da compreensão de que a separação representa uma quebra da identidade conjugal, onde os cônjuges são levados a um processo de reestruturação pessoal, incluindo a necessidade de adaptação ao conjunto de transformações promovidas pela ruptura do vínculo afetivo (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Posteriormente, quando se tem filhos, a separação marca o início de uma nova parentalidade, onde os progenitores, separados enquanto casal, mantêm-se unidos pelos laços parentais. Neste percurso, conjugalidade e parentalidade são dimensões que frequentemente se interpõem, fazendo-se necessário compreender as suas nuances dentro do processo de reestruturação da família e reformulação dos papéis parentais (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

Frente a isso, nesta pesquisa, priorizou-se um momento inicial em que as mulheres pudessem falar sobre os seus sentimentos em relação ao desenlace conjugal. Tais relatos renderam a formulação de uma primeira categoria, a qual teve por objetivo situar as reverberações subjetivas da experiência da mulher com a separação conjugal, considerando as implicações familiares advindas desse processo.

Assim, a partir das entrevistas realizadas, um primeiro dado que pôde-se observar foi que, na quase totalidade dos casos, quem optou pela separação foi a mulher. Com frequência, estas asseguravam que essa foi a melhor decisão a ser tomada, ainda que os ex-cônjuges insistissem

sobre o desejo de continuar o relacionamento. As causas que, segundo elas, sustentavam tal iniciativa foram as mais diversas, dentre os quais puderam se destacar: traição, ausência de amor, desvalorização por parte do parceiro e ciúmes em excesso. As falas a seguir apontam para as circunstâncias da separação de cada uma:

“Foi questão de traição né dele...” (LAURA)

“(...) na verdade foi eu que pedi, porque eu descobri muitas e muitas coisas que me machucaram, e uma coisa que eu não permito é traição“ (FÁTIMA)

“(...) quando eu me separei dele a segunda vez, eu não gostava dele, nunca gostei dele... assim amor, amor...” (PRISCILA)

“(...) eu tava com uma pessoa que não reconhecia o meu valor... não reconhecia o meu valor de forma alguma, nem como mãe, nem como mulher, nem como nada...” (JÚLIA)

“(...) Era um ciúme terrível... ciúme do meu pai, ciúme dos meus irmãos, de todo mundo... assim, até da família... assim, foram 17 anos mais de sofrimento do que de alegrias.” (LORENA)

Estes achados concordam com a pesquisa de Féres-Carneiro (2003), a qual aponta para a separação como um desejo predominantemente feminino. Para a autora, esta realidade tem a ver com as diferentes concepções de conjugalidade sustentadas por homens e mulheres. Assim, enquanto o casamento para as mulheres estaria mais ligado a ideia de relacionamento amoroso, para os homens, o casamento estaria mais associado à concepção de constituição familiar. A implicação disso é que as mulheres estariam muito mais predispostas à romper com a união conjugal quando a dimensão amorosa não está a contento.

Tomando-se de uma perspectiva Winnicottiana, a separação conjugal poderia ser compreendida como uma ruptura da ‘continuidade de ser’ de cada um dos envolvidos. Nesta concepção, a continuidade representa a dimensão existencial do prosseguimento da vida, onde o ambiente e as tendências inatas ao crescimento facilitam para a constância do processo de desenvolvimento pessoal. Para Winnicott, a continuidade se inicia com os cuidados empreendidos pela mãe suficientemente boa, durante a fase mais primitiva da vida. Nestas circunstâncias, a criança é capacitada a desenvolver um sentimento próprio de existência, onde a continuidade está na base da construção de uma vida autônoma e criativa (WINNICOTT, 1965/2011).

Na fase adulta, por sua vez, o casamento e a família podem contribuir com o processo de desenvolvimento pessoal, fazendo com que os envolvidos encontrem meios para dar sequência ao próprio amadurecimento. Quando isto não ocorre, a família pode ficar passível à desintegração e os cônjuges podem sentir a necessidade de optar pela tomada de novos rumos, esquivando-se da degeneração pessoal (WINNICOTT, 1965/2011).

Dito de outro modo, poder-se-ia dizer que o casamento e a união conjugal podem contribuir para o amadurecimento pessoal, ao passo que a separação pode ocasionar uma interrupção temporária deste processo, implicando na necessidade de buscar alternativas para que a existência de cada um não se degenere. Nesse percurso, é fato que a separação conjugal marca uma mudança na relação com o outro, sobressaindo-se a vivência do não reconhecimento de si junto a este outro, implicando no desejo de mudar, rompendo com o vínculo estabelecido. Para Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2010), inclusive, trata-se de uma transformação dos padrões relacionais, até o ponto em que os cônjuges, ou pelo menos um deles, não conseguem mais definir-se enquanto casal.

Neste percurso, um aspecto interessante é que algumas mulheres se referem à separação conjugal como uma necessidade, a qual surgiu após a vivência de um período de crise e desgaste emocional. Isto sugere que a vida conjugal insatisfatória representa uma ameaça à integridade emocional, sendo o movimento de separação dessas mulheres uma busca pelo restabelecimento de si mesmas. Isto é o que se observa nos relatos de Júlia, Fátima e Lorena.

“(...) eu fui cansando ao longo do casamento...”

“(...) eu gastei tudo que eu sentia por ele, tudo que, todas as possibilidades... assim, eu fui me minando... na realidade eu acho que eu me minei emocionalmente... eu acho que eu fui gastando, gastando, gastando...” (JÚLIA)

“(...) quando eu decidi realmente, que eu fiz: - Não, perai... para, não tô suportando... eu cheguei num limite que nem eu acreditei que era eu... eu não acreditei que eu tava me vendo naquela situação, sabe quando você, antes de entrar dentro de casa, você imagina, você um filme assando na sua cabeça? Eu fiz: - Perai, o que é que eu tô fazendo aqui?” (FÁTIMA)

“(...) eu percebi que não dava mais, aí eu tinha que tomar uma atitude... mesmo desempregada, porque eu tava desempregada... mas eu tive que tomar uma atitude.” (LORENA)

No caso de Lorena, ela relata que, mesmo dependendo financeiramente do marido pelo fato de estar desempregada, e mesmo sem saber ao certo como sobreviveria dali em diante, sentiu-se impelida a tomar tal iniciativa. Neste contexto, sobre a condição da mulher que tem filhos e que opta pela separação, ela afirma:

“(...) a vida de uma pessoa que separa não é fácil, eu não aconselho ninguém, a não ser que viva a vida que eu vivia, porque também, só quem passa é que sabe entendeu? Mas pra aconselhar: - Olhe, separe!... por conta de problemas, às vezes até banais né... muitas pessoas optam pra esse lado, só que eu não aconselho, é muito difícil, e quando você tem filhos principalmente... no meu caso são dois, aí fica mais difícil ainda né.” (LORENA)

Neste percurso, vale apontar que, para além do mal estar vivenciado durante o casamento ter sido apontado como causa para o fim da união, as implicações da separação para os filhos também se mostrou como um fator importante a ser avaliado por algumas mulheres. Para Lorena e para Júlia, por exemplo, a separação também teve como critério a tentativa de melhorar a vida dos filhos.

“(...) aquela não era a vida que eu queria, nem pra mim e nem para os meus filhos.” (LORENA)

“(...) Eu mudei tudo pro bem dele, porque eu achava que não era viável pra ele tá naquele ambiente totalmente inviável de discussão, de briga, que eu acho que isso pra uma criança é desnecessário...” (JÚLIA)

Estas falas sugerem que, para além do seu bem estar, estas mulheres também almejavam o bem estar dos filhos ao estabelecerem o fim do relacionamento conjugal. Assim, o fato de serem mães parece tê-las mobilizado no intuito de afastar-se de um contexto familiar conturbado, buscando alternativas para a promoção de um ambiente mais seguro para os filhos.

Os sentimentos emergentes durante o processo de separação, por sua vez, foram os mais diversos. Estes incluíram desde sentimentos negativos associados ao rompimento do vínculo afetivo, até os ganhos que estas conseguiram reconhecer ao longo deste processo.

Assim, um dos primeiros aspectos relacionados à experiência da separação foi quanto ao sentimento de desilusão. Para a maioria das mães entrevistadas, este episódio marcou um rompimento com as suas expectativas de constituição familiar. Neste ponto, a maioria relembra

que, ao se casarem, sustentavam o desejo de viver junto aos seus parceiros até o final de suas vidas, constituindo assim um modelo de família idealizado culturalmente.

“(...) eu sempre tive vontade de ter a minha família né, de ter o meu marido, os meus filhos, meu marido...” (PRISCILA)

“(...) a questão da família tão sonhada né... que de repente aquilo foi desfeito.” (LAURA)

“(...) eu não casei pra me separar...” (JÚLIA)

“(...) eu sempre tive a concepção de casar pra viver, até pelo fato de ter dois filhos... só que chegou um tempo que não deu mais.”

“(...) acreditei por 17 anos, muito tempo... era uma coisa que eu queria levar pro resto da minha vida né, eu tinha a concepção: - Não, eu vou casar pra viver e ser feliz até envelhecer junto, mas só que não é como a gente quer né.” (LORENA)

Estes achados concordam com a pesquisa de Cúnico e Arpini (2014b), a qual apontou para a separação como um marco, o qual rompeu com os ideias de família sustentados pelas participantes. Por outro lado, segundo os autores, estes posicionamentos também apontam para a permanência do modelo de família nuclear no imaginário social, bem como o apego pessoal ao padrão familiar enraizado socialmente. A separação, neste contexto, parece emergir como um episódio que abala, e até certo ponto, frustra as expectativas dessas mulheres, ainda que tenham sido elas mesmas a estabelecerem o fim da união.

Para Parisi (2009), a desilusão identificada na experiência de muitas mulheres após a separação representa o falecimento da imagem idealizada do outro. Neste contexto, a separação poderia ser traduzida como a retirada das projeções anteriormente depositadas no parceiro, costumando ser este um processo doloroso.

Ainda como consequência da separação, algumas mulheres falaram sobre a nova configuração familiar pós-divórcio, onde díade mãe-filhos passou a ocupar um lugar central. Neste contexto, algumas mães transparecem a vivência de um processo de aceitação e de reconhecimento da nova estrutura e identidade familiar. Isso é o que pôde ser observado nos relatos de Priscila e Joyce.

“(...) a gente tem uma imagem da família papai, mamãe filhinho e família entendeu... e eu tinha essa imagem e eu não tenho mais... eu, pra mim, a minha família é ela... eu realmente não me vejo com uma terceira pessoa.”

“(...) nas minhas orações eu sempre digo: - Senhor eu pedi tanto uma família, e o senhor meu deu Eva... Eva é a minha família, então eu já aceitei.”

“(...) eu vejo a Eva como a minha família, eu não vejo um trio.” (PRISCILA)

”Hoje minha família sou eu, minha mãe e o meu filho...” (JOYCE)

A partir destas falas, é possível conjecturar acerca da emergência de um novo formato de família após a separação: a família monoparental feminina. Para Isotton e Falke (2014), a família monoparental é aquela em que a mãe não se encontra na companhia do marido, ao mesmo tempo em que detém a maior responsabilidade quanto ao cuidado dos filhos. Já para Cúnico e Arpini (2014a), este arranjo é composto pela existência de mulheres que passam a assumir um lugar de referência dentro do grupo familiar, podendo estas mulheres ser divorciadas, separadas, viúvas ou mesmo solteiras. Neste contexto, frequentemente, são chamadas de ‘chefes de família’, principalmente por conciliar o trabalho com a manutenção da casa e a criação dos filhos. Nas entrevistas realizadas, para tanto, três das mulheres entrevistadas atendiam para tal nomenclatura, principalmente por representar a principal fonte de renda da família. Estes eram os casos de Priscila, Joyce e Júlia.

Outro aspecto que chamou atenção foi quanto ao status de mulher separada que, para algumas entrevistadas, pareceu se constituir como algo gerador de incômodo, fazendo-as sentirem-se envergonhadas ou vítimas de preconceito.

“(...) as vezes o preconceito vem de dentro da gente né... pra mim o maior impacto dessa palavra divorciada foi uma vez que eu tava no consultório, e fui... a menina veio me perguntar: - Qual o seu estado civil, não sei o que lá... casada né? A própria mulher disse... me viu com Luana... ai eu disse: - Não!, ai chega falei baixinho: - Divorciada!, ela: - Você tão nova divorciada? Naquela hora todo mundo ali do consultório virou pra mim né... ai eu disse: - É, eu sou divorciada!... pronto, ai fiquei de cabeça baixa (...) foi o dia que eu mais senti, foi naquele dia...” (LAURA)

“(..) hoje assim, o que eu me sinto envergonhada é isso... até porque existe um preconceito muito grande por parte da sociedade... na mídia tudo é muito bonitinho, (...) mas existe um preconceito muito grande na sociedade... as mães dos amiguinhos olham pra gente diferente... o namorado aceita, mas a mãe do namorado não aceita... porque acha:- ah não... porque eu já vivi isso... não é justo que o meu primeiro filho case com você porque ele vai criar o filho dos outros... e eu dizer: -Eu crio minha filha, ela tem pai, não precisa de ninguém pra criar não, eu ganho mais do

que seu filho... mas existe um preconceito muito grande... as pessoas olham pra você diferente.”
(PRISCILA)

Ambas as entrevistadas mencionam o sentimento de vergonha, sugerindo um auto-julgamento negativo acerca da própria condição e status marital. Contudo, neste ponto, poder-se-ia questionar até que ponto os afetos e as percepções subjetivas trazidas por essas mulheres também não dizem respeito ao ambiente psicossocial, onde o preconceito e a discriminação contra mulheres divorciadas ainda persiste, mesmo diante de uma aparente mudança e avanço nas concepções de família e conjugalidade.

Outro aspecto associado à separação conjugal foi a experiência de solidão. A princípio, este sentimento esteve associado às implicações subjetivas do rompimento do vínculo afetivo, fazendo-as sentirem-se solitárias e sem saber ao certo como dar sequência às próprias vidas após a ocorrência do divórcio. Isso é o que pôde ser observado a partir das falas de Laura e Joyce.

“Não foi fácil porque assim, eu não era daqui de Maceió... eu tinha vindo morar aqui em 2010... então assim, eu não tinha família aqui, eu não tinha ninguém.” (LAURA)

“(...) foi muito difícil pra mim porque quando a gente se separou eu fiquei na casa e ele saiu... só morava nós dois né.” (JOYCE)

Segundo Féres-Carneiro (2003), a experiência de solidão é especialmente comum no caso das mulheres. Para a autora, enquanto os homens enfatizam sentimentos de fracasso e frustração, as mulheres tendem a ressaltar as experiências de mágoa e solidão. Na base desta realidade estaria, novamente, a concepção de relação amorosa sustentada mais frequentemente pelas mulheres.

Ainda no relato de Joyce, o que se observa é a emergência do sentimento de solidão, associado à sensação de vazio pela perda do vínculo afetivo.

“(...) eu sinto falta de tá no meu lugar assim, de tá casada, eu gosto de tá casada, de ter alguém, entendeu? Eu... eu acho que eu sou aquela pessoa assim carente, entendeu?! Eu gosto de ter alguém assim...” (JOYCE)

No caso de Lorena, o sentimento de solidão parecia ser potencializado pela inexistência de pessoas ao seu redor com as quais pudesse conversar sem ser julgada.

“(...) na maioria das vezes eu não tinha ninguém pra conversar sobre esses assuntos, não tinha ninguém pra me ouvir... e quando as pessoas escutam as vezes só querem julgar, porque na realidade as pessoas, a grande maioria delas, só veem os defeitos né... ah, você deveria ter feito assim, você deveria ter feito assado... só que só sabe quem vive...” (LORENA)

Já na experiência de Fátima, a solidão somava-se ao fato desta não querer dividir seus sentimentos com a mãe, tentando poupá-la pelo fato desta ser cardíaca. Neste contexto, acaba por fechar-se no próprio sofrimento, utilizando somente como recurso de apoio a escrita.

“(...) eu me senti muito sozinha, não quis passar nada pra minha mãe, porque ela já é cardíaca, então eu fiquei muito sozinha... a única coisa que eu tinha, que eu pegava de madrugada era um caderno e começava a escrever e chorar...” (FÁTIMA)

Na experiência de Laura, também se observou um fechamento emocional na própria dor, negando a possibilidade de compartilhamento do seu sofrimento com familiares próximos.

“(...) falava com mainha: - E aí, tá tudo bem? - Não mainha, tá tudo bem, tá tudo tranquilo, não sei o que... e desligava o telefone, e as vezes e caía aos prantos, e eu caía aos prantos entendeu?!” (LAURA)

Ainda na experiência de Laura, o sofrimento pela ruptura conjugal somava-se à necessidade de dar continuidade à própria vida, fazendo-a sentir-se obrigada a ser forte num momento de grande fragilidade emocional.

“(...) tinha dia que eu chegava na faculdade com a cara inchada que eu tinha passado a noite chorando, quando eu acordava tava com o rosto do tamanho do mundo, mas eu tinha que ir pra faculdade e você percebia que o povo tava ali lhe olhando: - Eita, a bichinha tá sofrendo! Isso era terrível! Isso era terrível, então assim... eu tinha que me fazer forte quando. na verdade, eu não tava nem com essa força toda, mas eu tinha que ser...” (LAURA)

No caso de Fátima, a experiência da separação foi seguida por uma fase de grande tristeza e sofrimento emocional, os quais implicaram no descuido com a própria aparência. Nestas circunstâncias, a entrevistada também fala sobre o comportamento dos filhos ao testemunharem o seu sofrimento.

(...) eu acho que, 6 meses depois da separação sem falar com ninguém, pra baixo... aqui eu tô ótima, mas eu tive uma depressão que assim, eu não tinha ânimo de sair, se eu botasse a cara na

porta eu voltava com crise de choro o tempo todo... a minha mais velha chegou pra mim e fez: - Chore não mamãe! (...) aí o meu pequeno, eu chorando e ele enxugando: - Mamãe, não chore não... aí eu olhei assim pro espelho, eu tava... meu cabelo tava aqui, mais curto, aí eu me ví... sem maquiagem, toda derrubada, a roupa, misericórdia, isso aqui é uma roupa boa ainda...” (FÁTIMA).

Esta fala, por sua vez, remete aos estudos de Souza (2000), Brito (2008) e Medeiros et al. (2013), os quais evidenciam acerca da possibilidade de os filhos se comportarem como cuidadores ao perceberem o sofrimento emocional vivenciado por um dos genitores. Esta realidade, para tanto, é especialmente comum no caso das mães que ficam com a guarda dos filhos após a separação.

Na fala de Priscila, um aspecto interessante é observado quando esta afirma ter passado a dormir junto com a filha após a separação.

“(...) eu moro sozinha com ela, porque eu tenho que dormir num quarto e ela tem que dormir no outro? (...) só tem a gente mesmo... eu... eu não acho que tem necessidade de ela estar no quarto dela e eu estar no meu.” (PRISCILA)

O relato de Priscila remete à discussão promovida na pesquisa de Lopes (2008), a qual discorre acerca da frequência com que os genitores guardiões passam a dormir com as crianças após a separação. Partindo dessa ideia, conjectura-se que este comportamento pode ser indício das necessidades emocionais da mãe, na medida em que a presença da criança no leito parece facilitar a emergência do sentimento de segurança, principalmente quando o núcleo familiar é composto somente pela díade mãe- filhos, tal como se observou no caso de Priscila.

O sentimento de culpa pela separação foi um aspecto identificado na fala de Joyce, fazendo-a repensar acerca das próprias atitudes durante o casamento.

“(...) eu fico muito assim, pensando: - Meu Deus, foi minha culpa! Porque eu era muito imatura entendeu assim... de não deixar ele ter o espaço dele, o tempo dele, com os amigos dele... é... eu era muito de cobrar... e uma coisa também assim... ele tem uma filha de 9 anos com outra pessoa e eu não aceitava a filha dele entendeu? Então, assim... hoje, eu já disse até isso pra ele: - Arnaldo, hoje, Deus me fez mãe e eu sei o quanto eu tava errada!, que não existe o sentimento, assim, de eu trocar meu filho por outra pessoa...” (JOYCE)

A sensação de perda da própria identidade foi mencionada como um dos aspectos mais marcantes da experiência de Laura. Para a participante, a separação se constituiu como um dos

episódios mais traumáticos da sua vida, uma vez que perdeu a sua principal referência e fonte de apoio até então. Nas suas palavras ela diz:

“(...) pra mim no momento da separação eu senti muito assim, uma perda de identidade... pra mim ali foi uma coisa muito... que me chocou muito.”
“Foi a questão da perda de identidade, porque eu... aqui, eu não tinha ninguém, eu tinha ele e de repente eu voltei a realmente não ter ninguém mesmo... Aí veio essa questão da perda de identidade, será que o que eu fiz na minha vida foi certo?” (LAURA)

Sobre isso, ao entrevistar um grupo de mulheres divorciadas, na busca por compreender o modo como ocorre o processo de individuação feminina após a separação, Parisi (2009, p. 101), afirma que “a separação traz mudanças significativas na identidade, na noção de quem se é depois do rompimento.” Na visão da autora, trata-se de uma alteração em diferentes níveis da personalidade e da auto-imagem, e a qual pode implicar na sensação de perda de si mesmo.

Ainda se tratando da experiência de Laura, somado ao fato da separação ter se constituído como um evento altamente doloroso, ela fala sobre o sentimento de impotência que sentiu durante esse processo. Neste contexto, ela cita como exemplo o relacionamento dos pais, o qual funcionava como espelho para a sua própria união conjugal.

“(...) meus pais são casados até hoje... são trinta e poucos anos de casados, então assim, eu não sabia lidar com aquele processo de separação...” (LAURA)

Neste contexto, Laura menciona acerca da necessidade que sentiu em buscar auxílio psicológico, tendo isso como possibilidade de sair de um período de crise e sofrimento emocional agudo.

“(...) eu comecei a fazer terapia... então, no processo psicoterápico isso foi de fundamental importância pra mim né... aí eu fui, fui, fui, fui e consegui me levantar! Mas foi muito difícil!” (LAURA)

Tais achados parecem reafirmar a vivência de um período de grande vulnerabilidade emocional por parte da maioria dessas mulheres logo após a separação, caracterizado pela emergência de diferentes demandas associadas à quebra do vínculo afetivo. Neste sentido, Féres-Carneiro (2003) sugere que a separação conjugal se constitui como um processo complexo e

doloroso, que frequentemente é atravessado pela vivência de sensações próximas ao luto, dentre as quais se destaca a solidão.

Nesta pesquisa, para tanto, a dimensão da solidão pareceu estender-se para o campo da parentalidade, onde a saída do pai do ambiente doméstico tendeu a impactar a experiência materna. Neste sentido, Priscila e Laura demonstram que o sentimento de solidão esteve associado à falta que sentiam da figura paterna para o compartilhamento das tarefas referentes à criação dos filhos.

“(...) porque às vezes eu to assim sozinha com ela... e tipo eu quero dividir alguma coisa que seria com o pai... mas eu não posso né porque ele tá lá... aí ela tá doente, aí tipo.. eu ligar pra ele, aí ele fica lá aperrado, desesperado... não pode fazer nada, que tá lá, tipo a noite, entendeu?... então essas coisas eu absorvo só...” (PRISCILA)

“(...) querendo ou não eu morava com alguém, eu tinha Diego ali, eu tinha um suporte... mesmo que fosse pra qualquer coisa: - Diego, oh isso! Você tinha com quem dividir e de repente não, eu tava sozinha, era eu e Luana e ponto.” (LAURA)

Loirena, por sua vez, fala sobre a falta que sente de uma figura paterna para a criação dos filhos, argumentando sobre o papel de autoridade que este representa. Em sua fala, ela ainda argumenta que a presença somente da mãe pode ‘prejudicar’ a educação dos filhos, pelo fato desta ter o ‘coração mais mole’.

“(...) eu acho que quando tem um papel masculino em casa, o papel de um pai, as crianças, eles já olham de uma outra forma... o pai ele já é mais autoritário, ele já tem uma palavra forte, se ele disser sim é sim, se ele disser não é não... a mãe já tem aquele coração mais mole, então, as vezes por conta da separação, a mãe as vezes acaba fazendo mais os gostos do filho e isso acaba prejudicando na educação deles, entendeu.” (LORENA)

Como contrapartida, apesar de a vivência da separação ter sido marcada por um período inicial de maior instabilidade, tendo sido identificado a emergência de sentimentos como desilusão, solidão, culpa, perda da identidade, vergonha e impotência, a maioria das mulheres acaba por reconhecer a emergência de aspectos positivos advindos com a separação. Os principais estiveram relacionados a uma maior sensação de liberdade e também de amadurecimento.

No caso de Lorena e de Fátima, a liberdade foi caracterizada como um ganho advindo com a separação, possibilitando-lhes maior autonomia para se envolver em novas atividades. Estes achados concordam com a pesquisa de Rosado et. al. (2011), a qual apontou para a liberdade como um ganho possível advindo com a separação. As falas a seguir demonstram tal observação:

“(...) O que mudou foi que eu tive mais liberdade, hoje eu posso trabalhar tranquila, eu posso fazer um curso tranquila, não tenho mais uma pessoa pra tá me julgando a todo momento: - Você tava fazendo coisa errada... você tá fazendo isso! E hoje assim, hoje eu tenho... hoje eu posso dizer que eu tenho mais liberdade, e hoje é que eu estou começando a viver.” (LORENA)

“(...) Mudou tudo... mudou... deixa eu ver como é que eu posso dizer... eu acho que a minha vida deu... não só dei uma volta por cima, mas as portas que se abriu, foi muito... que enquanto eu tava com ele tava tudo fechada... não tinha animação pra nada... eu, por mais que eu quisesse estudar, mas ficava aquele negócio muito vago...” (FÁTIMA)

“(...) hoje eu faço o que eu quero” (JÚLIA)

O amadurecimento, por sua vez, também foi um achado comum na fala de algumas entrevistadas, como é o caso de Laura, Joyce e Júlia. Para elas, a aprendizagem e os ensinamentos advindos com a experiência do divórcio possibilitaram construir uma nova visão de si mesmas.

“(...) eu cresci muito... muito, muito, muito, muito mesmo... só que assim, o processo que você vai passando é extramente doloroso... depois que você passa aí você faz : - Eita, eu sobrevivi! Tem coisa até que você sorri... você faz: - Oh meu Deus, era só isso e eu achava que era tudo tão grande!” (LAURA)

“(...) eu vejo, e eu enxergo, que foi o melhor a se fazer... porque mesmo desgastada emocionalmente, eu sai de casa quando eu tinha certeza. Então eu amadureci a ideia, eu me amadureci... hoje eu sei o que eu quero, que antes eu não tinha... eu não sabia quem eu era de uma maneira geral...” (JÚLIA)

“(...) eu tenho pra mim que tudo é válido, é... eu vi até uma frase do facebook e gosto muito dela, que é assim: - O que não é benção, é lição né! O que não vem pra somar, vem pra ensinar... então eu acho que mesmo que tenha sido do jeito que foi, mas não foi ruim não, foi bom!” (JOYCE)

Quanto aos ganhos associados ao papel parental, Júlia afirma que se sente melhor enquanto mãe após a separação. Na sua fala, ela relata que, durante o casamento, estava sempre estressada, refletindo tal irritação na relação com o filho. Após a separação, contudo, ela conta que se sente mais tranquila, e que o seu modo de se relacionar com a criança também melhorou.

“(...) eu acho que hoje eu tô bem mais tranquila como mãe.”

“(...) hoje eu tô bem mais tranquila... tanto como mãe, tanto no meu trato com ele, porque eu acho que eu passei por um tempo quando eu tava em casa, que eu fiquei muito estressada, porque qualquer coisa eu gritava...” (JÚLIA)

Por outro lado, ainda levando-se em consideração a existência dos filhos, algumas mães revelam que os ganhos obtidos após a separação vieram acompanhados por sensações adversas, tal como se pôde observar nas falas de Júlia e Lorena.

“O sentimento de paz que eu senti, só que junto vem muita responsabilidade né...” (JÚLIA)

“É justamente a questão de como vai ser daqui pra frente... a incerteza... como eu vou fazer... porque cada dia que passa, meus filhos vão ficando mais velhos, as cobranças vão vindo, as dúvidas na cabecinha deles... e é muito difícil, porque eles só têm a mim... eu tô sendo mãe e tô sendo pai pra eles... então tudo é: - Mainha, porque isso? Mainha, porque aquilo? E eu tenho que ter resposta pra tudo... e responder de uma maneira que eles não se sintam ofendidos porque é a mãe falando do pai deles né.” (LORENA)

Todos estes achados reafirmam a complexidade inerente ao processo de separação, principalmente quando o casal tem filhos. Nestes casos, é frequente a interposição de demandas conjugais e parentais, onde se sobressaem tanto as questões emocionais dos pais, como também as necessidades desenvolvimentais dos filhos (LAMELA; FIGUEIREDO; BASTOS, 2010; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010).

No caso das mulheres participantes desta pesquisa, para tanto, o que se viu foi a emergência de uma diversidade de sentimentos associados à dissolução conjugal, dentre os quais puderam-se identificar perdas e ganhos. Neste percurso, tem destaque o impacto da separação nos ideais de família sustentados por essas mulheres, os quais traduzem, particularmente, os ideais de família preconizados pela própria cultura.

Para além disso, destaca-se o sentimento de solidão como um fator importante a ser evidenciado na experiência destas mulheres. Em sua especificidade, ele esteve associado tanto às

reverberações subjetivas da experiência com a separação, como também traduziu os efeitos da saída do pai do ambiente doméstico, implicando num exercício mais solitário da função materna.

Como contrapartida, os ganhos adquiridos com a separação traduziram-se nas dimensões da liberdade e amadurecimento. Estes surgiram após um período inicial de crise e desgaste emocional, onde a iniciativa da separação trazia consigo tanto o desejo de melhorar a própria vida, como também, em alguns casos, o intuito de melhorar a vida dos filhos.

5.2 Sobrecarga e aumento das responsabilidades

Um dos achados dessa pesquisa que mais condizem com os dados encontrados na literatura acerca das transformações ocorridas na vida da mulher/mãe após a separação, foi em relação ao aumento de responsabilidades que muitas delas afirmam sentir após a dissolução, principalmente por, frequentemente, ocuparem o lugar de guardiãs (BRITO, 2008; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010). Numa análise inicial, isso poderia estar diretamente relacionado à saída do ex-cônjuge do ambiente doméstico, gerando como consequência a necessidade da mulher realizar sozinha as atividades que antes podia dividir com o parceiro (GORIN, 2015; ISOTTON; FALCKE, 2014). Posteriormente, tal acúmulo de tarefas poderia estar associado à própria divisão tradicional da guarda da prole após a separação, onde as mães, frequentemente, acabam por assumir uma maior responsabilidade no que diz respeito à dimensão parental (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2007).

Nesse sentido, há de se mencionar acerca da influência da carga cultural na reorganização da família após a separação do casal. Nela, o que se constata são as raízes dos pressupostos de gênero, interferindo, principalmente, no modo como é realizada a subdivisão da guarda dos filhos. Segundo Brito, Cardoso e Oliveira (2010, p. 816), trata-se de uma distribuição pautada numa “visão naturalizada de comportamentos vistos como masculinos e femininos”, onde se supõe que à mulher cabe uma maior responsabilidade no que diz respeito aos filhos, e ao homem o lugar de provedor. Para os autores, isto explicaria o elevado número de atribuições femininas quanto à guarda dos filhos após a dissolução.

Ainda de acordo com os autores citados, esta realidade implica em dificuldades inerentes ao exercício das funções parentais após o divórcio, bem como gera reflexos na própria convivência com os filhos após a separação. No caso dos pais, o que se constata é uma maior

tendência ao afastamento do núcleo familiar e, no caso das mães, uma tendência ao acúmulo de atribuições, potencializado pelo fato de estar diariamente no convívio com as crianças.

Tal discussão faz pensar que certo nível de sobrecarga já estaria implícita ao exercício do cargo de guardião, e que a própria opção pela guarda unilateral acaba por reforçar para que tal realidade se apresente.

Nesta pesquisa, todas as seis entrevistadas possuíam a guarda unilateral dos filhos após a dissolução conjugal. As falas de Priscila, Luana e Joyce demonstram que esta decisão foi expedida por via judicial, após a aceitação do pai em ser atribuída a guarda materna.

*“A minha guarda é decidida pela juíza: guarda unilateral definitiva sem direito de recurso...”
(PRISCILA)*

“(...) lá na hora, o juiz e o conciliador perguntou como era a questão que a gente fazia com Luana... aí eu disse: - Não, ela mora comigo, só que um final de semana ela fica comigo e no outro final de semana fica com ele e durante a semana, os dias que ele queira pegar ela, ele pega, basta ele querer! (...)aí resumindo, era guarda compartilhada unilateral, que a criança ficaria comigo, mas assim, em comum acordo...” (LAURA)

“(...) o juiz disse assim: - Você quer estipular os dias pra ele ver a criança? Eu disse: - Não, a hora que ele quiser ir ele vai porque é filho dele... ele nunca veio.” (JOYCE)

No relato de Fátima, vê-se que o pai renunciou a guarda dos filhos, concordando com a subdivisão tradicional dos papéis parentais.

“(...) ele chegou pra mim e fez: - Eu não quero pegar a guarda dos meninos, então fica com você e quando eu quiser ver, eu vejo... eu fiz: - Eu também não vou brigar, quando você quiser ver, se tiver a disposição de vir ver, e se eles quiserem lhe ver, tudo bem.” (FÁTIMA)

Neste percurso, um retrato inicial do acúmulo de atribuições assumidas pelas mães após a dissolução conjugal é identificado nas falas de Laura, Júlia e Lorena. Nos seus relatos, o que se constata é uma clara referência ao aumento das responsabilidades, as quais estariam diretamente ligadas ao exercício da maternidade pós-divórcio.

“(...) em relação à maternidade, eu acho que as responsabilidades aumentou.” (JÚLIA)

“(...) não é fácil não, é uma responsabilidade triplicada” (LAURA)

“(...) a responsabilidade é redobrada... até porque eu faço o papel de pai e de mãe. “ (LORENA)

Por outro lado, tal como na pesquisa de Rosado et al. (2011), também pôde-se observar nas experiências de Júlia, Priscila e Joyce, a referência a uma maior responsabilidade materna mesmo antes da separação. Em suas falas, elas mencionam acerca da pouca participação do pai nos cuidados com as crianças, fato que ocorria ainda durante a união. Como implicação, estas mães afirmam que sempre ocuparam um lugar de destaque frente à criação dos filhos, sendo esta uma realidade que não mudou após a dissolução.

“(...) tudo do José sempre foi comigo... reunião de escola, tinha... sempre era eu... precisa fazer não sei o quê... era eu... levar pro médico... era eu... o pai existia, o pai estava lá, em casa... mas tudo que era pra resolver com o José era eu.”

“Hoje eu assumi uma responsabilidade que eu sempre tive, mas que os outros não viam... mas eu sempre arqueei com a responsabilidade em relação a tudo”. (JÚLIA)

“[...] eu não senti diferença nenhum, eu já fazia tudo mesmo.”

“Eu poderia estar com ele, ou estar sem ele, pra mim ia ser do mesmo jeito”. (PRISCILA)

A partir destas falas, é possível conjecturar que certo nível de sobrecarga já era comum na experiência de algumas mães, mesmo durante o casamento. Como implicação, elas não conseguem expressar claramente as diferenças no que diz respeito ao impacto da separação no exercício do seu papel parental, uma vez que já ocupavam, desde antes, um lugar de maior responsabilidade no que diz respeito à criação dos filhos.

Neste contexto, pode-se dizer que as mães entrevistadas nesta pesquisa tanto parecem reconhecer que algum nível de sobrecarga que já era comum ainda durante o casamento, como também reconhecem um acréscimo das suas atribuições em função da separação e saída do pai do ambiente doméstico.

Sobre a mudança que houve em sua vida após a separação, Laura afirma:

“(...) era um processo muito doloroso e ele continuava na farra, nas festas... a vida dele não tinha mudado, a minha tinha... ele continuava solteiro e eu não, eu cheia de responsabilidades.”

“(...) tive que meter a cara no mundo, não tinha com quem contar...” (LAURA)

Júlia e Laura relatam acerca do impacto da separação na reestruturação de suas rotinas, situando a necessidade de conciliar diferentes tarefas.

“(...) Eu fiquei cansada nessa época porque ele ficou só comigo, tudo era comigo, sobrecarregada, porque tinha o estágio, são todos os dias, no horário da manhã e da tarde... eu tinha a minha escala, era uma a cada três dias... e quando eu chego em casa ele não deixa nem eu dormir, entendeu?!” (JÚLIA)

“(...) foi uma dificuldade muito grande porque aí eu tinha faculdade pra fazer, tinha Luana, que eu tinha que deixar Luana... aí eu precisei, de repente, sozinha, aprender a me virar... querendo ou não, eu morava com alguém, eu tinha o Diego ali, eu tinha um suporte... mesmo que fosse pra qualquer coisa: - Diego, oh isso! Você tinha com quem dividir e de repente não, eu tava sozinha, era eu e Luana e ponto. E eu tinha que dar conta daquilo, tinha que dar conta dela, dar conta da casa, da faculdade... e eu estava sozinha.” (LAURA)

Estas falas remetem à vivência de um período inicial em que as mães ainda estavam se adaptando à nova rotina promovida pela separação. Neste percurso, elas parecem remeter ao impacto gerado pela ausência do pai no funcionamento da família, o qual gerou como consequência a necessidade de tomarem à frente da administração das mais diferentes tarefas, dentre as quais se destacam: o trabalho, os estudos, a casa e a criação dos filhos.

Neste contexto, Priscila descreve a sua realidade atual no que se refere à administração das tarefas do dia-a-dia, apontando para a a necessidade de levar a filha junto com ela para a realização da maioria de suas atividades.

“(..) se eu quiser ir pra academia eu tenho que levar... se eu quiser ir ao supermercado, eu tenho que levar, porque eu moro só com ela, entendeu... então se eu for comprar roupa, eu tenho que levar... todo o meu programa de lazer, tem que ser com ela... tem que ser cinema, praia, tem que ser coisas que criança possa participar... mas eu nunca vi isso e nem nunca encarei isso como um problema... eu acho que é muito a forma de ver... eu acho que a maturidade é que conta muito né”. (PRISCILA)

No sentido financeiro, tal como visto na pesquisa de Brito (2008), Joyce, Lorena e Júlia referem-se à insuficiência do valor da pensão, sugerindo que também neste aspecto sentiam-se sobrecarregadas. Neste contexto, afirmam ter passado à constituir a principal fonte de renda da família.

“(...) quem arca com todas as despesas sou eu, de faculdade, pago né... porque a pensão é pouca, a minha mãe, alimentação, aí por isso que eu tava num outro emprego também, porque no outro emprego eu pagava faculdade, transporte né..., e o outro era alimentação e as coisas mesmo pra gente... ai eu fiquei muito presa...” (JOYCE)

“(...) é muito complicado, até porque, é como eu falei, até na questão financeira mesmo que eu tenho que fazer o papel dos dois, porque o que ele dá não é suficiente pras crianças sobreviverem... é muito difícil” (LORENA)

“(...) eu tô fazendo das tripas coração pra sustentar ele de tudo... ” (JÚLIA)

Diante destas falas, é possível lembrar que, pessoas divorciadas tendem a passar por maiores dificuldades financeiras, se comparadas com as pessoas que nunca estabeleceram união estável. Isto ocorre porque a separação conjugal, além de representar a perda do vínculo afetivo, também incide sobre a diminuição da renda familiar. Neste percurso, os gastos não podem mais ser compartilhados, de modo que cada um deverá se reorganizar dentro de um novo padrão financeiro. Segundo Grzybowski e Wagner (2007), Rosado et al. (2011) e Isotton e Falke (2014), esta realidade é menos favorável às mulheres, uma vez que, além de possuírem salários mais baixos se comparado ao dos homens, elas também se constituem como as principais detentoras da guarda dos filhos após a separação. Esta realidade, portanto, parece facilitar para a emergência de uma maior limitação financeira no caso das mulheres.

Sobre as dificuldades financeiras vivenciadas após a separação, Priscila, Lorena e Fátima afirmam:

“(...) financeiramente muda né... ela vestia melhor... ela calçava melhor... ela sempre tinha sobrando e hoje em dia não tem... eu só compro um sapatinho novo quando aquele que tá estragadinho, não serve mais e... escola é muito caro né... a gente viajava e eu não posso mais viajar porque não dá. Ela fazia festinhas grandes, agora eu não posso mais, é tudo muito limitado...” (PRISCILA)

“(...) eu me sinto muito triste, eu fico triste, tem momento que eu choro porque não é fácil... eu olhar pro lado e ver que os meus filhos precisam das coisas e não poder dar, como o meu filho estudava numa escola particular e hoje em dia o meu filho tá no estado... é greves e mais greves, porque eu não tenho condições de dar o melhor pra ele... meu filho precisa de... adocece... porque muitas vezes, se não for a minha família, eu não tenho o dinheiro de um taxi pra levar ele pro hospital... então isso me dói muito, machuca muito... não é fácil.” (LORENA)

“(...) passou cinco meses e eu querendo comprar uma bolsa mas sem ter condições, ou eu comprava a bolsa ou eu eles comiam dentro de casa, porque mesmo que a minha mãe ajudasse, mas eu não tava me sentindo no direito de chegar pra ela: - Eu quero fazer isso... eu não tive, eu tive muita vergonha de pedir isso a ela... aí qualquer trocadinho que eu pegava, eu ia juntando...” (FÁTIMA)

Nos casos de Laura, Lorena e Fátima, o impacto financeiro da separação em suas vidas pareceu ser ainda maior, se comparado com as outras mulheres. No caso destas, o fato de não trabalharem ou não possuírem uma fonte de renda pessoal fixa, as fazia depender quase que exclusivamente de suas famílias para sobreviver e custear a criação dos filhos.

“(...) eu não trabalho... ainda dependo dos meus pais...” (LAURA)

“(...) A minha salvação até hoje é a minha família... que é quem me ajuda bastante, principalmente minha mãe e minha avó.” (LORENA)

“(...) minha mãe me deu um cartão de crédito, aí fez: - Olhe, o que você precisar, você compra pra os meninos... o resto, roupa, alimentação tem tudo aqui, mas se não fosse Deus e minha mãe, eu não sabia nem pra onde correr...” (FÁTIMA)

No caso de Lorena, para além da ajuda da família, a inserção no mercado informal se mostrou como uma via através da qual ela pôde ter acesso a uma renda extra, auxiliando na manutenção do cuidado com os filhos.

“(...) ele dá um valor fixo, agora é um valor de 300 reais... isso é praticamente uma criança viver com 150 reais por mês, não, não dá realmente... então eu tenho que trabalhar pra ajudar, tenho a ajuda da minha mãe... minha avó ajuda com o que pode e a gente vai vivendo.” (LORENA)

No casos das mulheres que possuíam maior nível de escolaridade, que trabalhavam e possuíam salários mais altos, o impacto financeiro agenciado pela separação tendeu a ser menor, uma vez que possuíam melhores condições para se reestabelecer após a quebra do núcleo conjugal. Como representação disso, Priscila afirma:

“(...) só financeiramente que a gente passa a ter apertos, então a gente passa a viver com limitações né (...) mas no meu caso é diferente do caso de muitas mães, porque eu, quando eu engravidei da Eva, eu já era uma pessoa madura né... eu já tinha 30 anos, eu já tinha um

apartamento, eu já tinha um carro, eu já tinha um emprego, eu era concursada, tinha feito faculdade, pós graduação... eu já tinha tudo... tinha uma vida toda estruturada. “ (PRISCILA)

Situação parecida também pôde ser observada nos casos de Júlia e Joyce, onde o fato de trabalharem e possuírem uma fonte de renda pessoal regular, fazia com que não dependessem exclusivamente da pensão ou da ajuda da família para sobreviverem. Nestas circunstâncias, elas transpareceram maior autonomia no que diz respeito à questão financeira.

Outro dado observado, foi que algumas mães queixaram-se acerca da falta de suporte do pai, fato que pareceu repercutir diretamente num exercício mais solitário da maternidade. Isto é o que pôde ser observado nas experiências de Joyce, Priscila, Júlia e Fátima.

“(...) não tive nenhuma assistência de ninguém, nem dele mesmo do pai né!” (JOYCE)

“Ele nunca foi muito presente...” (PRISCILA)

“(...) ele nunca deu um real pra pagar, sempre fui eu que comprei tudo... as roupas do José, desde que o José era novinho(...) ele nunca deu um real.” (JÚLIA)

“(...) Ele nunca assumiu. Ele nunca assumiu nada não, nunca, nem na maternidade ele... pra dizer assim... a única coisa que ele chegou a comprar foi uma banheira, somente... o enxoval completo foi a minha tia que comprou o da Glória, e o do Paulinho foi os padrinhos que deram.” (FÁTIMA)

Para Isotton e Falke (2014), a falta de um genitor para dividir as tarefas domésticas, tais como a manutenção do lar e a criação dos filhos, tende a sobrecarregar aquele genitor que fica com a guarda dos filhos. Nesse contexto, é possível dizer que a ausência do pai impacta diretamente o exercício da maternidade, uma vez que a mãe tende a assumir um encargo maior quanto à administração da casa e o cuidado dos filhos.

Como contrapartida, frente à falta de suporte do pai, Joyce e Lorena afirmam não insistir na busca pelo auxílio deste, preferindo deixar a cargo do próprio pai a tomada de consciência acerca da responsabilidade parental. Nas suas concepções, a iniciativa deveria partir deste de maneira natural, sem que houvesse a necessidade da sua cobrança.

“(...) eu deixo ele livre... eu deixo livre porque são duas crianças e eu acho que a responsabilidade maior é dos pais, então quem deve ter consciência são os pais.” (LORENA)

“Ele teve início de pneumonia, e eu fui pra médica com ele, ele ficou lá, mas eu também não liguei não pra ele... não é uma questão de orgulho... é porque assim, se eu acho que ele não quis... porque tudo é escolha... se ele não quis se fazer presente né, eu não posso obrigar.”
(JOYCE)

Já na experiência de Priscila, ainda que o pai demonstre disponibilidade para auxiliá-la na manutenção dos cuidados com a criança, a mesma afirma solicitá-lo apenas em circunstâncias extremas, evitando recorrer ao apoio deste na maior parte das vezes.

“(...) dificilmente ele nega alguma coisa... então assim, quando eu solicito ele tá presente mas eu não sou de abusar... então eu sempre que eu solicito ele comparece, porque realmente eu só solicito no extremo mesmo né...” (PRISCILA)

Outro fator que pareceu estar diretamente relacionado à ideia de sobrecarga referiu-se à tendência de algumas mães em se auto-responsabilizarem quase que exclusivamente pela criação dos filhos, considerando as crianças como uma obrigação sua, independente da disponibilidade paterna. Estas observações puderam ser feitas a partir dos relatos de Priscila e Laura.

“(...) eu decidi criar a minha filha com marido ou sem marido, eu quero botar pra dormir todo dia... eu quero acordar juntinho, eu quero fazer a comida, quero levar na escola, quero buscar na escola, quero fazer a tarefa, quero educar, eu quero corrigir, eu quero mimar... foi uma decisão minha, então eu poderia estar com ele, ou estar sem ele, pra mim ia ser do mesmo jeito...”
(PRISCILA)

“(...) Eu nunca deixei a responsabilidade do cuidar de Luana com outras pessoas, de jeito nenhum... até assim, se eu for precisar sair, eu já deixo tomada banho, já deixo alimentada, tudo que eu puder adiantar eu já adianto e já deixo, entendeu? Eu nunca quis dar essas obrigações porque eu sempre dizia: - A filha é minha, a obrigação é minha!” (LAURA)

Estes achados parecem concordar com a pesquisa de Brito, Cardoso e Oliveira (2010), a qual aponta para a auto-responsabilização como um aspecto importante a ser observado na experiência de muitas mães guardiãs. Na visão dos autores, ao se comportarem desta forma, as mães podem acabar por restringir a participação do pai no compartilhamento das tarefas referentes à criação e o cuidado dos filhos. Como consequência, poder-se-ia conjecturar acerca de uma possível potencialização da sensação de sobrecarga, fruto de uma obrigação auto-incumbida.

Para além disso, esta realidade também aponta para a influência dos ideais de família preconizados pela cultura. Neles, cabe mencionar acerca da conhecida subdivisão de papéis, onde a criação e o cuidado dos filhos estaria sempre mais a cargo da mãe, se comparada com as responsabilidades do pai. Como implicação, estaria o próprio apego das mulheres/mães a este modelo de exercício parental, fazendo-as sentirem-se mais responsáveis, assim atendendo para o estereótipo de maternidade preconizado pela cultura.

Neste contexto, a fala de Priscila parece remeter ao peso da carga cultural no acúmulo de atribuições por parte da mulher. Em sua fala, ela menciona acerca do somatório de funções, principalmente nas dimensões do trabalho, manutenção da casa e criação dos filhos.

“(...) a mulher ela não tem só a profissão, o trabalho, ela tem a casa que, querendo ou não, a casa é obrigação da mulher né... por mais que os homens ajudem hoje em dia, mas é nossa a obrigação... é uma questão cultural e não tem como a gente mudar isso... até quem é moderninho né, pode pensar diferente, mas são exceções, é muito difícil... a gente quer cuidar da casa... a gente quer estar presente na reunião da escola dos filhos...” (PRISCILA)

Neste contexto, caberia questionar até que ponto a auto-responsabilização materna é fruto de uma atitude autônoma das mulheres, e até que ponto tal realidade se apresenta como um reflexo da cultura. Tal compreensão leva ainda a pensar que a sobrecarga materna, em alguma medida, se constitui como uma herança social, induzida pela divisão tradicional dos papéis parentais, onde a mãe não consegue se desvencilhar da carga cultural à que foi ensinada.

Para além disso, ao se analisar mais a fundo a condição da mulher no contexto da família pós-divórcio, vê-se que várias intercorrências atravessam o exercício do seu papel parental, implicando no acúmulo de atribuições. As principais dizem respeito: a maior responsabilidade materna tanto antes como depois da separação, a transformação da realidade familiar, incluindo a necessidade de se colocar a frente da administração das tarefas que antes podiam ser divididas com os parceiros, as dificuldades no âmbito financeiro e o déficit da presença do pai, repercutindo num exercício mais solitário da maternidade.

5.3 A relação com o pai da criança: distanciamento, animosidade e abandono

Esta categoria discorre sobre a perspectiva das mães acerca da sua relação com o pai das crianças, situando este relacionamento no contexto da dinâmica familiar pós-divórcio. A partir

das suas falas, foi possível observar que, na maioria dos casos, houve um distanciamento entre os genitores após a dissolução conjugal. Este é um achado que condiz com a realidade da maioria das famílias que se divorciam na atualidade, quando, após a separação, a mulher fica com a guarda dos filhos e o pai acaba afastando-se do núcleo familiar.

Nas falas de Priscila, Joyce, Júlia e Lorena, o que se observa é o retrato de uma relação distanciada, marcada pela ausência de contato e aproximação entre os genitores.

“(...) ele vem e volta, eu mal vejo... eu nunca vejo... porque eu moro num apartamento, quando o porteiro diz que ele chegou, ela desce e ele fica no parquinho com ela, depois ele vai embora e eu nunca vejo... raramente vejo” (PRISCILA)

*“(...) a minha relação hoje com ele é assim mesmo, não tenho muito contato não, entendeu?”.
“(...) o nosso trato hoje é assim... ele deposita o dinheiro do Ariel, tira foto e manda pro meu WhatsApp... aí eu digo: - Ok!... pronto, é o meu contato com ele...” (JOYCE)*

“(...) Não existe, não existe... eu não falo com ele.... (JÚLIA)

“(...) Olhe, a gente tem uma relação boa, ele no canto dele e eu no meu (...)” (LORENA)

Diante destas falas, é possível lembrar que a qualidade do relacionamento mantido entre os ex-cônjuges, bem como a qualidade da comunicação sustentada, são aspectos centrais para o exercício da coparentalidade pós-divórcio. Neste contexto, por coparentalidade, entende-se o “interjogo de papéis que se relaciona com o cuidado global da criança, incluindo valores, ideais, expectativas que são dirigidas à mesma, numa responsabilidade conjunta pelo bem-estar desta” (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010, p. 77). Quando, por sua vez, não há um bom relacionamento ou se identificam falhas no processo de comunicação, o exercício da parentalidade compartilhada pode ficar comprometida, uma vez que os pais não dialogam e, conseqüentemente, não combinam acerca das regras e atividades referente a educação dos filhos. Segundo os autores citados, esta realidade caracteriza um padrão desengajado de relacionamento coparental, onde a principal característica se encontra na escassez de contato e aproximação entre os ex- parceiros, implicando em prejuízos no trato parental.

No relato de Priscila e Júlia, o que se observou foi a permanência de certa animosidade entre os genitores, representada pela aversão e/ou dificuldades na dimensão do diálogo.

“(...) se eu pudesse eu nunca mais via na minha vida.”

“(...) tá com uns 3 meses, a gente vem se falando pelo WhatsApp, mas também é muito pouco... a primeira coisa que eu disse a ele foi: - Só fale comigo o necessário e só responda o que eu perguntar, não se meta na minha vida, e eu não me meto na sua, se você quebrar a regra, eu bloqueio!” (PRISCILA)

“(...) não tem condições de conversa com ele não...”

“(...) hoje eu sinto abuso, depois de tudo...” (JÚLIA)

Na fala de Lorena, é possível identificar a permanência de demandas conjugais no relacionamento entre os pais, implicando numa postura de evitação quanto a proximidade do ex-companheiro.

“Eu não quero muita aproximação com ele não, porque eu sei o que eu sofri, entendeu?! Então o máximo que eu puder evitar de ter contato, eu evito.” (LORENA)

Neste percurso, um dos fatores que mais pareceu promover a discórdia entre os pais referiu-se à questão da pensão alimentícia. Neste contexto, o que se viu foram relatos de insatisfação quanto ao valor pago pelo pai da criança. Isso é o que pôde ser observado nas falas de Júlia, Fátima e Lorena.

“(...) uma criança gasta muito, mas na cabeça dele não gasta” (JÚLIA)

“(...) ele queria dar quando ele quisesse, e queria que eu assinasse o recibo... mas eu não ia assinar recibo, porque filho não come de dois em dois meses, não veste roupa de dois em dois meses...” (FÁTIMA)

“(...) a gente nunca chega num entendimento, porque se eu falo de uma situação ele fica dizendo que eu só procuro atrás de dinheiro, porque é a necessidade, as crianças precisam...” (LORENA)

No caso de Fátima, as discordâncias em relação a pensão alimentícia foram levadas ao âmbito judicial, fato que dificultou ainda mais o relacionamento entre os ex-parceiros.

“(...) amizade mesmo não tem mais... principalmente quando ele descobriu que eu tinha botado ele na justiça...” (FATIMA)

Situação parecida também é observada na fala de Júlia, quando a briga judicial em função da pensão alimentícia retrata um pouco da relação conflituosa sustentada pelo ex-casal.

“(...) hoje eu não quero olhar pra cara dele... mas é por conta dessa palhaçada que ele tá fazendo em relação ao José...”

“(...) ela fez uma liminar de urgência, pra que ele pagasse os 20%, depositando, até que ficasse resolvido quanto era que ele ia ficar pagando definitivamente. Inicialmente os 20%, mas na audiência iria ficar estabelecido... aí essa semana teve audiência de conciliação, que ele quer dar 6% só do salário dele... com 6% eu não pago nem a escola, né.” (JÚLIA)

Tais achados concordam com as pesquisas de Brito, Cardoso e Oliveira (2010), Grzybowski e Wagner (2010) e Cúnico e Arpini (2014a), as quais apontam para a questão financeira como uma das causas mais comuns da permanência de conflitos entre os ex-cônjuges.

Na presente pesquisa, as discordâncias entre o ex-casal traduziram, por um lado, a insatisfação das mães quanto ao valor da pensão alimentícia, assim como, por outro lado, a resistência/impossibilidade dos pais em pagar o valor esperado pelas mães. Nestas circunstâncias, Fátima e Júlia retratam um pouco do clima de tensão sustentado pelo ex-casal.

“(...)a menina do núcleo (...) ela fez: - Quanto é que você acha que dá pra os meninos? Eu fiz: - Ele não tem noção quanto é que se gasta com uma criança, não é pouco... Aí ele fez: - Ah, ela quer acostumar os meninos numa vida de rico. Eu fiz: - Não, criança não se gasta pouco... quem tem filho sabe muito bem como é, ainda mais sendo dois. Ele fez:- E eu só posso dar 400 reais. Eu fiz: - Ân? Tu só pode dar 400?” (FÁTIMA)

“(...) esse negócio da pensão do José, porque não é pra mim, é pra ele... o fato de ele não dá, tá me atrapalhando, por que? Porque eu vou ficar apertada, porque eu vou continuar dando o que ele tem... o padrão que ele... que ele... que ele vive... sempre dei, eu vou me apertar, mas eu vou dar, e eu não abro mão da pensão, porque? Porque se fosse uma pessoa que não... que não tem de onde tirar, mas tendo, é só por ruindade... eu não tenho obrigação sozinha não...” (JÚLIA)

A interferência da nova companheira do pai também se apresentou como um achado importante a ser evidenciado nesta pesquisa. Neste ponto, o que se observou foi a queixa de algumas mães acerca das dificuldades geradas pela influência da nova companheira do pai, interpondo-se como um obstáculo a mais para a manutenção da dinâmica familiar pós-divórcio. Tal realidade foi representada pelas falas de Priscila, Joyce e Fátima.

“(...) ela me bota contra ele... ela tem medo que ele fique comigo... ele não pode entrar na minha casa, ela não pode saber que ela fica pra morrer... porque quando ele vem, tem que ter hora pra vir e hora pra voltar... e é um inferno assim... na verdade o que dificulta a vida da gente hoje é ela né...” (PRISCILA)

“(...) antes de ele ficar com essa pessoa, ele era mais presente com eles, aí depois que assumiu pra todo mundo, ele não vem realmente mais ver eles... o que ele fazia por eles, o que ele tentava fazer, até a forma dele de carinho mesmo, ele não faz mais...” (FÁTIMA)

“(...) eu tenho uma colega minha assim que se separou também (...), e ela me conta assim... que ele foi presente entendeu?!... por conta da criança... e ele não soube separar isso, eu não sei se foi também por conta da mulher que ele tava, porque também é um empecilho né...” (JOYCE)

Aliado às dificuldades geradas pela existência da nova parceira do ex-cônjuge, Priscila destaca acerca do receio em permitir que a criança vá à casa do pai, ressaltando sobre o medo de que a nova companheira deste possa colocar em risco a segurança da filha. Como exemplo, a entrevistada recorda casos veiculados pela mídia, onde se constata a violência cometida contra as crianças.

(...) eu tenho medo, eu não vou mentir, de mandar a minha filha pra lá e ela fazer alguma coisa com a minha filha... porque tá aí, os Nardoni né... fizeram o que fizeram e a menina morreu e eles estão soltos... aquele menino João Hélio e tantas outras crianças que pessoas que se dizem ótimas, aparentemente que você diz que é incapaz de fazer mal a uma criança mas acontece e fica impune... então eu não quero pagar pra ver... eu não confio nela.” (PRISCILA)

Já para Laura, a convivência da filha com a nova companheira do pai se constitui como uma realidade intolerável, principalmente pelo fato desta ter sido a principal causa da sua separação.

“(...) de repente eu ouvia: - Ah Laura, ví Diego! - Ah foi? Que joia! - Tava ele, a namorada e Luana passeando no shopping... aí no dia que eu soube isso eu... foi uma coisa assim, que me doeu muito, porque era assim... per aí, será que ele tá querendo fazer a família, ele com a outra e a minha filha nesse meio? Pra mim era assim, se ele quisesse namorar, que ele fosse namorar, agora respeitasse Luana...”

Situação parecida também é observada na fala de Fátima, quando esta afirma não ser favorável à aproximação entre os seus filhos e a nova companheira do pai.

“(...) eu fiz: - A minha filha só vai com você sem a pessoa, eu não vou permitir nunca que essa pessoa se aproxime...” (FÁTIMA)

Neste percurso, é sabido que, após a separação, os homens tendem a assumir novos relacionamentos mais rapidamente se comparado às mulheres. Parte disso advém do fato de que estes, com frequência, não permanecem com a guarda dos filhos após a dissolução, fato que parece facilitar para o investimento em novas relações. Além disso, culturalmente, os homens sustentam uma maior dificuldade em ficarem sós após a separação, diferentemente do que ocorre com as mães (FÉRES-CARNEIRO, 2003)

Neste contexto, Cúnico e Arpini (2014a) salientam acerca do papel que a nova companheira do pai exerce sobre a reestruturação da família após o divórcio. Na visão dos autores, esta figura tanto pode facilitar como pode dificultar a manutenção dos laços parentais entre pais e filhos. Neste sentido, a pesquisa de Grzybowski e Wagner (2010) evidenciou acerca das contribuições que a nova companheira do pai pode exercer na dinâmica familiar pós-divórcio, podendo, inclusive, desempenhar um papel parental complementar. No relato das mães dessa pesquisa, contudo, o que se viram foram relatos acerca da interferência negativa da nova parceira do pai, afetando não só a relação entre o par parental, como também a própria relação do pai com os filhos.

Ainda sobre isso, Grzybowski e Wagner (2010) e Cúnico e Arpini (2014a) concordam que o recasamento pode intensificar o afastamento do pai do convívio dos filhos advindos da primeira união, uma vez que este pode passar a se dedicar mais diretamente à nova constituição familiar. Segundo os primeiros autores, este é um exemplo onde a conjugalidade interfere na dimensão da parentalidade, sendo esta uma situação mais comum no caso dos homens. A fala de Joyce, por sua vez, retrata um pouco desta realidade.

“(...) ele exclui o Ariel... tem pessoas que nem sabe que o Ariel existe na vida dele, eu acho que nem a família da mulher que ele tá... ele bota: - Minha família! (nas redes sociais) Ai bota eles entendeu? - Chegou mais uma filha!, como se ele não tivesse o Ariel, entende?, tipo assim!” (JOYCE)

O abandono do pai surgiu como uma queixa comum na fala de algumas participantes, o qual também traduziu um pouco da dinâmica relacional sustentada pelo ex-casal. Nela, o que se constatou foi a frequente referência à falta de suporte deste, implicando na vivência de uma

maternidade atravessada pelo desamparo. Tais observações puderam ser extraídas dos relatos de Joyce, Júlia, Lorena, Fátima e Priscila.

“(...) não tive nenhuma assistência de ninguém, nem dele mesmo, do pai né!” (JOYCE)

“(...) o pai dele não tá dando um real...” (JÚLIA)

“(...) ele é uma pessoa que pensa muito nele, entendeu?!... não importa que os meus filhos precisem de uma roupa, eu tenho que contar com a ajuda do meu irmão...” (LORENA)

“Se eu disser a você que tá com um mês que ele não vem ver? Não liga, nem pra perguntar: - Comeu? Tá com dor de barriga? Tá com febre? Não liga...” (FÁTIMA)

“(...) a participação dele era muito relativa, assim, era mínima, como é hoje!” (PRISCILA)

Ainda nesse contexto, Joyce fala sobre o modo como se sente frente ao abandono do pai da criança.

“(...) eu não sei explicar o sentimento hoje que eu sinto assim... não é de mágoa, é de tristeza entendeu? Pelo filho (...) não é tanto assim pelo que ele fez comigo, entendeu? É pelo filho...”

“(...) eu sinto assim, como se ele excluísse o Ariel.” (JOYCE)

Para além do abandono do pai, Priscila e Joyce relatam acerca do abandono e distanciamento da família paterna, informando que estes também não se interessam pela criança, assim como não se aproximam para ofertar qualquer tipo de suporte.

“(...) a família tá pra lá né... vai fazer três anos que eu me separei e eles mal vem pros aniversários dela... quando eu convido vem um ou outro... e eu convido todos... e só vem porque eu fico né, assim cercando, falando que já tem lembrancinha especial pra tia, mostro a lembrancinha com o nome na foto, fico mandando foto, pra realmente eles comparecerem, mas eles não fazem muita questão não. Eles não querem se dar ao trabalho muito não. (PRISCILA)

“(...) a família dele nunca procurou também saber sabe? No dia que eu tive ele, a minha ex-sogra foi lá na maternidade, ela é uma prima dele... mas assim, ninguém da família dele nunca perguntava pelo Ariel, nunca foi de vir aqui...” (JOYCE)

Como implicação desta realidade, um fator interessante pôde ser observado nas falas de Priscila e Fátima. Estas se referiram à compensação da ausência do pai, a qual se dava a partir da presença de outras figuras parentais, tais como tio e avô maternos.

“(...) o carinho dele mesmo pelos meus filhos ele não tem nenhum, nenhum, nenhum... pra dizer assim, tem o carinho de pai, é do meu irmão, é o único pai que os meus filhos vê dentro de casa”.
(FÁTIMA)

“(...) ela tem o avô dela né, que é o meu pai... que ela é... adora... é como se fosse o pai dela né... entendeu? Ela vai pra casa dele, ela chora pra ir pra casa do meu pai... quando eu vou buscar ela pede pra ficar mais um pouquinho... coisas que ela não faz com o pai. Meu pai vai pra minha casa só pra tomar banho de piscina com ela, coisa que o pai dela nunca fez... o pai dela nunca desceu pro parquinho pra tomar banho de piscina com ela, que ela adora né... mas o meu pai toda semana tira um dia e vai.” (PRISCILA)

Neste ponto, a interposição de outra figura parental como referência paterna para os filhos, por um lado, parece minimizar os efeitos da ausência paterna, principalmente quando o pai não demonstra interesse em estar presente na vida da criança. Por outro lado, esta realidade também pareceu legitimar o lugar de distanciamento ocupado pelo pai, na medida em que outra pessoa acaba simulando o seu papel.

Como contraponto, o caso de Laura é o único que se diferencia dos demais. No seu relato, o que se observa é a presença ativa da figura paterna, sustentada pelo estabelecimento de uma relação amigável entre os ex- parceiros. Neste caso, a construção de um bom relacionamento entre os genitores refletiu numa dinâmica relacional de cumplicidade, onde ambos conseguem dialogar e proceder à divisão das responsabilidades parentais. Segundo a entrevistada, isso só foi possível após passado algum tempo depois da separação, quando esta conseguiu elaborar o fim do relacionamento, desvencilhando-se das mágoas associadas ao rompimento conjugal e priorizando as necessidades da filha.

“Eu ligo pra contar as coisas a ele da mesma forma que ele liga pra contar as coisas pra mim (...) pronto, Luana tá doente e eu digo: - Diego, venha buscar a gente!, não tinha nem painho e nem mainha pra levar ela no médico... - Não, to chegando aí!, pronto... fica eu e ele lá sentado, um do lado do outro conversando... no começo não era assim.”

“Hoje a gente se fala tranquilamente porque acabou o sentimento... mas enquanto tinha aquele sentimento de... um sentimento de gostar, um sentimento de raiva, um sentimento de ódio, era uma mistura de sentimentos que existia ali...”

“Maravilhosa, porque (...) depois que o sentimento acaba você pode sentar com aquela pessoa, você senta e conversa...”

“(...) ela não tinha nada a ver com eu e ele não ter dado certo, nós somos os pais dela, independente de estarmos juntos ou não (...)”. (LAURA)

Como reflexo desta relação, Laura fala sobre o suporte que recebe do pai da criança, o qual ocorria desde antes da separação.

(...) sempre foi assim...(...) essa questão de pai, a partir do momento que eu fiquei grávida, ele sempre me acompanhou em tudo, em tudo, tudo, tudo... ele fazia questão...”

“(...) quando eu preciso eu posso contar com ele...” (LAURA)

O exemplo de Laura, por sua vez, remete aquilo que Lamela, Figueiredo e Bastos (2010) sugerem acerca do ideal de parentalidade pós-divórcio. Na visão dos autores, faz-se necessário o estabelecimento de uma boa convivência entre os ex- parceiros após a separação, tendo isso como possibilidade para que ambos consigam desempenhar os seus papéis parentais de maneira compartilhada e igualitária. Neste percurso, o desafio que se coloca é a capacidade dos pares em conciliar as suas próprias necessidades emocionais com as necessidades desenvolvimentais dos filhos, uma vez que estes continuam à demandar por cuidados.

Na visão de Grzybowski e Wagner (2010), a distinção entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade se constitui como uma das principais dificuldades enfrentadas por casais recém divorciados que têm filhos. Segundo os autores, trata-se de uma tarefa complexa, contudo necessária à continuidade do processo de criação dos filhos. Também para Brito (2008), faz-se necessário que os pais se preocupem com os filhos, e sejam capazes de ofertar dois ‘ninhos’ em que os filhos possam se sentir acolhidos e abrigados, apesar de não sustentarem mais um vínculo conjugal.

Neste ponto, trazendo um pouco das contribuições de Winnicott no campo da parentalidade, o mesmo menciona acerca da capacidade dos pais em se sacrificar em favor dos filhos. A seu ver, quando os pais apresentam maturidade suficiente para proporcionar um ambiente familiar seguro, os filhos são beneficiados com a provisão das condições ideais ao seu desenvolvimento, podendo assim ser mais facilmente encaminhados rumo à conquista de uma vida autônoma e criativa. Ainda segundo o autor, nos casos em que o casamento se desfaz e a família se desintegra, ainda é possível que os pais conduzam os filhos assertivamente em direção

ao sucesso do seu processo de desenvolvimento pessoal, mas isto dependeria da maturidade parental dos pais (WINNICOTT, 1965/2011).

Neste sentido, no contexto da separação, o que parece se sobressair é a necessidade de reformulação do vínculo afetivo entre os genitores, onde o sacrifício em favor dos filhos, tal como menciona Winnicott, possa ser traduzido no esforço em manter um relacionamento minimamente amigável, com baixos níveis de conflito. Para Grzybowski e Wagner (2010,p.78) inclusive, “o ideal seria que, apesar do divórcio, ambos os pais continuassem assumindo suas funções educativas e participando de variadas atividades dos filhos, pois isto promove o bem-estar infantil.”

5.4 A rede de apoio: o holding do ambiente familiar

Esta categoria discorre sobre o ambiente psicossocial mãe, mais especificamente, sobre a rede de apoio que se destaca no sentido de lhes fornecer algum tipo de suporte. Este aspecto da experiência materna tornou-se relevante diante da frequência com que as mães separadas mencionaram acerca da existência de pessoas que, de algum modo, as auxiliavam na manutenção do cuidado com os filhos, principalmente no período que segue à separação conjugal.

Neste sentido, é válido apontar que, partindo das concepções de Winnicott, o ambiente psicossocial da mãe tem como função principal auxiliá-la no exercício do seu papel parental. Este apoio se torna ainda mais relevante quando, por algum motivo, a mãe se encontra sozinha, sem o suporte da figura paterna. Para Winnicott, além da criança, a mãe também precisa ser amparada pelo ambiente, uma vez que ela também se constitui como um ser vulnerável, que demanda por cuidado e auxílio. O suprimento deste suporte por parte do ambiente, por sua vez, poderia ser traduzido como o holding do ambiente, o qual facilita para o exercício do papel materno (ARAÚJO, 2007).

Para Winnicott, o conceito de holding traduz o acolhimento do ambiente ao ser humano desde o momento do nascimento. Na fase inicial, o holding garante a sobrevivência do bebê na medida em que proporciona a satisfação das suas necessidades básicas. Ao longo da vida, para tanto, o holding se mantém como uma característica importante do ambiente psicossocial em que o sujeito está inserido. Isto ocorre porque, de qualquer forma, o ser humano sempre sustenta uma relação de reciprocidade e interdependência com o ambiente, tanto fornecendo as suas contribuições, como também demandando do ambiente o atendimento das suas necessidades. O

holding do ambiente, portanto, faz-se importante quando o indivíduo precisa ser sustentado, podendo assim encontrar meios para dar sequência a sua continuidade de ser.

Segundo Araújo (2007), Winnicott chamou de ‘capa protetora’ o suporte que se interpõe em volta da mãe, principalmente no período que compreende a fase mais inicial da vida do bebê. Esta ‘capa’ compreende determinadas redes de sustentação, que garantem certo nível de segurança para que a mãe exerça o seu papel. A princípio, essa rede seria organizada pela figura do pai, seguida pela sustentação ofertada pela família e, posteriormente, pela própria sociedade como um todo, representada pelos mais diversos grupos sociais e instituições. A existência dessa ‘capa’, para tanto, se faria como condição essencial para o estabelecimento de uma maternagem suficientemente boa; aquela em que a mãe apresenta as condições ideais para a provisão das necessidades da criança. Ainda segundo Araújo (2007), quando se rompem tais forças protetoras é que se pode perceber o quanto a mãe se constitui como um ser vulnerável.

Tomando-se de tais pressupostos para pensar a condição da mulher/mãe separada, é possível conjecturar acerca da separação conjugal como uma possível ruptura dessa capa protetora, a qual pode gerar como consequência uma perda total ou parcial do suporte paterno. Nesta lógica, seria possível conjecturar que, mesmo após o período mais primitivo da vida do bebê, quando a criança ainda demanda por cuidados especiais durante o período da infância, a mãe continua a necessitar de suporte, tendo em vista que o exercício da maternidade está diretamente atrelado ao exercício da paternidade, e que a separação, frequentemente, gera um déficit da função paterna.

Assim, nas entrevistas realizadas, foi unânime a existência de uma rede de apoio que funcionou como suporte a cada uma dessas mães. Neste sentido, ainda que tenha sido observada uma diversidade de histórias e contextos de vida, todas apontaram para algum tipo de sustentação advinda do ambiente, facilitando para a manutenção da vida como um todo, incluindo a criação dos filhos. Na maioria dos casos, para tanto, esta rede de apoio se referiu ao suporte ofertado pela família de origem da mãe, destacando-se o apoio recebido de sua própria mãe.

Segundo Costa e Marra (2010), a rede social de apoio tende a minimizar alguns dos obstáculos enfrentados pelas famílias monoparentais femininas, principalmente nas circunstâncias da pobreza. Na visão dos autores, a rede de apoio se constitui como um fator de proteção, a qual facilita para a superação das vulnerabilidades associadas ao campo da parentalidade, neste contexto.

Para Isotton e Falke (2014), é comum que os genitores chefes das famílias pós-divórcio busquem a convivência e o apoio da família de origem ou mesmo a ampliada, procurando por auxílio nas atividades domésticas, alimentação, saúde e na dimensão financeira. Contudo, segundo os autores, é importante que essa rede de apoio possa incluir também, além da família, determinadas instituições governamentais que se destinem à realização de atividades de assistência a essas famílias.

Nesta pesquisa, a princípio, a necessidade de suporte surgiu logo após a separação, quando as mães retornam à casa dos pais buscando por acolhimento, seja no sentido físico, financeiro ou emocional. Estas observações puderam ser feitas a partir das falas de Júlia, Joyce e Laura.

“(...) fui pra casa da minha mãe, eu fiquei lá até dois meses atrás...” (JÚLIA)

“(...) fiquei com meu filho aqui na casa da minha mãe... (JOYCE)

“(...) eu liguei pra os meus pais (...), eu disse: -Oh mainha, vem me buscar aqui?!” (LAURA)

Posteriormente, nos casos de Joyce e Júlia, o suporte da família tornou-se relevante diante da necessidade destas mães em conciliar diferentes tarefas, dentre as quais se destacou o trabalho e os estudos.

“(...) minha mãe (...) ela fica com ele, pra eu ir trabalhar, pra eu ir pra faculdade...” (JOYCE)

“(...) geralmente quando eu tô de serviço, eu deixo ele a noite na casa da minha mãe.” (JÚLIA)

Já na experiência de Laura, além do suporte do pai da criança, ela conta com o auxílio da família, principalmente no que diz respeito aos cuidados com a filha e a manutenção das atividades do dia a dia.

“Quando eu preciso eu posso contar com ele (o pai)... e mesmo se ele não tiver, eu tenho com quem contar, que são meus pais.” (LAURA)

A partir desta fala, vê-se que a rede de apoio de Laura é composta tanto pela figura do pai, como também pela sua família de origem. Neste percurso, Laura parece remeter as suas

principais vias de sustentação, e as quais lhe possibilitam certo nível de segurança para exercer o seu papel parental. Este caso, para tanto, se diferencia da realidade das demais participantes da pesquisa, onde somente a família foi apontada como a principal fonte de sustentação disponível.

Para Lorena e Fátima, o suporte da família voltou-se tanto para o auxílio no cuidado com as crianças, como também no sentido financeiro. Neste contexto, o fato de não trabalharem fez com que estas mães buscassem auxílio na família de origem, sendo esta a sua principal fonte de ajuda.

“A minha salvação até hoje é a minha família... que é quem me ajuda bastante, principalmente minha mãe e minha avó.” (LORENA)

“Minha mãe me deu um cartão de crédito, aí fez: - Olhe, o que você precisar você compra pra os meninos, o resto: roupa, alimentação, tem tudo aqui!... mas se não fosse Deus e minha mãe, eu não sabia nem pra onde correr...” (FÁTIMA)

Diante destas falas, foi possível observar que, quanto mais o pai era ausente ou não contribuía suficientemente com a manutenção dos cuidados com as crianças, mais a família se tornava algo importante para essas mães. Esta realidade se tornou ainda mais evidente no sentido financeiro, quando a família de origem passou a representar a principal fonte de sustento para a mãe separada e os filhos, chegando a se constituir como uma relação de dependência. Isto é o que observou a partir das falas de Fátima e Lorena.

“(...) não falta nada pra mim e pra eles, o que minha mãe pode fazer por mim e por eles, minha mãe compra de um tudo... quem sempre assumiu foi ela... ele nunca.”

“(...) o meu pequeno só tem roupa porque foi a minha mãe que comprou...” (FÁTIMA)

“(...) ele é uma pessoa que pensa muito nele entendeu... ah não importa que os meus filhos precisem de uma roupa, eu tenho que contar com a ajuda do meu irmão... o meu irmão que compra... o meu filho precisa de um tênis, tem que pedir à família... tudo que o meu filho precisa...” (LORENA)

No caso de Priscila, a rede de apoio se estendeu para o grupo de amigas, as quais, segundo ela, fornecem um suporte essencial, logo depois dos seus pais.

“(...) as mães dos coleguinhas da sala me ajudam muito mais do que a família dele e ele, e até a minha família mesmo, porque assim, o meu pai e a minha mãe eles são de idade... então é uma

grande fonte de ajuda... demais.... demais... a maior fonte de ajuda, depois do meu pai e da minha mãe, são elas.”

“(...) as mães dos coleguinhas da sala (...) elas me ajudam muito né... as crianças estudam juntas há 4 anos... então a gente tem um grupo das mães e a gente... assim... nós nos tornamos amigas e a gente se ajuda demais né.” (PRISCILA)

Também no caso de Fátima, observou-se a extensão da rede de apoio, incluindo os seus vizinhos e amigos.

“(...) os meus amigos realmente que nunca, nunca me abandonaram... e até os meus amigos como irmãos, há mais de 25 anos, eu tenho 28, há mais de 25 anos de amizade, e nunca mudaram...” (FÁTIMA)

Como se pôde observar nos relatos acima, a rede de apoio se destaca, principalmente, por proporcionar algum nível de suporte a essas mães, seja no âmbito do cuidado com os filhos, no sentido financeiro ou mesmo na dimensão do suporte emocional. Todos estes, para tanto, mostraram-se como necessidades emergentes na experiência dessas mães, onde a rede de apoio se sobressaiu como uma via importante de sustentação.

A partir dos achados, para tanto, é possível conjecturar que o episódio da separação conjugal pode impactar a maternidade no que se refere ao déficit do suporte paterno, ainda que este se mostre presente. Nesse contexto, o distanciamento comum entre os genitores e a sobrecarga parecem incidir sobre a função materna, no sentido de fazer com que esta fique mais solitária, muitas vezes sem ter com quem compartilhar a tarefa da criação dos filhos. Nesse sentido, a rede de apoio familiar parece se sobressair como uma das representações da sustentação do ambiente, tendendo a minimizar os impactos das dificuldades emergentes..

5.5 A relação com os filhos: apego e abdicação

O objetivo dessa categoria é retratar o relacionamento das mães separadas com seus filhos, considerando a separação como um fenômeno que pode promover mudanças na constituição desse vínculo. Neste sentido, a construção desta categoria tomou como ponto de partida a investigação acerca da possibilidade de haver uma maior aproximação ou fortalecimento da relação entre mães e filhos após a separação (BRITO, 2007, 2008; BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2014; CÚNICO; ARPINI, 2014a; GRZYBOWSKI; WAGNER, 2007).

Assim, nas entrevistas realizadas, havia uma pergunta sobre a relação com os filhos após a separação, procurando identificar se elas percebiam alguma mudança neste sentido. A maioria das mães, a princípio, não consegue identificar diferenças e, ao contrário, reforçam acerca de uma relação de apego que sempre mantiveram com os filhos, desde antes da separação.

“(...) não, permaneceu a mesma coisa...” (LAURA)

“(...) foi sempre eu e ela... eu e ela...” (PRISCILA)

“(...) ele sempre foi muito ligado comigo, em relação a tudo...” (JÚLIA)

“(...) toda a vida eu fui apegada, eu largava qualquer coisa pra ficar com eles...” (FÁTIMA)

Contudo, em alguns trechos, é possível identificar indícios de um possível fortalecimento do vínculo entre mães e filhos após a separação, principalmente pelo fato destas se utilizarem do comportamento dos filhos como representação do relacionamento atual mantido com os mesmos. Isto é o que se observa nas falas de Laura, Priscila e Júlia.

“(...) hoje ela é grudada, grudada, grudada, grudada, grudada comigo (...) se ela tá com ele: - Papai, ligue pra minha mamãe, minha mamãe tá demorando, minha mamãe não sei o que (...) e ela muito, muito, muito grudada comigo...” (LAURA).

“(...) nós somos apegadas até demais da conta!”

“(...) ela pra passar um final de semana com ele é a maior dificuldade do mundo... ela fica: - Cadê minha mãe? Cadê minha mãe? no pé, entendeu?” (PRISCILA).

“(...) ele veio da casa dos avós, levaram ele domingo, 10 horas da noite... e eu ia tá de serviço na segunda de manhã... eu fiz: - Eu não vou! aí: - Venha mãe, que eu tô com saudade de você! Eu quero ir lhe dar pelo menos um abraço. (Imita a criança chorando, depois acha graça)... mas, ele sempre foi desse jeito, ele sempre quando bate a saudade ele vai, e é sempre comigo isso.” (JÚLIA).

Ainda na fala de Priscila, o que se viu foi a referência ao excesso de apego da criança em relação à mãe. Para a entrevistada, essa foi uma questão que precisou ser levada ao serviço de psicologia, uma vez que a criança desenvolveu um comportamento de controle e exclusividade.

“(...) ela me quer só pra ela, entendeu... ela não admite que outra criança me abrace, me pegue, me beije... ela não admite eu eu vá a algum lugar sem ela, entendeu?”

“(...) ela faz tratamento com psicólogo por conta disso... de ela não consegui dissociar né... eu cortei o cordão umbilical e ela não”.

“(...) ela acordava mais cedo, pegava o celular, saía da cama e ia olhar as fotos e as conversas no WhatsApp... com quem eu estava falando e pra onde eu fui... aí quando ela viu uma foto na praia ou em algum lugar que ela não tava, ela buááá... começava a chorar, aí foi quando eu decidi levar ela pro psicólogo, porque realmente estava fora de controle né.” (PRISCILA)

Situação parecida também é evidenciada no relato de Laura, ao descrever o comportamento de controle da filha nas raras vezes em que ela se ausenta.

“(...) eu passei duas horas na cafeteria, ela ligou quatro vezes pra mim: - Você vai demorar mamãe? - Lú, mainha tá aqui conversando! – E você tá conversando com quem? E você tá fazendo o quê? O que é que você tá comendo? Tudo isso eu tinha que justificar a ela, porque tudo que eu fazia realmente era só a nível de Luana...” (LAURA)

Na fala de Lorena, tal como visto nas pesquisas de Brito (2007, 2008), o que se observou foi a referência ao desenvolvimento de uma relação mais próxima com o filho mais novo, diferentemente do que teria ocorrido com o filho mais velho.

“(...) eu percebi que o mais velho, de certa forma, ele tenta se afastar um pouco de mim... como se fosse tipo uma chantagem pra que eu volte pra o pai dele... o mais novo, ele se tornou uma criança mais carinhosa comigo, ele sempre... na realidade ele sempre foi uma criança carinhosa, só que depois da separação ele se tornou mais, porque eu acho que ele ficou sentindo, eu não sei explicar... que... tipo: - Não, agora eu só tenho a minha mãe, entendeu?! Então é meu porto seguro, entendeu... tipo um medo de perder... eu acho que na cabecinha dele, imagina: - Eu já perdi meu pai... porque é uma criança de 6 anos... então eu não quero perder minha mãe... então ele se apegou muito mais a mim do que antes entendeu.” (LORENA)

Ainda segundo Brito (2008), esta situação sugere que a separação possa implicar em desdobramentos diferentes para cada um dos filhos de um mesmo casal. Assim, quando o filho é mais velho, é possível que o vínculo estabelecido com o pai seja mantido, enquanto que o filho mais novo, pela própria idade, ainda esteja muito apegado à figura da mãe.

Como contrapartida ao relacionamento observado entre mães e filhos após a separação, na fala de Priscila não foi possível identificar a mesma relação de apego entre as crianças e a figura do pai.

“(...) ela não fala muito. Ela não se queixa: - não, eu queria meu pai aqui! Ela nunca fala isso, porque foi sempre a gente, eu e ela entendeu? Ele nunca foi muito presente... então ela nem sente tanto...”

“As vezes tem evento na escola e ele não vai, e ela não tá nem aí...” (PRISCILA)

Neste contexto, Grzybowski e Wagner (2007) acrescentam que a subdivisão da guarda unilateral, assim como a coabitação, favorecem o maior envolvimento entre mães e filhos após a separação. Ainda segundo o estudo desenvolvido pelos autores, o que se constatou foi o maior envolvimento materno nas dimensões afetiva, educacional, social e disciplinar. Como contraponto, os mesmos identificaram que o envolvimento paterno estava muito mais restrito às atividades sociais, mais especificamente voltadas para o lazer e entretenimento.

Na pesquisa de Cúnico e Arpini (2014a), o posicionamento assumido pelas mães participantes do estudo evidenciaram a construção de uma relação mais forte e íntima com os filhos, principalmente ao se estabelecer uma comparação com a ligação sustentada entre o pai e as crianças após a separação. Na pesquisa de Brito, Cardoso e Oliveira (2010), foram os pais participantes do estudo que apontaram para o desenvolvimento de uma ligação mais forte entre a mãe e os filhos, enquanto que as mães, também participantes do estudo, apontavam para o comportamento de voltar-se completamente para os filhos após a separação. Também na pesquisa de Brito (2008), a ligação mais forte entre as mães e os filhos após a separação se constituiu como um motivo de queixa comum entre os pais participantes do estudo.

No caso de Júlia, quando perguntado sobre a relação entre a criança e o pai após a separação, a mesma afirma que o pai sempre foi frio com a criança, sendo esta uma realidade que, a seu ver, não mudou após a separação.

“(...) ele sempre foi muito frio com ele... Era muito difícil você vê o Walter dizer que amava ele, entendeu? Ele sempre foi... e hoje... e as vezes que ele abraçava, beijava, quando o pai ia dormir eu ficava: - José vá lá dar um abraço e um beijo no seu pai! Era eu que mandava assim... quando ele era novinho teve vez de eu fazer: - José, vá dar um abraço e um beijo no seu pai! Ele: - Não, que ele não me dá! Mas aí ele era bem mais novinho, mas aí eu ficava: - Vá dar um abraço e um beijo no seu pai de boa noite!” (JÚLIA)

Na fala de Joyce, o fato de o pai nunca ter sido presente desde o nascimento do filho, fez com que este tivesse tido dificuldades quanto ao reconhecimento da figura paterna.

“(...) quando ele começou a falar, qualquer homem que pegava ele, ele ficava chamando de papai... o povo na igreja: - Papá, papá!... aí ele chamava até o pastor lá de pai...”

“(...) eu disse: - Oh mainha, alguma vez ele chamou ele de pai? Aí mainha disse: - Não, ainda não! Aí eu disse: - É mainha, um dia ele chama!.” (JOYCE)

A ausência do pai, inclusive, é compreendida por Cúnico e Arpini (2014b) como um fator que pode repercutir numa mudança na relação entre a mãe os filhos. A seu ver, a mãe tanto pode ficar mais rigorosa a fim de preencher o espaço vazio deixado pelo pai, como também pode repercutir na relação com os filhos a sua experiência de sobrecarga. Na presente pesquisa, para tanto, o que se viu foi que a ausência ou distanciamento paterno pareceu reforçar o desenvolvimento de relacionamentos mais íntimos entre mães e filhos após a separação, ao ponto em que os filhos sentem muito mais a falta das mães quando estão em sua ausência, do que dos pais, tal como visto anteriormente.

Neste ponto, poder-se-ia conjecturar acerca da relevância do papel da mãe quanto à abertura e o incentivo à participação dos pais na vida dos filhos. Para isto, a superação das demandas conjugais, bem como o desprendimento da auto-responsabilização exclusiva, poderiam se constituir como ações primordiais para o exercício partilhado dos papéis parentais, fato que beneficiaria primordialmente os filhos.

Neste percurso, outros significados atravessaram a experiência da maternidade, traduzindo um pouco da relação sustentada entre mães e filhos no contexto da família pós-divórcio. Neste sentido, para Joyce, o fato de sempre ter desejado ser mãe e ter tido dificuldades para engravidar, a fez evidenciar o quanto se sente realizada em relação a criança.

“(...) meu filho sempre foi o meu desejo né... independente assim, de tá com o pai dele ou não, ele é o meu milagre... eu digo que ele é o meu milagre... (chora)... ele é um guerreiro.” (JOYCE)

Para Fátima, o sentimento de realização pessoal também foi destacado como algo atrelado experiência da maternidade.

“(...) era o meu sonho era ser mãe, mas não esperava ser mãe muito nova... e quando chegaram pra mim pra dizer que mãe era muita responsabilidade, como eu era muito nova, eu tive que carregar isso, mas foi a melhor experiência, eu passava por tudo de novo...” (FÁTIMA)

A relação de carinho, confiança e cumplicidade foi mencionada por Júlia como uma marca do relacionamento com seu filho, independente do fato de a família ter se transformado com a ocorrência da separação.

“(...) em relação a carinho, a confiança, em relação a ele saber que pode contar, em relação a tudo que pedir, é comigo... e... nada mudou, só o contexto né...”

“(...) a maioria das coisas ele senta e conversa comigo... tudo ele conta...” (JÚLIA)

Outro aspecto referiu-se à dedicação e a abdicação pessoal em função dos filhos. Estes achados, por sua vez, pareceram não manter relação direta com os impactos da separação, mas sim com as reverberações da experiência subjetiva com a maternidade.

“(...) o carinho e o amor por eles só dobra... tudo que eu pego... mainha as vezes reclama, tudo que eu pego, se eu for aqui na venda, é pra eles...” (FÁTIMA)

“Quando a gente tem filho, primeiro que a gente não tem mais vida né... a gente dá a vida... já ouviu isso? que mãe dá a vida?... é minha filha, dá literalmente! Não é dar a vida ao ser não viu, é abrir mão da sua vida pra viver a vida dos outros!” (PRISCILA)

“(...) antes você só pensa em você e depois de um tempo você só pensa no outro, no seu filho, antes você só olha coisa pra você, depois você só olha as coisas pro seu filho, ai depois você faz: - Eita, eu vim pra olhar isso pra mim e não olhei! O que eu vim olhar pra mim, olhei pra Luana...” (LAURA)

A dedicação aos filhos, no caso de Priscila e Laura, veio acompanhada do medo da própria morte, demonstrado pelo receio de algum dia não poder dar continuidade à criação dos mesmos.

“(...) a gente tem muito medo de morrer... a gente... eu... as vezes entro em pânico... eu tenho medo de morrer por causa da Eva... a gente ama incondicionalmente né... o filho pode dizer o que for mas a gente ama mesmo assim... o filho pode fazer o que for, mas a gente ama incondicionalmente... pode ter o pior pai do mundo, mas a gente ama incondicionalmente, a gente pode querer muito uma coisa e não poder comprar... porque o dinheiro é pra gastar com o filho, mas a gente ama incondicionalmente e a gente abre mão das coisas que nem a gente percebe... a gente abre mão da vida da gente, que nem a gente percebe... a gente se larga de uma forma que nem a gente percebe, porque realmente a gente deu a vida... entendeu?” (PRISCILA)

“(...) depois que você vira mãe você morre de medo de ir pra um show porque você tem medo de vir uma bala perdida e de lhe matarem... antes você não tem medo de ser assaltado porque você olha pro ladrão e você faz leve meu dinheiro, leve meu celular, leve tudo, e depois que você é mãe você morre de medo porque aquele ladrão ele pode lhe matar e você tem uma filha dentro de casa, tudo é voltado pra pensar nela...” (LAURA)

Todos esses achados remetem para os múltiplos significados da experiência da maternidade e da relação com os filhos após a separação. Por um lado, o que se observou foi o indício de fortalecimento deste vínculo, onde as mães, frequentemente, se referem ao apego como uma característica essencial desta relação. Por outro lado, o que também se observa é que as mães do estudo sempre reconhecem, independente das circunstâncias, uma relação de maior proximidade com os filhos mesmo antes da separação, demonstrada pela abdicação pessoal e a dedicação constante em função dos filhos. Estes últimos, contudo, teriam como raiz os efeitos subjetivos da própria maternidade, onde o amor incondicional pelos filhos pareceu se sobressair, independente das circunstâncias familiares.

5.6 Projetos de vida

Esta categoria discute os projetos de vida das mulheres/mães entrevistadas pela pesquisa. Tal discussão tornou-se relevante diante da compreensão de que os projetos de vida do ser humano dizem respeito aquilo que ele almeja para o futuro, em função do que foi vivido. Trata-se de um movimento prospectivo, o qual está presente em todas as etapas da vida, e diz respeito ao que mobiliza os sujeitos rumo ao alcance de suas metas e objetivos. Para além disso, esta é uma dimensão que fala da subjetividade, pois mantém relação com a história de vida particular de cada pessoa, reverberando nas projeções pessoais de cada um.

Assim, na entrevista realizada com as participantes, havia uma pergunta sobre o que elas almejavam para o futuro. Como resultado, as mães relataram suas perspectivas acerca de trabalho, estudos, relacionamentos e previsão de nova constituição familiar, incluindo o desejo - ou não - de ter outros filhos.

Neste contexto, o primeiro dado que chamou atenção referiu-se ao receio de algumas mães em iniciar novos relacionamentos conjugais. Nos casos de Priscila, Joyce e Fátima a principal motivação para este comportamento adveio do temor quanto à segurança dos filhos.

“(...) eu tenho que fazer terapia ainda em relação a isso... muita terapia, eu vejo muita violência, muito abuso sexual, então é uma barreira muito grande pra mim colocar a minha filha com um estranho... é muito difícil...” (PRISCILA)

“(...) eu me reservei muito também por conta do Ariel né... eu ficava, oxi, é... porque a pessoa vê tanta coisa né, na televisão e tudo, de violência, e o Ariel tão pequenininho, nem fala ainda! aí minha mãe fala: - Olhe, se você casar, ele não vai! ai eu: - Deus me livre, a pessoa vê na televisão os próprios pais fazem mal, imagine quem não é pai?! -Você acha que eu vou deixar, eu vou sair pra trabalhar e ele vai ficar sozinho com um homem?”

“(...) eu não me envolvi também com ninguém por conta dele também! (filho).” (JOYCE)

“(...) eu não sei se foi um momento de desilusão que eu passei que eu não acredito, ou se é pelos meus pequenos, meus pequenininhos... tem tanta coisa no mundo...”

“Eu tenho medo, principalmente, pela minha pequena...” (FÁTIMA)

Neste percurso, algumas mães, ainda que admitam o fato de já ter se envolvido com outras pessoas após a separação, demonstram dificuldades em assumir um novo relacionamento perante os filhos. Nesse contexto, transpareceram uma tentativa de não expor os filhos ao convívio com uma pessoa ‘estranha’, que não seja a figura do pai. Isto é o que pôde ser observado nas falas de Laura e Joyce.

““(...) eu já tive um relacionamento, só que ela nunca soube”.

“É uma coisa minha e eu não quero que ela fique passando por isso né, uma coisa que eu tenho que me preservar, tem muitas questões aí envolvidas... e ela nunca presenciou eu com outra pessoa.” (LAURA)

“(...) a Eva nunca teve contato com nenhum namorado meu não, nunca...” (PRISCILA)

Particularmente, outras mães falam abertamente sobre o desejo de casar-se novamente e/ou constituir uma nova família, não sendo os filhos uma preocupação tão evidente.

“(...) não tá eliminada não essa possibilidade, de casamento não... porque tem gente que quando separa né: - Eu não caso mais nunca!. Não, eu acho que eu vou pensar direitinho em relação a casar no papel passado... mas eu quero sim encontrar uma pessoa... agora não qualquer pessoa!” (JÚLIA)

“Eu acredito que ainda possa existir alguém que realmente valha a pena, eu acredito. E se eu encontrar, eu penso em casar de novo.” (LORENA)

Para Lorena, os aprendizados adquiridos com a recente separação fizeram com que esta não quisesse repetir os mesmos erros em um futuro relacionamento.

“(...) conhecer melhor a pessoa... não depositar tanta confiança na pessoa, principalmente quando a gente tá apaixonada, a pessoa se ilude muito... e assim, isso me serviu de experiência, foi uma verdadeira lição na minha vida, pra realmente conhecer uma pessoa... ter mais paciência e pra outras coisas... porque realmente eu agi naturalmente, eu não pensei nas consequências, só pensei no momento, pra mim tava tudo bem... mas foram 17 anos... 17 anos de, praticamente, sofrimento.” (LORENA).

Também na fala de Júlia, vê-se que esta se tornou mais criteriosa para a escolha de um futuro parceiro, tomando-se como referência o antigo relacionamento.

“(...) uma pessoa que eu possa confiar, uma pessoa que seja comigo como eu acho que é um relacionamento, entendeu? Que seja recíproco, que não precise de cobrança, que exista confiança, e que eu possa contar, porque o José desde novinho, foi sempre eu... e eu não quero ter outro filho, pra passar por tudo que eu passei... entendeu?” (JÚLIA)

Quanto à possibilidade de ter outros filhos, as opiniões se diferenciaram entre si. Para Laura e para Lorena, não havia perspectivas de extensão da maternidade em função de diferentes razões. No caso de Laura, percebeu-se um julgamento moral acerca da perspectiva de ter mais de um filho de pais diferentes. No caso de Lorena, a inviabilidade de ter outros filhos se dava pela dificuldade financeira, tendo em vista que possui dois filhos e que não estava trabalhando naquele momento.

“(...) existia talvez até uma forma de preconceito minha, que sempre soou muito estranho pra mim: - Ah, ele é meu irmãozinho por parte de pai, é minha irmãzinha por parte de mãe, isso sempre soou muito estranho pra mim... e ainda soa muito estranho isso em mim.” (LAURA)

“(...) mais filhos não, não (...) porque assim, a dificuldade é muito grande... eu sei o que eu passei com os meus...” (LORENA)

Para Priscila, o fato de não querer ter outros filhos estava associado ao fato de a sua gestação ter sido uma gravidez de risco, não desejando que a história se repetisse.

“(...) não penso em ter outros filhos, a minha gravidez foi muito difícil sabe... e você tá com bebezinho na barriga e ter que fazer ultrassom toda semana porque o coraçãozinho do bebê bate bem fraquinho, e olhe: - Pode ser que você venha semana que vem e não esteja batendo mais...- Olhe, melhorou um pouquinho, mas não quer dizer que vai vingar...” (PRISCILA)

Já para Júlia, a extensão da maternidade se mostrou como uma possibilidade após a separação, uma vez que, até antes disso, não cogitava ter outros filhos.

“(...) Quando eu tava casada eu nem cogitava a possibilidade de ter outro filho, mas hoje eu paro... não tá eliminada não essa possibilidade” (JÚLIA)

No caso de Joyce, ao falar sobre a possibilidade de ter outros filhos, a mesma revela que não só pretende ter outros filhos, como também deseja constituir uma nova família.

“(...) pretendo... eu tenho, eu tenho isso assim pra mim: eu quero ter minha casa, quero ter minha família, entendeu?!” (JOYCE)

Esta fala remete a algo que se mantém nos projetos de vida de muitas dessas mulheres: o desejo de constituir uma família tal como aquela idealizada culturalmente, renovando assim as expectativas quanto a este ideal. Neste ponto, é possível dizer que a separação, ainda que rompa temporariamente com as expectativas de constituição familiar, não extingue o desejo de, novamente, voltar a investir neste projeto.

No que se refere ao campo profissional, algumas mães referem o desejo de trabalhar e crescer profissionalmente, podendo assim conquistar a independência financeira ou proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos filhos. Isto é o que se observa nas falas de Laura e Joyce.

“(...) Começar a trabalhar logo pra encaminhar minha vida... pra eu tomar conta da minha vida (...) porque eu não tomo conta da minha vida ainda, por eu depender financeiramente dos meus pais então eu não tenho como tomar conta da minha vida. “ (LAURA)

“(...) eu quero ter o meu canto, eu quero crescer profissionalmente, eu quero crescer pessoalmente, assim, o meu intimo quero amadurecer mais, quero conquistar entendeu? Hoje o meu foco é esse, e pra ter o que oferecer pra ele também e pra minha mãe né.” (JOYCE)

Na dimensão dos estudos, Lorena menciona acerca de desejo de adquirir novas competências profissionais. A entrevistada acredita que assim poderá conseguir um emprego melhor, já que, atualmente, trabalha em atividade informal. Para além disso, ela expressa o desejo de ter uma fonte de renda regular, podendo custear a criação dos filhos de maneira mais autônoma.

“(...) com relação a trabalho, eu pretendo mesmo é fazer curso, eu quero fazer um curso, que é pra eu conseguir um trabalho melhor, um trabalho fixo mesmo né, porque eu tenho que ter uma renda fixa, porque eu tenho duas boquinhas e gasta muito.”

“(...) eu pretendo fazer uma faculdade, apesar de que eu já estou com 32 nos, mas eu pretendo fazer uma faculdade, e assim, o que eu quero é dar o melhor pra eles, é tudo que eu quero... eu não desejo muito alto não, eu só quero que eles sejam felizes, eles estando felizes, eu já tô feliz“.
(LORENA)

No caso de Fátima, para além do desejo conquistar a própria independência financeira, a perspectiva de estudar e trabalhar também tem como fundamento o pensamento nos filhos.

“(...) eu fiz: - Não, eu vou fazer um médio técnico, porque eu começo a me envolver, vou trabalhar e eu mesma vou pagar a minha faculdade porque eu tenho dois filhos, então eu tenho que olhar por esse lado“. (FATIMA)

O desejo de que os filhos estudem e tenham uma profissão também foi apontado por Lorena como algo que poderá lhe trazer grande satisfação e realização pessoal.

“Primeiramente, é ver os meus filhos formados, porque é o maior sonho da minha vida“.
(LORENA)

Todas estas falas remetem ao processo de reconstrução dos projetos de vida dessas mulheres. Como visto anteriormente, muitas desejam investir em novos relacionamentos após a separação, tendo isto como possibilidade de ainda encontrar satisfação ao lado de outra pessoa, podendo constituir assim uma nova família. Contudo, a existência dos filhos é que faz com que algumas se sintam receosas, principalmente pelo temor quanto à segurança dos mesmos, alegando o medo de submetê-los à convivência com alguém que possa fazer-lhes algum mal. Por outro lado, essa questão pareceu não ser alvo de preocupação para outras mães.

Para além disso, viu-se que a maioria das mães almeja crescer profissionalmente, ou mesmo estudar para obtenção empregos melhores, no intuito de alcançar autonomia. Este objetivo, entretanto, aparece associado à maternidade, como meio de poder proporcionar uma melhoria da condição de vida dos filhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debruçar-se sobre o estudo da maternidade pós-divórcio implica em mergulhar na complexidade inerente ao processo de reconstrução da família após a quebra do núcleo conjugal. Neste contexto, é fato que a separação do casal afeta todos os membros do grupo familiar, e faz com que cada um tenha que passar por um processo de adaptação à nova realidade que se apresenta.

Com base nisso, esta pesquisa teve por objetivo investigar a experiência da maternidade após a quebra do núcleo conjugal, considerando que a separação implica em transformações no campo parental. Através da realização de entrevistas semi-estruturadas com um grupo de seis mulheres separadas, esta pesquisa possibilitou a abertura de um espaço de escuta, onde as participantes puderam falar sobre as suas vivências, incluindo os seus sentimentos e as suas percepções a respeito da temática em foco. A análise e a interpretação destas falas, por sua vez, possibilitou a construção de seis categorias, as quais retrataram os aspectos mais comuns e significativos das experiências maternas.

Na primeira categoria ‘A mulher e a separação conjugal: da desilusão ao amadurecimento pessoal’, foi visto que a trajetória pessoal das mulheres com a separação conjugal é permeada pela emergência de uma diversidade de sentimentos. Estes traduziram tanto as perdas, como também os ganhos percebidos ao longo desse processo, evidenciando que a separação tanto produz sofrimento, como abre possibilidades de desenvolvimento emocional. De modo específico, suas falas transpareceram sentimentos de: culpa, solidão, perda da identidade, desilusão, vergonha, preconceito, impotência, tristeza e sofrimento, bem como sentimentos positivos, associados à liberdade, autonomia e amadurecimento pessoal, os quais, em alguns casos, produziram reverberações no campo parental.

Como destaque, foi visto que a dissolução da conjugalidade mexe com as expectativas da mulher quanto aos seus ideais de constituição familiar, no qual elas pareciam trazer implicado o desejo de exercer o papel materno junto ao papel paterno, tal como se prevê no funcionamento da família tradicional. Nesse contexto, a solidão também emergiu como a falta desse outro parental, ou daquele com quem se esperava poder dividir e compartilhar das tarefas referentes à criação dos filhos.

Na categoria ‘Sobrecarga e aumento das responsabilidades’, viu-se que um dos principais desafios enfrentados pelas mães recém-divorciadas refere-se ao acúmulo de funções, dentre as quais puderam se destacar as atividades voltadas ao trabalho, estudos, casa e a criação dos filhos. Nesse contexto, como potencializadores da sobrecarga, sobressaíram-se os seguintes aspectos: o exercício do cargo de guardiã, a ausência paterna, a auto-responsabilização, a diminuição da renda familiar e a ocupação do lugar de chefia ou principal provedora do lar.

Como um contraponto às dificuldades enfrentadas pelas mães, na categoria ‘A rede de apoio: o holding do ambiente familiar’, discutiu-se sobre as fontes de apoio que se interpõem à favor da experiência materna. Nesse contexto, a rede de apoio familiar é que se destacou como a principal via de acesso a um ambiente de sustentação, onde as mães eram acolhidas em suas necessidades. Neste ponto, também teve destaque o papel das mães das participantes, as quais pareceram ocupar um lugar importante dentro da rede de apoio familiar. Além desta, a rede de amigos e vizinhos também foi apontada como uma fonte de ajuda importante, ainda que em menor escala. De modo específico, as falas das mães apontaram para a atuação destas redes nos seguintes aspectos: administração das rotinas, cuidados com os filhos, auxílio na dimensão financeira e suporte emocional.

Ainda nesse contexto, pôde-se conjecturar que a busca pela ajuda da família de origem se mostrou como um movimento comum na experiência dessas mães, o qual pareceu reafirmar o retorno à uma condição de dependência decorrente da separação, representada pela busca do holding da família originária. Para além disso, a partir dos pressupostos Winnicottianos, pôde-se concluir que o apoio ofertado pela família e pelos amigos representaram tipos de sustentação advindas do ambiente psicossocial, os quais pareceram funcionar como um suporte à retomada da autonomia e reinvenção da maternidade.

Na categoria ‘A relação com o pai da criança: distanciamento, animosidade e abandono’, viu-se que a relação entre os genitores se constituiu como um ponto emblemático na realidade dessas famílias. Em sua maioria, foram evidenciados relacionamentos marcados pelo afastamento entre os genitores, discordâncias em relação à pensão alimentícia, dificuldades de diálogo e a falta de suporte do pai na criação dos filhos. Estes achados apontam, ainda, para aspectos das relações de gênero na cultura, reverberando em dificuldades no campo da coparentalidade pós-divórcio, onde as mães sinalizaram a vivência solitária do papel materno.

Na categoria ‘A relação com os filhos: apego e abdicação’, vislumbrou-se acerca do desenvolvimento de relações mais próximas entre mães e filhos após a separação. Nesse contexto, a grande maioria das mães aponta para o apego como uma marca do seu relacionamento com os filhos, o qual também pôde ser visto como um indício dos reflexos da separação e de todas as transformações incidentes sobre a família. Em última instância, o vínculo com os filhos foi retratado como algo compensador de todas as dificuldades vivenciadas pelas mães, bem como foi representado como principal promotor de satisfação e realização pessoal. A abdicação pessoal, neste contexto, surgiu como a atitude de voltar todas as energias para o cuidado com os filhos, tendo como raiz o sentimento materno de amor incondicional.

Por fim, na categoria ‘Projetos de vida’, discutiu-se sobre as projeções das mães em relação ao futuro, considerando a iminência do processo de reconstrução pessoal e familiar após a separação. Nesse sentido, foi visto que, praticamente todas as mães almejavam estabelecer novos relacionamentos conjugais após este processo, apoiadas na esperança de ainda poder encontrar alguém que as fizesse felizes. Neste contexto, algumas mães asseguram o desejo de retomar ao projeto de uma nova constituição familiar, através da possibilidade do recasamento e restabelecimento do modelo nuclear de família.

A preocupação com os filhos, contudo, se mostrou como um obstáculo comum frente ao estabelecimento de novos relacionamentos amorosos. Neste sentido, muitas mães falaram sobre o receio em expor as crianças à convivência com uma pessoa ‘estranha’, bem como transpareceram insegurança quanto as ações de um possível agressor. Para além disso, as mães também destacaram como projetos de vida: a busca por qualificação, o crescimento profissional, desejo de autonomia e independência financeira, melhoria da qualidade de vida familiar e formação dos filhos.

Todos esses achados apontam para a complexidade da experiência da maternidade pós-divórcio. Nela, se interpõem tanto aspectos relacionados à conjugalidade, como também questões associadas à parentalidade, onde o relato das mães, frequentemente, oscilava entre estas duas dimensões. Esta observação, por sua vez, fez pensar que estas podem se constituir como dimensões indissociáveis, mesmo após o fim do casamento, tal como afirma Grzybowski e Wagner (2010).

No que concerne à temática em estudo, especificamente, pôde-se vislumbrar acerca da iminência de um processo de reinvenção da maternidade, a qual se inicia a partir do momento em

que se consolida a separação do casal. Em sua especificidade, isso teve a ver com o conjunto de transformações pelas quais a família teve que passar, as quais implicaram em mudanças no modo de exercer o papel materno.

Para além disso, os resultados sugerem que a constituição subjetiva da maternidade após a quebra do núcleo conjugal se dá na interface com as mudanças de ordem emocional, social, econômica e familiar promovidas pela separação. Neste contexto, variáveis como: escolaridade, renda, rede de apoio e suporte paterno pareceram repercutir em importantes diferenças quanto à experiência pessoal de cada mãe.

No caso das mães que possuíam maiores níveis de escolaridade e rendas mais altas, por exemplo, o impacto da separação tendeu a ser menor se comparado as outras mães, uma vez que transpareciam mais autonomia para se restabelecer após a dissolução do vínculo conjugal. Do mesmo modo, as mães menos escolarizadas e/ou que possuíam salários mais baixos pareceram circunscrever um terreno de maiores dificuldades, muitas vezes desenvolvendo uma relação de dependência exclusiva quanto à família de origem.

Em linhas gerais, através da discussão dos resultados da pesquisa, viu-se que várias intercorrências podem dificultar o exercício da maternidade após a quebra do núcleo conjugal. Dentre elas, puderam se destacar: o sofrimento associado à recente perda do vínculo afetivo, a solidão, a sobrecarga, a limitação financeira e a insuficiência do suporte paterno. Todas estas questões, por sua vez, apontaram para a vivência de um período inicial de grande vulnerabilidade emocional, onde as mães tendem a passar por diversas perdas, ao mesmo tempo em que precisam se posicionar frente às mudanças ocasionadas pela separação. Neste contexto, a busca pela família de origem representou uma possibilidade de encontrar apoio e sustentação nesse momento peculiar de suas vidas, não sendo, portanto, identificadas outras fontes de sustentação advindas do ambiente psicossocial mais amplo.

Diante disso, faz-se necessário pensar em serviços que possibilitem o acolhimento dessas mulheres/mães, bem como forneçam orientação e assistência necessária a essas demandas. Para além disso, sugere-se o desenvolvimento de políticas e programas que deem suporte às mães e os seus filhos, bem como possibilitem a abertura de espaços para o atendimento familiar, onde todos os membros possam ser ouvidos, orientados e integrados. Todas estas ações, por sua vez, representam uma proposta de ampliação dos espaços de holding do ambiente psicossocial, onde as mães e suas famílias possam ser assistidas em suas necessidades.

No âmbito acadêmico, compreende-se a interdisciplinaridade do tema e sugere-se o desenvolvimento de mais pesquisas sobre a separação conjugal e os seus reflexos na família, incluindo os seus impactos na experiência de pais, mães e filhos nesse contexto. Através da abertura à realização de novos estudos, por sua vez, espera-se que haja uma ampliação da compreensão sobre a realidade das famílias no contexto da contemporaneidade, onde o crescimento do número de separações e divórcios repercute diretamente em transformações no campo da parentalidade.

Como abertura para a realização de mais estudos sobre o tema, novas questões puderam ser suscitadas a partir dos resultados encontrados. Algumas delas: como promover espaços de escuta e acolhimento às mães que se encontram em situação de vulnerabilidade decorrente da separação conjugal? Como intervir no relacionamento entre os pais, no intuito de facilitar o exercício igualitário dos papéis parentais? Que outras análises poderiam ser feitas sobre a relação entre mães e filhos após a separação do casal? Como pais e filhos vivenciam a separação conjugal e as implicações familiares decorrentes desse processo?

A limitação de generalização dos resultados da presente pesquisa, finalmente, decorre de sua natureza qualitativa, a qual focaliza o interesse no estudo do caso a caso, com foco na subjetividade e no aprofundamento das experiências singulares dos participantes. Assim, pode-se dizer que esta pesquisa contribui com a compreensão do tema, trazendo à luz aspectos importantes, que podem estar presentes na experiência de mães separadas que passaram a residir com os filhos após a separação.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. S.; FRANCISCO, A. L. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. **Psicologia: ciência e profissão**, vol.29, n.4, p.768-779, 2009.

ARAÚJO, C. A. S. **Uma abordagem teórica e clínica do ambiente a partir de Winnicott**. 193f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4^a ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRITO, L. M. T.; CARDOSO, A. R.; OLIVEIRA, J. D. G. Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, p. 810–823, 2010.

BRITO, L. T. B.; PEÇANHA, R. F. **Separação conjugal e relações familiares**: debates recentes. São Paulo: Interações, v. 12, n. 22, pp. 87-104, 2006.

BRITO, L. M. T. D. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 32–45, 2007.

BRITO, L. M. T. D. Alianças desfeitas, ninhos refeitos: mudanças na família pós-divórcio (Org.) In: **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 17–48.

CANO, D. S.; GABARRA, L. M.; MORE, C. O.; CREPALDI, M. A. As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no contexto brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 22, n.2, p. 214-222, 2009.

COSTA, F. A. D O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, p. 141–156, 2010.

CUNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 4, p. 693–703, 2014a.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, v. 43, n. 44, p. 37–49, 2014b.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, n. 3, p. 367–374, 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ-NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v.20, n.46, p.269-278, 2010

FLICK, U. Entrevistas semi-estruturadas. In: **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 89–107.

GORIN, M. C. **A parentalidade no pós-divórcio**. 55f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

GRYZBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 77–87, 2010.

GRZYBOWSKI, L. S. **Parentalidade em tempo de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento**. 102f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. O envolvimento parental após a separação/divórcio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 289–298, 2007.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil 2000**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2000_v27.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2010_v37.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil 2014**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2014_v41.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil 2015**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2015_v42.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

ISOTTON, R. **Paternidade em família pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos**. 162f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade do Vale do Rio Sinos, 2011.

ISOTTON, R.; FALCKE, D. Quando um dos genitores detém a guarda dos filhos: que configuração familiar é essa? **Pensando Famílias**, v. 18, n. 1, p. 92–106, 2014.

LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B.; BASTOS, A. Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 3, p. 562–574, 2010.

LEITÃO, H. A. L. O self no espaço compartilhado: a subjetividade relacional em Winnicott. **Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 7, n.1, p. 48-58, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/issue/view/248/showToc>>. Acesso em 17 jul. 2017.

LEITÃO, H. de A. L.; SANTOS, R. de L.; MENDONÇA, Z. R. L. **Contribuições da psicanálise de Winnicott para a pesquisa em processos psicossociais**. 2017. (não publicado).

LEJARRAGA, A. L. **O amor em Winnicott**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LOPES, M. L. C. de S. P. "Arranjos de dormir" pós-separação conjugal. In: BRITO, L. M. T. (Org.) **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 17–48

MEDEIROS, A. P. et al. "Quem assume a função do pai?: discussões sobre a separação conjugal. **Revista da SPAGESP**, v. 14, n. 1, p. 68–78, 2013.

PARISI, S. **Separação amorosa e individuação feminina: uma abordagem em grupo de mulheres no enfoque da Psicologia Analítica**. 272f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2009.

- PAIVA, A. P. **Impacto financeiro e reorganização da mulher após o divórcio**: um estudo de caso. 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, 2011.
- PLASTINO, C. A. Winnicott: a fidelidade da heterodoxia. In: BEZERRA-JUNIOR, B.; PLASTINO, C. A. **Vida, criatividade e sentido no pensamento de Winnicott**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- ROSADO, A. P. N. et al. Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. **Textos e Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 2, p. 371–387, 2011.
- SAFRA, G. Memória e Subjetivação. **Memoradum**, v. 2, p. 21-30, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/safra02.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2017.
- SCHNEEBELI; F. C. F. MENANDRO, M. C. S. Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. **Psicologia e Sociedade**. v.26, n.1, p.175-184, 2014.
- SOARES, L. C. E. C. Mudanças na conjugalidade: repercussões na parentalidade. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRJ**, v.2, n.2, p. 55-69, 2009.
- SOUZA, R. M. DE. Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 203–211, dez. 2000.
- TURATO, E. R. **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa**: construções teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VILLAS-BOAS, A. C. V. B; BOLSONI-SILVA, A. T. A relação entre ex-cônjuges e entre pais e filhos após a separação conjugal. In: VALLE, T. G. M. (Org.) **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: avaliações e intervenções [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 155-175, 2009.
- WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. (Primeira publicação em 1963).

WINNICOTT, D. W. **Natureza humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Primeira publicação em 1954).

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 01–11. (Primeira publicação em 1987).

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 (Primeira publicação em 1965).

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO TCLE

Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante voluntário(a) da pesquisa e pelo responsável)

Eu,.....,tendo sido convidada a participar como voluntária do estudo “**A maternidade após a separação conjugal: um estudo com mães guardiãs**”, recebi da Sra. VALÉRIA BRANDÃO PEREIRA, mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

1) **Que o estudo se destina a** investigar, através da realização de entrevistas, a experiência da maternidade para mães divorciadas que detêm a guarda dos filhos. 2) **Que a importância deste estudo é de** compreender melhor como se dá a experiência das mães após a separação conjugal, podendo este conhecimento auxiliar os profissionais da área da saúde a intervir quando se identifica a presença de sofrimento psíquico associado às consequências da separação conjugal e possíveis reverberações no vínculo parental. 3) **Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes:** por meio dos relatos das mães, pretende-se compreender as particularidades da experiência da maternidade após a separação conjugal, apreender como as mães percebem o seu exercício parental após a separação conjugal, bem como investigar a relação destas com os filhos e com o ex-companheiro após a separação. 4) **Que este estudo começará em** Agosto de 2016 e **terminará em** Março de 2018. 5) **Que o estudo será feito através** da realização de entrevista individual, em que eu participarei respondendo aos questionamentos feitos pela pesquisadora, sendo as minhas respostas gravadas em equipamento de áudio. 6) **Que eu participarei da etapa de** realização de entrevistas da pesquisa, aonde eu serei convidada a conversar sobre minhas opiniões e sentimentos a respeito de como é ser mãe após ter passado por um processo de separação conjugal. 7) **Que os incômodos que poderei sentir com a participação na pesquisa,** bem como os possíveis riscos a minha saúde física e mental envolve a emergência de sentimentos negativos e/ou desconforto, associados ao relato de experiências passadas sobre o momento da separação conjugal. 8) **Que os pesquisadores procurarão diminuir os riscos através** da garantia da preservação da confidencialidade das informações prestadas e o anonimato das participantes no estudo. E que, caso necessário, poderei contar com a assistência do serviço de psicologia clínica do Curso de Psicologia da UFAL. 9) **Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente, são:** a) a construção de um estudo científico que pode auxiliar os profissionais da área da saúde a intervir quando se identifica a presença de sofrimento psíquico associado às consequências da separação conjugal e possíveis reverberações nos vínculos parentais; 10) **Que a minha participação será acompanhada** pela gravação do áudio das entrevistas, sendo garantida a preservação da confidencialidade das informações, bem como a garantia do anonimato das participantes do estudo. 11) **Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;** 12) **Que eu serei informado sobre o resultado final da pesquisa.** 13) **Que, a qualquer momento, eu poderei me recusar a continuar participando do estudo, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;** 14) **Que as informações conseguidas através de minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa nem de meus familiares, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto;** 15) **Que o estudo não acarretará em nenhuma despesa para o participante da pesquisa, ou será ressarcido caso isso venha a ocorrer.** 16) **Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.** 17) **Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.**

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(o,a) participante-voluntári(o,a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

1. Nome: Prof^ª. Dra. HELIANE DE ALMEIDA LINS LEITÃO

Endereço residencial: Condomínio Aldebaran Beta

Nº: Quadra T /Complemento: Lote 16 Bairro: Jardim Petrópolis /CEP: 57080-900 /Cidade: Maceió
 Telefones p/contato: (82) 3358-5450/9351-0455

Instituição: Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. ICHCA Mestrado em Psicologia - Tel. (82)3214-1336. End.: Campus A. C. Simões. Av. Lourival Mota Melo, s/n, Cidade Universitária - Maceió - AL. CEP: 57072-900.

2. Nome: VALÉRIA BRANDÃO PEREIRA

Endereço: Rua Maria Ramos Lima, nº72, Condomínio Morada das Artes.

Bloco: /Nº: /Complemento: Bloco 11, Apto. nº: 103.

Bairro: /CEP/Cidade: Antares. CEP 57048-360. Maceió-AL.

Telefone p/contato: (87)99904-8954

Instituição: Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. ICHCA Mestrado em Psicologia - Tel. (82)3214-1336. End.: Campus A. C. Simões. Av. Lourival Mota Melo, s/n, Cidade Universitária - Maceió - AL. CEP: 57072-900.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

Prédio da Reitoria, 1º Andar, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária

Telefone: 3214-1041, Maceió-AL

Maceió, ____ de _____ de _____

	<hr/> Prof ^ª . Dr ^ª . Heliane de Almeida Lins Leitão (Orientadora)
Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	<hr/> Valéria Brandão Pereira (Mestranda)

APÊNDICE B – ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA

A) Informações iniciais e dados sociodemográficos

Nome? Idade? Endereço? Escolaridade?

Você trabalha? O que faz?

Qual a sua renda mensal?

Com quem você mora?

Qual a idade do(s) seu(s) filho(s)?

Há quanto tempo você está separada do seu ex-companheiro?

Quanto tempo durou a relação de vocês?

Quem tomou a iniciativa de se separar? Por quê?

Quem foi que decidiu sobre a guarda da(s) criança(s)?

B) Sobre a experiência da mãe e as mudanças após o divórcio/separação

a) Como foi para você a experiência da separação conjugal?

b) Como foi a reação dos seus filhos naquele momento?

c) Que mudanças ocorreram na sua vida depois da separação?

d) Você acha que seu papel de mãe mudou depois da separação?

Em quê?

Como você se sente em relação a isso?

e) Como é a sua relação com o(s) seu(s) filho(s) após a separação?

Você acha que mudou?

Em quê?

f) Como é a sua relação com o pai dos seus filhos, hoje em dia?

g) O que você pensa sobre o futuro? Quais são os seus planos?

Você pensa em se casar novamente, ou ter um novo relacionamento?

ANEXOS

ANEXO 1 - PARECER CONSUBTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A maternidade após a separação conjugal: um estudo qualitativo com mães guardiãs

Pesquisador: Valéria Brandão Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 56502116.1.0000.5013

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.568.571

Apresentação do Projeto:

"Esta pesquisa tem como objetivo principal a compreensão da experiência da maternidade para mães separadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que será realizada com mulheres-mães-divorciadas que possuem a guarda dos filhos, por meio da realização de entrevistas individuais semiestruturadas, que serão gravadas em equipamento de áudio, transcritas e posteriormente submetidas à análise do conteúdo de suas narrativas. Os sujeitos participantes da pesquisa serão mulheres adultas, acima de 18 anos, que vivenciaram um processo de separação conjugal e que, após este episódio, ficaram com a guarda unilateral do(s) filho(s). A participação deverá ser de caráter voluntário, podendo haver desistência das participantes a qualquer momento durante a realização da pesquisa, sem que isso gere qualquer prejuízo para ambas as partes. A busca pelos sujeitos participantes da pesquisa deverá se dar de forma ativa, através da procura direta dos sujeitos que atendam aos critérios estabelecidos previamente".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

- Compreender a experiência da maternidade para mães divorciadas que detêm a guarda dos filhos;

Objetivos Específicos

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,

Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900

UF: AL Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-1041 Fax: (82)3214-1700 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 1.268.571

- Apreender como as mães percebem o seu exercício parental após a separação conjugal;
- Compreender a relação da mãe com os filhos após a separação;
- Investigar a relação com o seu ex-companheiro, tendo em vista a permanência do laço parental entre eles.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco da pesquisa envolve a emergência de sentimentos negativos e/ou desconforto, associados ao relato de experiências passadas sobre o momento da separação conjugal. Diante disso, as pesquisadoras procurarão diminuir tal risco através da garantia da preservação da confidencialidade das informações prestadas, bem como poderão encaminhar as participantes da pesquisa para o serviço de assistência em psicologia de clínica do Curso de Psicologia da UFAL.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa envolvem:

- 1) a compreensão da experiência da maternidade para mães separadas, no intuito de identificar as dificuldades e os desafios que se colocam para estas mulheres. Esta compreensão pode auxiliar os profissionais da área da saúde a intervir quando se identifica a presença de sofrimento psíquico associado às consequências da separação conjugal e possíveis reverberações no trato parental.
- 2) De forma direta, a pesquisa poderá beneficiar o participante no sentido de lhe garantir o acompanhamento psicológico na Clínica de Psicologia da UFAL, caso sinta a necessidade e assim o deseje.

Os Riscos e como ameniza-los estão em consonância com a Resolução 466/12 e também os benefícios apresentados pela pesquisadora.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para área na qual está inserida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os documentos apresentados pela pesquisadora: TCLE, Protocolo de Pesquisa, Folha de Rosto, Projeto Completo e Declaração da Clínica de Psicologia da UFAL.

Recomendações:

Incluir mais especificamente como serão selecionadas as mulheres para serem entrevistadas.

Endereço: Av. Louival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Simões,
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.072-900
 UF: AL Município: MACEIO
 Telefone: (82)3214-1041 Fax: (82)3214-1700 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**



Continuação do Parecer: 1.568.571

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Protocolo de Pesquisa encontra-se adequado as exigências da Resolução 456/2012.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_709047.pdf	30/05/2016 08:01:38		Aceito
Outros	DECLARACAO.pdf	30/05/2016 08:01:12	Valéria Brandão Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.docx	30/05/2016 07:55:57	Valéria Brandão Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2.docx	30/05/2016 07:55:13	Valéria Brandão Pereira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto2.pdf	03/05/2016 09:01:28	Valéria Brandão Pereira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 01 de Junho de 2016

Assinado por:
Daise Juliana Francisco
(Coordenador)

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A - C. Síndes,
Bairro: Cidade Universitária CEP: 57.073-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 Fax: (82)3214-1700 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

ANEXO 2 –DECLARAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DA UFAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
 SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA – SPA

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, junto ao Comitê de Ética da UFAL, que o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) presta assistência psicológica à comunidade acadêmica e externa à Universidade. Atesto ainda que, caso haja necessidade, os sujeitos da pesquisa intitulada "A Maternidade após a separação conjugal: um estudo qualitativo com mães guardiãs", do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), conduzido pela aluna/pesquisadora Valéria Brandão Pereira, sob orientação da Profª. Heliane de Almeida Lins Leitão, poderão ser encaminhados ao SPA, dentro do seu horário de funcionamento, para receber assistência psicológica.

Maceió, 18 de Maio de 2016

Kyssia Marcelle Calheiros Santos

Kyssia Marcelle Calheiros Santos

SIAPE 1051289

Psicóloga do Serviço de Psicologia Aplicada – IP/UFAL

Kyssia Marcelle Calheiros Santos
 Psicóloga
 Serviço de Psicologia Aplicada
 SIAPE 1051289